

Universidade de Brasília
Programa de Pós-Graduação em História

JANGO: UMA QUIMERA?

Representações de João Goulart e de seu governo em livros didáticos de história e em cine-documentários brasileiros (1984-2013)

Paula Otero dos Santos

Brasília, julho de 2015.

Paula Otero dos Santos

JANGO: UMA QUIMERA?

Representações de João Goulart e de seu governo em livros didáticos de história e em cine-documentários brasileiros (1984-2013)

Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História.

Orientadora Prof.^a Dr.^a: Edlene Oliveira Silva

Brasília, julho de 2015

FOLHA DE APROVAÇÃO

Paula Otero Dos Santos

Jango: uma quimera? Representações de João Goulart e de seu governo em livros didáticos de história e em cine-documentários brasileiros (1984-2013)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Mestre em História.

Aprovada em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a. Dr.^a. Edlene Oliveira Silva (orientadora) – PPGHIS-UnB

Prof. Dr. Itamar Freitas – PPGHIS-UnB

Prof. Dr. Dilton Cândido Santos Maynard – PPGHIS – UFS

Prof. Dr. Daniel Faria – PPGHIS-UnB

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe, Vânia Maria Moreira Otero, pelo carinho diário e por tantos passeios nos finais de semana com minha filha para que eu pudesse estudar e escrever. E, por me contar, desde muito nova, histórias compartilhadas por sua geração sobre a luta contra a ditadura militar.

À minha filha, Helena Otero dos Santos Guimarães, por toda a animação e carinho. E, por me falar, em vários momentos, que daqui a pouco o mestrado acabaria e que o importante mesmo era que eu amava as pessoas.

À minha irmã, Júlia Otero dos Santos, por ser um exemplo de dedicação ao mundo acadêmico e pela troca de ideias durante os almoços de sexta-feira.

Ao meu pai, Marco Antônio Villela dos Santos, e aos meus avôs, Délio dos Santos e Guynemer Brasil Otero, por sempre me contarem inúmeras histórias; muitas delas ligadas ao nosso Brasil republicano: Madame Satã na Lapa carioca do início do século passado; a fundação de Brasília; a greve de fome dos “autênticos” do MDB; e a carta-bomba enviada a Antonio Carlos e Lyda Monteiro em 1980.

A José Otávio Nogueira Guimarães, pelo estímulo para dar continuidade a minha formação acadêmica e pela dedicação à nossa filha.

Às minhas colegas do mestrado, Daniela Müller, Cecília Siqueira, Isabela Alves, Scarlett Dantas e Bruna Santana, por dividirmos, via *whatsapp*, ansiedades, expectativas e inseguranças.

Ao prof. Dr. Itamar Oliveira, pelas conversas sempre pragmáticas.

Aos meus alunos, muitos ao longo dos anos, que, por meio de seus questionamentos, me ajudaram a visualizar e a questionar algumas ideias sobre a história de nosso país.

À professora Edlene Oliveira Silva, pela orientação e por sempre valorizar o ensino de história e reconhecer a importância da experiência docente.

RESUMO

Esta dissertação analisa as representações sobre João Goulart, seu governo e o desfecho do período democrático de 1945-1964 em duas fontes específicas: os livros didáticos e os cine-documentários. Os livros didáticos investigados são os avaliados pelo Guia Nacional do Livro didático (2012) e selecionados pelos professores. Três cine-documentários foram escrutinados: *Jango* (1984), de Silvio Tendler; *O dia que durou 21 anos* (2013), de Camilo Tavares; e *Dossiê Jango* (2013), de Paulo Henrique Fontenelle. A maioria dos livros didáticos reproduz representações históricas ligadas aos críticos de João Goulart, utilizando, seguidas vezes, adjetivos como populista, sindicalista, fraco, comunista e socialista para se referir ao presidente deposto pela Ditadura Militar. Essas representações caracterizam-se também por uma abordagem estruturalista e por uma história política factual no esforço de compreensão do fim da democracia em 1964. Os cine-documentários apontam para uma outra direção, com adjetivações mais positivas de Jango (democrático, pacífico, nacionalista) e com abordagens que questionam – por meio, por exemplo, da valorização do apoio estadunidense ao golpe – a responsabilidade atribuída a João Goulart na crise de 1964. Os dois tipos de fontes analisados foram escolhidos por colaborarem para a formação histórica de grande parte dos estudantes que passam, nos dias de hoje, pelo ensino médio. O uso dessas de fonte pelos professores possibilita um ensino pluriperspectivado, o que contribui para o questionamento de representações consolidadas sobre Jango, seu governo e o golpe de 1964.

Palavras-chave: João Goulart. Representação. Livro didático. Cine-documentário. Golpe de 1964.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the representations of João Goulart, his government and the outcome of the democratic period, from 1945 to 1964, in two specific sources: schoolbooks and documentary films. The schoolbooks investigated were evaluated by the National Guide Schoolbook (2012) and selected by teachers. Three documentary films were scrutinized: *Jango* (1984) by Silvio Tendler, *O dia que durou 21 anos* (2013) by Camilo Tavares and *Dossie Jango* (2013) by Paulo Henrique Fontenelle. We observed that most schoolbooks present representations linked to Goulart's critics, frequently using adjectives such as populist, trade unionist, weak, communist and socialist to refer to the president deposed by the Military Dictatorship. These representations are also characterized by a structuralist approach and a factual political history in an effort to understand the end of democracy in 1964. The documentary films point to another direction by using more positive adjectives referring to Jango (democratic, peaceful, nationalist) and with approaches that question – for instance, by valuing the US support to the Coup – the responsibility assigned to Goulart for the 1964 crisis. Both sources were selected for collaborating with the historical formation of most students that currently attend high school. The use of these sources by teachers contributes to a multi-envisaged teaching that contributes to questioning the consolidated representations we have about Jango, his government and the 1964 Coup.

Keywords: João Goulart. Representation. Schoolbook. Documentary film. 1964 Coup.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1 – REPRESENTAÇÕES E HISTORIOGRAFIA	21
1.1 DAS MENTALIDADES AS REPRESENTAÇÕES	21
1.2 UMA CIDADANIA MAMBEMBE? GOULART E SEU GOVERNO SOB A LENTE DO POPULISMO E SOB O GOLPE DE 1964	25
CAPÍTULO 2 – COMO LIDAR COM EXPECTATIVAS NAUFRAGADAS? JOÃO GOULART E SEU GOVERNO NOS LIVROS DIDÁTICOS	39
2.1 O LIVRO DIDÁTICO: UMA COLCHA DE RETALHOS INDISPENSÁVEL PARA A DOCÊNCIA	39
2.2 HISTORIOGRAFIA E LITERATURA ESCOLAR: UMA RELAÇÃO SIMBIÓTICA – USOS E ABUSOS DO TERMO POPULISMO NOS LIVROS DIDÁTICOS.....	44
2.3 CONSTRUÇÕES BIOGRÁFICAS SOBRE GOULART	59
2.3.1 O papel de Goulart para a vitória do golpe de 1964	64
2.4 O PRESIDENTE NOS LIVROS DIDÁTICOS: UM POLÍTICO OU APENAS O PRESIDENTE DERRUBADO PELO GOLPE?	71
2.4.1O ministro de Vargas que aumentou em 100% o salário mínimo	72
2.4.2De vice a presidente: Goulart após a renúncia de Jânio Quadros	74
2.4.3Antecipação do plebiscito e o NÃO! ao parlamentarismo.....	75
2.4.4Para salvar, só reformar!	78
2.4.5.O líder e a ruína de um projeto tão desejado: decisões individuais versusdestinos coletivos?	84
2.5 CONSEQUÊNCIAS DAS REPRESENTAÇÕES SOBRE GOULART NOS LIVROS DIDÁTICOS	87
CAPÍTULO 3 – AS LÁGRIMAS DERRAMADAS EM 1964 CONTINUAM JUSTAS? REPRESENTAÇÕES DE GOULART NO CINEMA	97
3.1 HISTÓRIA, MEMÓRIA, CINEMA.	97
3.1.1 Novos passados, novos futuros ou “Nunca Mais”!	104
3.1.2 O presidente das reformas? O presidente assassinado no exílio? O presidente que ameaçou J.F. Kennedy e Lindon Johnson?	109
3.1.3 Golpe e exílio: esperanças perdidas?	116
3.2 DOCUMENTÁRIO COMO FONTE, DOCUMENTÁRIO COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA.	122
CONCLUSÕES.....	129
FONTES.....	134
REFERÊNCIAS.....	135
ANEXO.....	144

INTRODUÇÃO

Sentidos de quimera

A Quimera, na tradição mitológica da Antiguidade Ocidental, era um animal fabuloso, híbrido, misto de cabra e de leão.¹ Transformado em substantivo feminino, em português, guardou em seu significado aspectos de sua origem helênica. De acordo com o *Dicionário Houaiss*, quimera quer dizer “qualquer representação de animal fantástico, composto de partes de animais diferentes, sejam eles reais ou imaginários”, “união ou combinação, real ou fantástica, de elementos diversos num todo heterogêneo ou incongruente”. A esses sentidos derivados, mais ou menos diretamente, dos atributos do monstro grego, acrescentou-se outro, cujo vínculo com esse passado longínquo não é tão evidente: “fantasia, sonho, esperança ou projeto geralmente irrealizável; utopia”.

Neste trabalho busquei mostrar, por meio dessa semântica, como João Goulart, o real e/ou imaginário, foi representado de diversas formas e por adjetivos, muitas vezes, contraditórios. Deparei-me em minha pesquisa com imagens resultantes da “combinação de elementos diversos”, reunidos nesse “todo”, João Goulart, “heterogêneo ou incongruente” (HOUISS, 2011). Além disso, se o personagem histórico pode ser entendido como uma quimera pelo hibridismo que diferentes interpretações lhe atribuíram, pode, igualmente, ser visto pelo sentido do “projeto irrealizável”, seja porque há uma dificuldade de defini-lo categoricamente, seja porque uma das representações históricas de seu governo é a de que condensava uma “esperança” ou uma “utopia” de país, abortada pelo golpe de 1964.

Origens da pesquisa: Jango em sala de aula

A percepção das dificuldades para se caracterizar João Goulart e seu governo bem como meu incômodo com isso tomaram forma, inicialmente, por meio de minha experiência como professora de história nos ensinos fundamental e médio em escolas particulares de

1. Segundo o *Dicionário da mitologia grega e romana*, “ora se considera que tem a parte posterior de serpente e cabeça de leão implantada num corpo de cabra, ora que tem várias cabeças uma de cabra e outra de leão (GRIMAL, 2000, p. 402).

Brasília. Durante seis anos, ensinei conteúdos referentes ao século XX brasileiro e, seguidas vezes, intitulei – mesmo notando um tom pejorativo no adjetivo empregado – uma de minhas muitas aulas assim: “A República Populista (1945-1964)”. Ao assistir ao filme *Jango* (1984), de Sílvio Tendler, reforçaram-se os questionamentos sobre o João Goulart que eu ensinava. Comecei também a me perguntar a respeito das consequências desse ensino para a formação política dos meus (e de outros) alunos bem como para a elaboração de uma memória coletiva desse período histórico. Esses desconfortos e questionamentos ajudaram-me a formular o primeiro problema dessa pesquisa: o confronto entre as representações de João Goulart e seu governo nos livros didáticos e no filme *Jango* (1984), de Sílvio Tendler.

No início dessa pesquisa, em 2013, havia cinco anos que lecionava em uma escola particular de Brasília, uma das mais tradicionais da capital. Com a investigação já correndo, fui aprovada em concurso público e nomeada professora efetiva da rede pública de ensino do Distrito Federal. Estou lotada em Sobradinho, região administrativa próxima ao Plano Piloto, desde 2014. O contato com a escola pública e seus alunos aumentou meu incômodo. Observei, ali, em parcela considerável dos estudantes, representações políticas extremamente negativas e marcadas pelas deficiências de informação e falta de voz própria de certos grupos sociais. Não gostaria de continuar a ensinar uma história que ratificasse essas representações.

Em minhas aulas, uma das grandes dificuldades que enfrento é como explicar as causas do movimento civil-militar² que depôs Jango em 1964. Não é fácil, sobretudo, responder a pergunta recorrente que aparece em parte das turmas: se havia tanta agitação e mobilização social pelas reformas de base propostas pelo presidente João Goulart, por que o golpe foi bem-sucedido e ninguém “fez nada” naquele primeiro momento? Nas palavras do historiador Daniel Aarão Reis: “como compreender, naquele ocaso, que o mundo que desmoronava fora tão cheio de promessas?” (2001, p. 323-324). Ou ainda, como explicar a derrota “acachapante e melancólica” do projeto político de Jango e das “forças populares” que o apoiavam? Será

2. “O acréscimo do termo civil é fundamentado, tanto pelo apoio de parte expressiva da opinião pública ao golpe, quanto pela mobilização de líderes civis de oposição radical ao governo Jango, com o apoio militar. [...] É possível ver como a atuação dos governadores dos estados mais fortes – São Paulo (Ademar de Barros), Minas Gerais (Magalhães Pinto) e Guanabara (Carlos Lacerda) – levou sempre em conta, ao lado das disputas com vistas às eleições de 1965, a antecipação compulsória do mandato de Jango, ou seja, sua deposição” (MOTTA, 2014, p. 7).

que, nesse caso, o colapso do populismo ou a quebra do modelo estrutural em formação desde 1930 – argumentos comuns, presentes nos livros escolares – explicam o suficiente? O problema não seria a figura do presidente? Não se poderia destacar a falta de organização das esquerdas? O “povo brasileiro” não teria sabido (não sabe) agir? Como compreender essa derrota sem consolo do presidente que defendia as reformas de base?

É evidente que os enredos explicativos acerca de Goulart, de seu governo e do fim desse governo atuam sobre a forma de compreender a ditadura militar que se seguiu e, conseqüentemente, o processo de redemocratização da sociedade brasileira a partir de meados dos anos 1970. Por isso, orientações metodológicas que passaram a guiar a pesquisa consolidaram-se nas seguintes questões. Como abordar a experiência histórica de Jango e seu governo (incluindo seu desfecho) sem se deixar levar por representações pejorativas do presidente e dos setores que o apoiaram? Como livros didáticos e cine-documentários podem auxiliar a responder a essa questão?

As questões norteadoras e as fontes da pesquisa

Para encaminhar respostas às duas questões apresentadas acima, quatro outros problemas, inter-relacionados, nortearam a pesquisa. Primeiro: quais representações de Jango e seu governo foram construídas e veiculadas pelos livros didáticos do ensino médio? Segundo: considerando que as narrativas históricas expressas em filmes são bastante utilizadas no ensino básico por professores da escola pública e privada, quais as principais representações de Jango e seu governo dominam os cine-documentários? Terceiro: as representações dos livros didáticos são semelhantes às dos cine-documentários? Quarto: quais as implicações do cruzamento de narrativas fílmicas e de livros didáticos para a compreensão da função social da história e da responsabilidade do historiador na formação cidadã de adolescentes brasileiros?³

3. Entendo que o ensino de história deva partir de duas premissas, bem expressas por Guimarães (2003, p. 89). “A primeira é pensar a história como disciplina fundamentalmente educativa, formativa, emancipadora e libertadora. A história tem como papel central a formação da consciência histórica dos homens, possibilitando a construção de identidades, a elucidação do vivido, a intervenção social e praxes individuais e coletivas. A segunda é ter consciência de que o debate sobre o significado de ensinar história processa-se, sempre, no interior de lutas políticas e culturais. Logo, discutindo, procuramos desvendar a lógica das relações que envolvem tanto a

Os livros didáticos que utilizei (e continuo a utilizar) em minha prática docente e que são investigados neste trabalho contribuem pouco para uma visão crítica e mais ampla do processo histórico objeto desta pesquisa. Nesses materiais perdura um João Goulart estereotipado e sem poder de decisão, como evidenciado no livro *História Geral e do Brasil*, de Freitas Neto e Tasinafo (2011): “no dia 1º de abril de 1964, Jango retornou a Brasília e de lá para o Rio Grande do Sul. Brizola sugeriu um novo movimento de resistência, mas João Goulart não acatou. Jango exilou-se no Uruguai, onde ficou até sua morte em 1976” (2011, p. 904). Por que ele não resistiu com Brizola? Por que foi para o Rio Grande do Sul e, depois, exilou-se? A narrativa enxuta não comporta espaço para interpretações divergentes das subtendidas nessas duas curtas, e aparentemente “neutras”, frases descritivas do livro didático.

A versão do colapso do populismo é frequente e há nela uma tendência a se desvalorizar o protagonismo de João Goulart no início da década de 1960. Circula a ideia de que no populismo, o líder deveria ser um árbitro entre o povo e o Estado, entretanto, Jango não teria conseguido controlar as reivindicações populares. O golpe teria vindo desse desajuste. Como ensinar para jovens que a ditadura ocorreu porque o líder não soube “manipular” tão bem as massas urbanas e que, na hora decisiva, resolveu não oferecer resistência? No livro didático *História para o ensino médio*, de Dorigo e Vicentino, narra-se a “desistência” do líder, o modo como deixou de resistir com o povo:

as semelhanças com o episódio do suicídio de Vargas são significativas. Mais uma vez um líder populista ficou sozinho ao lado do povo. E, mais uma vez, o líder rejeitou a hipótese de luta armada. O episódio todo nos demonstra o colapso do populismo, bem como seus limites (2000, p. 560).

Essas perspectivas dos livros didáticos não problematizam a complexidade dos fatores que acabaram por garantir a vitória dos setores avessos à participação popular presente no governo de João Goulart. A maioria dos livros didáticos, nesse sentido, apresenta uma abordagem que subvaloriza certos grupos, abrindo espaço para conclusões do tipo: “o povo não sabe fazer política”. Como escreveu Gomes,

produção quanto a difusão do conhecimento, apontando limites, possibilidades, desejos e necessidades historicamente construídas”.

há o desenho de uma relação em que um dos termos é concebido como forte e ativo, enquanto o outro é fraco e passivo, não possuindo capacidade de impulsão própria por não estar organizado como classe. As massas ou setores populares não sendo concebidos como atores/sujeito nessa relação política, mas sim como destinatários/objetos (2001, p. 34).

Esses são os fatores iniciais que me levaram a análise de dois conjuntos de fontes específicas. O primeiro material selecionado foram os livros de história mais selecionados pelos professores presentes no Guia Nacional do Livro Didático e por isso, os mais comprados pelo Ministério da Educação (MEC) para o Ensino Médio no ano de 2013⁴ e que constam no *Guia do Livro Didático de História* (Programa Nacional do Livro Didático – PNLD/2012)⁵. Esse material poderia mostrar que essas impressões iniciais eram uma tendência de um livro didático específico ou um problema na minha formação acadêmica; entretanto, observei, nesse primeiro conjunto de fontes, que referências ao populismo estavam presentes e, geralmente, associadas a uma adjetivação excessiva, utilizada por setores críticos, tanto de direita quanto de esquerda, para descrever João Goulart.

Apesar das diferenças entre os livros analisados, constatei a predominância de discursos depreciativos sobre Jango, disfarçados em camuflagem discursiva de aparente neutralidade. A estratégia dos autores dos livros didáticos é não atribuir direta e categoricamente adjetivos na caracterização da figura e das ações de João Goulart, de maneira que o presidente e as iniciativas de seu governo apareçam quase sempre descritas por meio de outras vozes: “a esquerda reclamava que o presidente não avançava nas reformas sociais; a direita acusava-o de ser comunista” (FARIA, MIRANDA, CAMPOS, 2010, p. 285-289). Essas outras vozes são, com frequência, críticas com relação ao governo.

4. Dados disponíveis em <<http://www.fnnde.gov.br/programas/livro-didatico/guia-do-livro/item/3773-guia-pnld-2013>>. Acesso em: 2 jan. 2014.

5. A partir de 1996, o Estado brasileiro implementou o PNLD e passou a exercer uma fiscalização efetiva sobre a qualidade dos livros didáticos distribuídos na rede pública de ensino em todo o país. Desde então, a aquisição dos manuais escolares com verbas federais para a distribuição gratuita em território nacional está condicionada a inscrição e avaliação prévias, segundo regras estabelecidas em edital próprio. Do processo avaliativo resulta um *Guia de Livros Didáticos* que contém as resenhas das obras que podem ser escolhidas pelos docentes, bem como os critérios que orientaram a análise das mesmas. Só entram no *Guia do Livro Didático* as obras que passam pelo crivo da comissão criada pelo MEC para selecionar os materiais que obedecem aos critérios de qualidade (SILVA, 2011).

Como meu desconforto inicial foi provocado pelo filme *Jango* (1984), de Silvio Tendler, procurei outros documentários que tratassem de Jango e sua presidência, a fim de verificar se as representações presentes no cinema simplesmente ilustravam o que eu já verificara nas narrativas de alguns livros didáticos. As representações cinematográficas confirmavam o que diziam os livros didáticos ou se apresentavam como complementares ou mesmo contraditórias com eles? Visando, portanto, alargar meu espectro de representações, selecionei mais dois cine-documentários para compor meu segundo conjunto de fontes, os quais, de algum modo, diferenciavam-se das interpretações oferecidas pelo filme de Tendler: *Dossiê Jango* (2013), de Paulo Henrique Fontenelle, e *O dia que durou 21 anos* (2013), de Camilo Tavares.

Os objetivos

Diante dos problemas elencados e das fontes selecionadas, elegi dois objetivos principais. O primeiro foi analisar as representações de João Goulart e de seu governo nos livros didáticos e nos três cine-documentários selecionados, fazendo interagir – pela identidade, complementaridade e/ou oposição – esses dois conjuntos de fontes.

Ressalto que essas fontes (livro didático e cinema) contribuem com pesos distintos na formação das memórias coletivas dos estudantes, dada a utilização mais ampla e intensiva do primeiro nas salas de aula de história. Uso, aqui, o termo “memórias” no plural, pois verifico que, no período em questão, os anos 60 do século passado, houve conflitos nas representações de João Goulart e seu governo e essas diferentes representações contribuíram para construção de distintas e possíveis memórias daquela época. Como toda memória atualiza passados no presente por meio de representações, as memórias sobre Jango não podiam deixar de se apresentar como plurais.

Como atestei, e continuo a atestar, que as representações do período atuam sobre as práticas sócio-políticas dos estudantes de hoje, meu segundo objetivo foi escrutinar como se dá o uso simultâneo dos livros didáticos e dos cine-documentários na prática do ensino de história relacionado ao período já mencionado.

Delimitando e lendo as fontes: critérios de análise

Na leitura das fontes contei com o apoio da proposta de Bardin (1997) para análise de conteúdo. Esse tipo de análise começa com a codificação do material, que embasará, a seguir, a produção de um “sistema de categorias”. Essa categorização “tem como primeiro objetivo (da mesma maneira que a análise documental), fornecer, por condensação, uma representação simplificada dos dados brutos” (BARDIN, 1977, p. 119). O autor resumiu assim seu sistema de análise, batizado de *index*:

a classificação das palavras faz-se ao nível de conceitos chave ou títulos conceptuais. Cada um dos conceitos chave reúne um certo número de unidades de significação (palavras, fórmulas, frases) e representa uma variável da teoria do analista. Os conceitos chave são, portanto, intermediários entre a teoria (construída) e os dados verbais (brutos) (1977, p. 127).

Para a leitura dos livros didáticos, os mais comprados pelo MEC em 2013,⁶ utilizei como unidade de exame os capítulos referentes à Era Vargas (1930-1945) e ao “período democrático” (1945 a 1964). A maioria dos livros segue uma mesma cronologia da história brasileira, por isso, em boa parte desse material didático, a divisão dos capítulos é semelhante. Os capítulos sobre a Era Vargas foram selecionados porque é recorrente neles o uso do termo populismo, uma das categorias presentes em minha análise. Os capítulos que tratam do período democrático narram a experiência histórica relacionada ao governo de João Goulart e ao processo que levou ao golpe de 1964, constituindo-se, portanto, nos objetos principais de minha investigação.

Na análise dos capítulos relativos aos dois referidos períodos históricos, em todas as nove coleções,⁷ trabalhei com os seguintes índices: o populismo, as fases do governo João

6. Segundo o *site* do FNDE, foram comprados 496.303 livros de História para o Ensino Médio. As sete coleções selecionadas dos livros mais comprados em 2013 somam 403.240 exemplares, totalizando 81% dos livros comprados em 2013. Muitas vezes, os livros adquiridos pelo MEC são divididos em três volumes (1ª, 2ª e 3ª séries). Como sou professora, recebo alguns exemplares, mas em volume único; isso pode ocasionar diferenças na referência das páginas. O conteúdo, entretanto, é o mesmo na edição única e na seriada. Os livros citados nas fontes são os analisados, alguns em volume único e outros somente no terceiro. Como o FNDE apresenta os dados de todas as disciplinas e de todas as séries do ensino médio, eu os organizei na tabela 1, no anexo.

7. O livro *História Geral e do Brasil* (VICENTINO; DORIGO, 2000) e *História das Cavernas ao Terceiro Milênio* (MOTA; BRAICK, 2002) não constam na tabela 1, disponível no anexo, entretanto, tornou-se fonte importante porque atesta mudança na forma de usar o termo populismo. Essa mudança será esclarecida no capítulo 1. Há,

Goulart, as abordagens do personagem histórico Jango e o golpe de 1964. Esses índices, estabelecidos na leitura das fontes, foram interrogados a partir das seguintes categorizações (sintagmas) e campos semânticos delas derivados: o populismo e seus usos; o ministro que aumentou em 100% o salário mínimo; de vice-presidente a presidente da República; a antecipação do plebiscito e o “não” ao parlamentarismo; o político das reformas de base; a ruína do projeto de Jango. A análise – com sua construção de índices e categorizações – foi realizada tendo por base os ditos “textos principais” dos livros didáticos. Os exercícios não foram analisados, pois, como os capítulos abrangem longos períodos de tempo, muitos desses exercícios não só se referem a diferentes presidentes como também poucos, na verdade, avaliam diretamente João Goulart e seu governo.

Com relação ao exame dos cine-documentários, eu os assisti integralmente, isto é, sem cortes; privilegiei, contudo, as narrativas utilizadas para a construção dos enredos. Neste trabalho, lembre-se, não realizei uma análise semiótica dos filmes considerando as chamadas três matrizes das linguagens do cinema: a verbal, a sonora e a visual. Procurei me concentrar, principalmente, em elementos da linguagem verbal.⁸ Os índices utilizados, assim como no capítulo 1 com objetivo de compreender as representações sobre Goulart e seu governo, foram semelhantes, revelando ausências e permanências – o termo populismo não aparece com frequência nos documentários. As categorias utilizadas nos cine-documentários foram: os projetos de futuros; o personagem Goulart; golpe e exílio; relação memória, verdade, documentário.

As análises foram categoriais e temáticas, ou seja, categorias foram estabelecidas a partir do próprio material objetivando organizar as informações em temas presentes nos dois conjuntos escrutinados (livros didáticos e cine-documentários). A partir dessas presenças algumas semelhanças e, principalmente, diferenças foram evidenciadas.

na introdução, uma citação do livro *História Geral e do Brasil* (NETO, TASINAFO, 2011), que também não consta na tabela.

8. Essa é, por exemplo, a orientação de Delgado (2013) e Ferreira (2008) ao investigar o filme *Jango* (1984) e Soihet (2008) sobre o filme *Eternamente Pagu*.

Os livros didáticos e os cine-documentários foram selecionados para investigação por conterem material expressivo suscetível de ser analisado em função das críticas da historiografia recente ao uso da categoria populismo (GOMES; FERREIRA; REIS, 2001). Essas fontes fornecem, igualmente, interpretações variadas – por isso, ricas para este trabalho – de fenômenos históricos analisados por importantes nomes de nossa historiografia: Mattos (2008), para o governo João Goulart; Delgado (2014) e Toledo (2004), para o golpe de 1964. Contudo, malgrado a renovação historiográfica dos últimos vinte anos, alguns historiadores – Fausto (2013) e Carvalho (2005), por exemplo – e autores de livros didáticos continuam a servir-se do termo populismo sem a necessária problematização de sua história e carga ideológica. Além disso, interpretações historiográficas conservadoras⁹ de João Goulart e seu governo são ainda muito frequentes, como é o caso do trabalho de Marco Antonio Villa (2004).

Da crítica historiográfica ao termo populismo, o que percebo como mais relevante para análise do material didático é o destaque que foi dado ao uso do termo para caracterizar uma ideia de política marcada pela manipulação de certos grupos, principalmente, dos trabalhadores. Tal ideia subvaloriza o apoio de setores populares a determinados líderes e carrega consigo o entendimento da participação política como algo mambembe. Grupos populares apoiam porque são manipulados? Apoiam porque não sabem votar? Esse retrato “negativo” dos setores populares não explica o necessário, mas são representações correntes da forma de se fazer política no Brasil.¹⁰ Como fazer um aluno, principalmente o da rede pública, entender que ele pode ser um agente histórico se suas possíveis manifestações serão historicamente vistas como algo inexpressivo e manipulável. Para além do termo populismo, expressões como fraqueza e incapacidade, usadas para se falar de João Goulart, desvalorizam, igualmente, os grupos que apoiavam o Presidente.

9. Conservadora no sentido de se aproximar das interpretações dos setores mais reacionários da época e contrários a João Goulart. A ideia do movimento de 1964 como um contragolpe é um exemplo.

10. Como escreveu Ferreira: “As representações imaginárias, sabemos, são capazes de resistir a críticas, mesmo aquelas formais, eruditas e com base na investigação empírica. Assim, perdurou ao longo do tempo, a ideia de que, com o processo de urbanização, os indivíduos recém-chegados do mundo rural teriam contaminado os antigos operários com suas ideias tradicionais e individualistas. Sociedade atrasada, camponeses que vieram para as cidades, igualmente um atraso, e, logo, uma política novamente atrasada, eis o ambiente em que teriam proliferado os líderes populistas” (2001, p. 67).

A função social do ensino da história

Os filmes selecionados mostraram-se igualmente importantes como ferramentas para se refletir acerca da função social do ensino de história. Ao longo dessa pesquisa, essa função do ensino de história esteve sempre presente. Apesar de não ter dedicado ao tema um capítulo específico, ele participou das análises desenvolvidas nos capítulos 2 e 3 desta dissertação. Entre os elementos que compõem essa função social no ambiente escolar, destacam-se: a aquisição de alguma erudição para entender usos da história em diferentes contextos e, em particular, por variadas mídias;¹¹ o desenvolvimento da habilidade de pensar historicamente, ou seja, visualizar diferentes formas de lidar com ação humana no tempo; a identificação das características de determinado período; e, por fim, a formação de posturas comprometidas com o exercício da cidadania e a reflexão crítica em um país democrático.

Seria ilusório depositar no ensino de história tamanha responsabilidade? Para Christian Laville, sim. Segundo ele, “é possível que a narrativa histórica não tenha mais tanto poder”. Hoje, têm muito mais influência “a família, o meio ao qual se pertence, circunstâncias marcantes do ambiente em que se vive, e, sobretudo, os meios de comunicação” (LAVILLE, 1999, p. 137). Concordo parcialmente com a afirmativa. As narrativas históricas não monopolizam as formas de se compreender o passado e seus usos no presente. Entretanto, eu as vejo como mediadoras desse esforço de compreensão. Se quisermos, de fato, “formar indivíduos autônomos e críticos e levá-los a desenvolver as capacidades intelectuais e afetivas adequadas, fazendo com que trabalhem com conteúdos históricos abertos e variados, e não com conteúdos fechados e determinados” (LAVILLE, 1999, p. 137), teremos que lidar com a pluralidade das representações históricas em sala de aula. Talvez o ensino fique mais

11. Um caso concreto para ilustrar, havia um comercial de televisão a cabo em que a modelo Gisele Bündchen interpretava Maria Antonieta. Ele mostrava populares invadindo o palácio e a rainha assistindo televisão. Em certo momento, o ator que interpretava Luís XVI fala: “Maria Antonieta, você está me tirando do sério, estou quase perdendo a cabeça!”. A modelo (Maria Antonieta) responde: “e vai perder mesmo!”. Se o aluno não houvesse estudado Revolução Francesa seria difícil que pudesse compreender a mensagem que o comercial gostaria de transmitir. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=BEs7Uy1MY9Y>>. Acesso em: 4 fev. 2014. Outro exemplo, a propaganda de um carro supostamente revolucionário mostra o veículo passando por vários momentos da história: Revolução Francesa, Festival de Woodstock, queda do Muro de Berlim, a “Marcha sobre Washington” de Martin Luther King e os passos do astronauta Neil Armstrong na lua. Disponível em: <<http://carros.uol.com.br/noticias/redacao/2015/04/10/honda-desafia-historia-e-promete-revolucao-com-video-do-hr-v-assista.htm>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

complexo, menos formatado. Afinal, “o passado é imprevisível”, afirma o mesmo Laville (LAVILLE, 1999, p. 133). Não me parece recomendável, do ponto de vista didático, que se venha, por exemplo, a “apagar” o termo populismo dos livros didáticos. Ele é largamente utilizado.¹² Creio ser mais interessante mostrar no texto, por meio do cinema ou mediante aula expositiva que o termo é portador de uma historicidade e que carrega em seu sentido uma forma peculiar de lidar com o passado. Deve-se mostrar, portanto, que conceitos históricos (o populismo, no caso) são formas de se aproximar do passado, e não podem se sedimentar de modo a se converter em visões unidimensionais e atemporais.

Nesse sentido, a pergunta e a resposta formuladas por Guimarães, são, aqui pertinentes.

Qual a relação dessa concepção de ensino de história com a construção da cidadania? É possível formar o cidadão rompendo ou criticando os dois modelos teóricos que sedimentaram nossa formação – o liberal e o marxista ortodoxo? A proposta de metodologia do ensino da história que valoriza a problematização, a análise e a crítica da realidade concebe alunos e professores como sujeitos que produzem história e conhecimento em sala de aula. Logo, são pessoas, sujeitos históricos que cotidianamente atuam, lutam e resistem nos diversos espaços de vivência: em casa, no trabalho, na escola etc. Essa concepção de ensino e aprendizagem facilita a revisão do conceito de cidadania abstrata, pois ela nem é algo herdado via nacionalidade, nem se liga a um único caminho de transformação política. Ao contrário de restringir a condição de cidadão a de mero trabalhador e consumidor, a cidadania possui um caráter humano e construtivo, em condições concretas de existência (2003, p. 94).

Ao comparar narrativas históricas distintas apresentadas em livros didáticos e em cine-documentários, o professor tem a oportunidade de mostrar aos estudantes que o passado se elabora de diferentes maneiras. Ele pode apresentar, igualmente, que esses passados possíveis engendram, provavelmente, distintos futuros possíveis. O ensino de história em uma sociedade democrática deve ser assim pluriperspectivado, como pregam, hoje, as mais razoáveis epistemologias históricas. Esta dissertação foi escrita considerando-se esse

12. O termo populismo, para Gomes (2001, p. 20), possui, “um dos mais altos graus de compartilhamento, plasticidade e solidificação”, largamente difundido no meio jornalístico e político. Seria interessante refletir sobre o comentário de Anthony Garotinho na campanha presidencial de 2002: “não sou populista, sou popular”. O comentário não revela o tom pejorativo do termo no meio político e jornalístico? Disponível em: <<http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/11236>>. Acesso em: 3 dez. 2012.

pressuposto ético-gnosiológico. Não compartilho das pretensões de um saber neutro e descompromissado com as responsabilidades cívicas, pois entendo que o ensino de história contribui, dentro de seus limites, para a defesa da democracia e o repúdio ao autoritarismo.

Se admito que há múltiplas explicações sobre o passado, isso não significa que concorde com todas elas e que as apresento da mesma forma. Valorizar o ensino pluriperspectivado, não significa deixar de lado as explicações mais compartilhadas ou de maior visibilidade. Elas também devem ser trabalhadas, o que não implica minha concordância com as mesmas. Saindo um pouco da história do Brasil, pode-se perguntar: é conveniente citar o “negacionismo” europeu ao se ensinar o Holocausto? Minha resposta é sim. Posso citá-lo e, em seguida, criticá-lo, preparando o estudante para realizar o mesmo tipo de procedimento interpretativo e de avaliação crítica de informações, sejam estas de origem histórica ou não.

Há muitas memórias que trazem o passado ao presente. Esse conflito de representações gera escritas da história díspares e estimula e orienta distintas formas de se agir politicamente no presente. O livro didático e o cinema são criadores e propagadores de variadas representações e, conseqüentemente, de diferentes memórias coletivas e identidades sociais.¹³ Eles não são, entretanto, os únicos instrumentos de manutenção e alteração dessas representações.

Um convite

Feita essa breve apresentação das questões, motivações, fontes, método e justificativas que guiaram esta dissertação, convido o leitor a me acompanhar nos capítulos

13. Nas últimas décadas, o historiador Roger Chartier refletiu, em variados textos e contextos, sobre esses problemas: “as lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio” (1990, p. 17); “[a memória] é conduzida pelas exigências existenciais das comunidades para as quais a presença do passado no presente é um elemento essencial da construção de seu ser coletivo” (2009, p. 24); “ao trabalhar sobre as lutas de representação, cuja questão é o ordenamento, portanto a hierarquização da própria estrutura social, a história cultural separa-se sem dúvida de uma dependência demasiadamente estrita de uma história social dedicada exclusivamente ao estudo das lutas econômicas, porém opera um retorno hábil também sobre o social, pois centra a atenção sobre as estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem, para cada classe, grupo ou meio, um ser-percebido constitutivo de sua identidade” (CHARTIER, 1991, p. 183-184)

que seguem. No primeiro, explícito e discuto, sucintamente, o uso que faço da categoria representação e sua relevância e função na análise das diversas interpretações históricas de João Goulart e seu governo. Realizo também uma breve apresentação do debate historiográfico em torno do termo populismo e das explicações sobre o golpe de 1964.

No segundo, trato do livro didático e do seu papel na prática docente, analisando as representações mais correntes de João Goulart, de seu governo e da crise que levou ao fim do período democrático. No terceiro, investigo essas mesmas representações em três cine-documentários: *Jango* (1984), de Silvio Tendler; *O dia que durou 21 anos* (2013), de Camilo Tavares; e *Dossiê Jango* (2013), de Paulo Henrique Fontenelle.

Nas conclusões, permitam-me a tautologia, encerro o que foi desenvolvido nos capítulos anteriores a respeito das representações de Jango e de seu governo nos livros didáticos e nos cine-documentários. Teço, por fim, considerações acerca das possibilidades e desafios do uso dessas duas fontes no ensino de história.

Capítulo 1 – REPRESENTAÇÕES E HISTORIOGRAFIA

Este primeiro capítulo destina-se a esclarecer os usos do termo *representação* ao longo da pesquisa. A categoria representação é balizada pelas ideias de ausência e presença e essas ideias marcam, com frequência, maneiras de se referir a João Goulart.

Os historiadores estão imersos em representações de Jango e seu governo que circulam em sua ambiência cultural; eles as confrontam, as reafirmam ou as recriam. Este capítulo fará uma breve apresentação historiográfica dessas representações por meio dos termos, das personagens, das ideias e dos acontecimentos que se destacaram nas fontes do trabalho ou que foram problematizados a partir delas. Por exemplo, estratégias para compreender a cidadania no Brasil, relações entre o conceito de populismo, a ideia de cidadania e participação política e as análises do governo João Goulart e seu desfecho.

1.1 DAS MENTALIDADES AS REPRESENTAÇÕES

Ao longo deste trabalho, a categoria *representação* é utilizada como ferramenta para interpretar as fontes escolhidas. Carlo Ginzburg (2001) afirma que o termo *representação* é caro às ciências humanas e carrega uma ambiguidade. Segundo ele, “*representação* faz às vezes da realidade representada e, portanto, evoca ausência; por outro, torna visível a realidade representada e, portanto, sugere presença” (2001, p.85). O historiador italiano apresenta as primeiras aparições do termo no vocabulário europeu: das imagens de cera utilizadas durante os funerais dos imperadores romanos nos séculos II e III aos manequins de cera, madeira ou couro existentes nos funerais de reis franceses e ingleses desde o final da Idade Média.

O termo foi explorado por Roger Chartier ao reelaborar a ideia de *mentalidades* e de *utensilagem mental* presente nos *Annales* dos anos 1930. Para Chartier, a possibilidade de novos objetos de pesquisa proporcionada pela concepção de *mentalidades* foi ofuscada pelos métodos quantitativos que se apoderaram da noção a partir do fim da Segunda Guerra Mundial. Seria preciso esperar a nova história cultural das últimas décadas do século XX, da qual Chartier faz parte, para que, se afastasse a pesquisa das *mentalidades* dos métodos forjados, de um lado, para o estudo da economia (quantificações) e, de outro, para o estudo

da história social (divisões sociais classificam os dados mentais). Sem reduzir o mental ao social, a nova história cultural continuou a se interessar pelo “modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada” (1990, p. 17).

A nova história cultural, em busca de novos objetos construídos “de baixo para cima” (DARNTON, 1990, p. 112), não só tomou suas distâncias da história quantitativa e de certa história social, como procurou também se demarcar da história das ideias entendida como “o estudo do pensamento sistemático, geralmente em tratados filosóficos”, com “perspectivas de cima para baixo” (DARNTON, 1990, p. 112) ou como história “desistoricizada” e “desencarnada” (FEBVRE, 1952, p. 310). Propondo uma inovação teórico-metodológica que pudesse incorporar e reinterpretar esses objetos da história das ideias e da filosofia, bem como os oriundos da velha história das mentalidades, Chartier recorre à categoria de representação,¹⁴ considerada, agora, “pedra angular” das abordagens culturais.

Mais do que o conceito de mentalidade, ela [representação] permite articular três modalidades da relação com o mundo social: em primeiro lugar, o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; seguidamente, as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição; por fim, as formas institucionalizadas e objetivadas graças as quais uns «representantes» (instâncias coletivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade (CHARTIER, 1990, p. 22).

A noção de *representação*, assim, não se deixa dissolver no “anonimato” que caracterizava as *mentalidades* da velha história. As *representações*, pelo contrário, não ignoram lugares, classes, discursos de origem que, em muitos momentos, são contraditórios e circulares. Adotando, portanto, essa noção de *representação*, a pesquisa entendeu se afastar da perspectiva homogeneizante da categoria de mentalidades e daquela desencarnada da história das ideias, pois tenta considerar

14. “A simples justaposição do mental aos outros componentes da sociedade total não permitia que aparecesse a dialética íntima dessa sociedade. Mais bem articulada com as práticas sociais, a ideia de representação vai revelar recursos dialéticos que a ideia das mentalidades não deixava aparecer” (RICOEUR, 2007, p. 229).

discursos em seus próprios dispositivos, suas articulações retóricas ou narrativas, suas estratégias de persuasão ou de demonstração. Os agenciamentos discursivos e as categorias que os fundam — como os sistemas de classificação, os critérios de recorte, os modos de representações — não se reduzem absolutamente às ideias que enunciam ou aos temas que contêm. Possuem sua lógica própria — e uma lógica que pode muito bem ser contraditória, em seus efeitos, coma letra da mensagem. [...] [E] tratar os discursos em sua descontinuidade e sua discordância. Durante muito tempo, pareceu fácil o caminho que levava a concluir a partir da análise temática de um conjunto de textos a caracterização de uma " mentalidade" (ou de uma " visão do mundo" ou de uma " ideologia"), e depois fazia passar desta última a uma consignação social unívoca. A tarefa parece menos simples desde a partir do momento em que cada série de discursos seja compreendida em sua especificidade, ou seja, inscrita em seus lugares (e meios) de produção e suas condições de possibilidade, relacionada aos princípios de regularidade que a ordenam e controlam, e interrogada em seus modos de reconhecimento e de veridicidade (1991, p. 187, grifo nosso).

Nesse sentido, as ideias dos autores dos livros didáticos e dos diretores dos documentários escolhidos não serão tratadas como se fossem autônomas relativamente ao contexto social, nem como simples expressão de uma forma de pensar de um grupo ou classe específicos, nem como reprodução acessível (mera divulgação) do saber acadêmico; saber, aliás, que também não se encontra descolado dos conflitos que marcam o mundo social. Em outros termos, as “ideias” difundidas pelos livros didáticos e cine-documentários são *representações* de João Goulart e estão, portanto, marcadas pelas contradições sociais, mas não determinadas por elas.

Dessa forma as lutas de representação necessitam de investigações como as lutas sociais e políticas. Entretanto, o uso indiscriminado – “hemorragia do sentido” (RICOEUR, 2007, p. 240) – do termo “representação” poderia ter esvaziado seu significado e capacidade de explicação.

A ideia de representação corre então o risco de significar demais: ela designaria os múltiplos trajetos do trabalho de reconhecimento de cada um em relação a cada um, e de cada um em relação a todos, aproximando-se então da noção de “visões do mundo” que, afinal de contas, figura entre os antecedentes da ideia de mentalidades (RICOEUR, 2007, p. 240).

Então, como utilizá-la neste trabalho? Não há uma forma correta de aplicá-la, entretanto, as fontes de pesquisa (livros didáticos e cine-documentários) associadas ao objeto

– Goulart e seu governo – possibilitam alguns usos. Para esta pesquisa, o adjetivo “sociais” que geralmente vem ligado a “representações” não será utilizado mais por cuidado que por certeza de sua aplicação inadequada. Talvez se o estudo estivesse focado nas recepções e apropriações elaboradas pelos estudantes a partir dos livros didáticos e dos cine-documentários, o adjetivo seria melhor empregado.

Ricoeur afirma que o historiador terá de lidar com uma ambiguidade do termo, para além da ideia de ausência/presença discutida no início do capítulo, pois “representação” pode designar, “enquanto herdeira rebelde da história das mentalidades, a representação-objeto do discurso do historiador, e, enquanto, fase da operação historiográfica, a representação-operação” (2007, p. 240). Nesta pesquisa as duas ideias de representação de Ricoeur aparecem, pois os livros didáticos e cine-documentários são entendidos como produtores, veiculadores de representações e, por isso, serão entendidos como “representação-objeto do discurso do historiador” (2007, p. 240). Ou seja, as representações presentes nas fontes possibilitaram uma escritura historiográfica ligadas a uma fase da produção historiográfica indentificada como *explicação/compreensão*. Simultaneamente, essa escritura será propagadora de representações, última fase presente na operação historiográfica.

A teoria das representações carrega uma fluidez e contradição teórica intrínseca ao objeto em questão, pois as formas de referir-se a João Goulart variam no tempo, no espaço, nas próprias dinâmicas sociais, nos veículos utilizados. Nesse sentido, “o enfoque das Representações Sociais,¹⁵ mais que um estudo de objetos estáticos, supõe um estudo de fenômenos fazendo-se, quer dizer, de fenômenos em mudança social” (VALENCIA, 2005, p. 101).

Logo, a teoria das representações auxilia o estudo das formas como Jango e seu governo foram abordados tanto pelos livros didáticos quanto pelo cinema. Os livros didáticos não são entendidos nesse trabalho como uma simplificação do saber acadêmico, pois “as disciplinas mantêm autonomia em relação às chamadas “ciências de referência”, não se constituindo, portanto, de meras vulgarizações, ou seja, “transposições didáticas” do saber

15. Apesar da opção em não utilizar o adjetivo “sociais”, nesta pesquisa, pela não existência de um estudo da recepção, o dinamismo do adjetivo está presente neste trabalho.

erudito, acadêmico” (CHERVEL, 1990, p. 182). Os autores dos livros didáticos desempenham a tarefa de elaborar “o principal veiculador de conhecimentos sistematizados entre os brasileiros que têm acesso à educação” (GUIMARÃES, 2003, p. 49). Eles acabaram se tornando uma espécie de guardiões do saber histórico escolar e auxiliam a “formação” de uma memória coletiva, por isso estudos sobre eles são fundamentais para ensino da história.

A memória entendida como “uma atividade social realizada não privadamente, mas por meio da consciência compartilhada com os outros” (VALENCIA, 2005, p. 101), é constituída por representações distintas e de origem diferentes. Para Ricoeur, “a sala de aula da escola é um lugar privilegiado do deslocamento de pontos de vista de memória” (2007, p. 131), ou seja, nesse ambiente e em vários outros, as impressões ou pensamentos não são identificados como uma marca individual de originalidade e, sim, pela ideia de que são possíveis pelos “encontros em nós de correntes que tem uma realidade objetiva fora de nós” (HALBWACHS *apud* RICOEUR, 2007, p. 132). Esses encontros são possibilitados pelas representações, “é para o lado das representações coletivas que devemos nos voltar para dar conta das lógicas de coerência que presidem à recepção do mundo” (HALBWACHS *apud* RICOEUR, 2007, p. 133)

Na elaboração desse saber histórico, que permite a formação de memória por meio da identificação coletiva, outros elementos estão presentes, além do livro didático, como família, realidade social, cinema, internet, televisão. O cotidiano de um jovem estudante é marcado por vários de tipo de linguagens. O aluno elabora seu saber histórico como uma espécie de mosaico composto por imagens e fragmentos dos livros didáticos, filmes, jornais, história familiar, internet etc. Como não poderia se analisar todos esses cacos do mosaico, optou-se pelos dois com que os estudantes possuem intimidade e são possíveis, em uma dissertação de mestrado, de serem analisados: os livros didáticos e o cinema.

1.2 UMA CIDADANIA MAMBEMBE? GOULART E SEU GOVERNO SOB ALENTE DO POPULISMO E SOB O GOLPE DE 1964

As representações são constructos sociais e não são responsabilidade exclusiva dos historiadores/professores, afinal circulam nos discursos acadêmico, midiático, familiar. Entretanto, em alguns casos, elas podem ter início na historiografia ou a historiografia pode reelaborar e ressignificar antigas representações.

Este trabalho sublinhou, em alguns momentos, as relações entre o tempo presente do historiador, pensado como espaços de experiência,¹⁶ e sua influência na produção historiográfica. Dessa forma, a reflexão iniciou-se com o incômodo gerado pelas representações usadas para pensar o Brasil Republicano e, principalmente, o momento histórico em que Goulart tinha protagonismo político.

A experiência no magistério evidenciou que as explicações sobre os problemas nacionais, como a falta de formação cultural e política da sociedade, presentes, mesmo que de forma implícita, em alguns livros didáticos e no senso comum, são abstratas e pouco elucidativas. Para grande parte dos professores e alunos, é mais simples emitir e receber uma explicação como “o povo não sabe votar” a fazer um exercício de reflexão para entender, por exemplo, porque Jango ou Jânio Quadros foram um sucesso eleitoral. As marcas da ausência, da incompletude e da incompetência não explicam o suficiente, mas revelam representações existentes sobre a forma de participação política no Brasil.

Tradicionalmente, a história do Brasil foi dividida em colonial, monárquica e republicana. Para compreender os percursos da política nacional, houve uma tendência eurocêntrica de entender as formas de organização social e política como incompletas, fora de um padrão desejável, marcadas pela falta e pelo desvio. Na maioria dos casos, esse padrão cobiçado, que pode ser aplicado tanto a uma concepção de cidadania quanto a uma forma de desenvolvimento político-econômico, veio da Europa e, na segunda metade do século XX, dos Estados Unidos. Na historiografia brasileira, um tipo de perspectiva aparece em alguns casos. Ela não é abertamente colonizada, entretanto, a ausência ou, no melhor dos casos, a distância de pressupostos considerados essenciais aparece na narrativa, como na noção de uma “cidadania em negativo” de José Murilo de Carvalho:

Pode-se afirmar, então, que até 1930 não havia povo organizado politicamente nem sentimento nacional consolidado. A participação na política nacional, inclusive nos grandes acontecimentos, era limitada a

16. Para Reinhart Koselleck, as categorias históricas e meta-históricas (sentido antropológico) “espaço de experiência” e “horizonte de expectativas” são “adequadas para nos ocuparmos do tempo histórico, pois elas entrelaçam passado e futuro” (2006, p. 308). A primeira é o “passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados” (2006, p. 309) e a segunda é o “futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não-experimentado, para o que apenas pode ser previsto” (2006, p. 310).

pequenos grupos. [...] Quando o povo agia politicamente, em geral o fazia como reação ao que considerava arbítrio das autoridades. Era uma cidadania em negativo, se se pode dizer assim. O povo não tinha lugar no sistema político, seja no Império, seja na República. O Brasil era ainda para ele uma realidade abstrata. Aos grandes acontecimentos políticos e nacionais, ele assistia, não como bestializado, mas como curioso, desconfiado, temeroso, talvez um tanto divertido (2001, p. 83).

Na citação acima e em outras obras, Carvalho (1987) desfaz a ideia de apatia ou de bestialização do povo brasileiro na transição do Império para República, contudo, constrói uma lógica em que há um arquétipo de cidadania, mas que não existe no Brasil. Nesta ótica, o povo criou ou inventou uma cidadania marcada pela reação ao governo e não foi sujeito da elaboração e da reivindicação de seus próprios direitos. Por isso, uma cidadania em negativo. Logo, a cidadania brasileira é invertida, espelhada se comparada a outras, desde a nossa formação. No livro *Cidadania no Brasil*, Carvalho compara o país, especialmente, à Inglaterra e à França. Para ele, a cidadania plena é aquela que combina liberdade, participação e igualdade para todos, algo que não foi alcançado no Brasil. Por que esse modelo ideal não foi construído? Carvalho não responde a essa pergunta diretamente, mas aponta um caminho: “a maneira como se formaram os Estados-nação condiciona assim a construção da cidadania” (2001, p. 12).

Essa associação direta entre cidadania e Estado-nação também está presente na obra *Cidadania e Justiça* do cientista político Wanderley Guilherme dos Santos (SANTOS, 1979). A metodologia, caracterizada pela análise das relações entre as regulações sociais e a política, ilustra a importância do Estado em sua noção de cidadania. Essa influência estatal está presente quando ele utiliza o termo “laissez-fairianismo” para pensar a Primeira República, o conceito “cidadania regulada” para os anos de 1937 a 1943 e o conceito “cidadania em recesso” para o período de 1966 a 1971. Logo, há a utilização do termo cidadania somente a partir da formação de um Estado regulamentador em 1930, cujo ápice é a promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943. Em anos seguintes, o Estado promove políticas públicas, mas revoga direitos políticos, por isso a cidadania está em recesso. Já a Primeira República marcada por poucas políticas sociais não foi associada a nenhuma cidadania específica.

Essas interpretações acerca da cidadania como um reflexo do Estado excluiu uma grande quantidade de atores sociais organizados politicamente, juridicamente, institucionalmente ou não. E, também, contribuiu para ratificar uma abordagem política marcada ora pela incompletude, ora pelo desvio. Como uma evolução política considerada ideal não aconteceu, a cidadania brasileira seria sempre equivocada de alguma forma. Na conclusão do livro *Os Bestializados*, Carvalho revela uma descrença com a Nova República e afirma “A Cidade, a República e a Cidadania continuam dissociadas, quando muito perversamente entrelaçadas. O esforço de associá-las segundo o modelo ocidental tem-se revelado tarefa de Sísifo” (1987, p. 164).

Nesse caminho da construção de uma ideia de cidadania no Brasil, o período democrático de 1945 a 1964 ganha destaque. Esse momento é relevante para pensar as formas de participação política, as práticas eleitorais, o peso da imprensa e as reivindicações presentes no espaço público e que são ainda atuais. E tanto a categoria teórica populismo quanto o evento do golpe de 1964 marcam as formas de compreender essas experiências. Por esses fatores, uma apresentação historiográfica é imprescindível para compreender as representações de Goulart e de seu governo. Em vários momentos esse esclarecimento inicial é retomado ao longo dos outros capítulos.

O populismo¹⁷ pode ser entendido como um conceito histórico. Para Reinhart Koselleck há dois tipos de conceitos: um que é originado da linguagem das fontes e serve de acesso heurístico para compreender a realidade passada. Outro no qual, “o historiador serve-se de conceitos formados e definidos posteriormente, isto é, de categorias científicas que são empregadas sem que sua existência nas fontes possa ser provada” (KOSELLECK, 2006, p. 305).

17. O populismo, a república populista ou democracia populista já foram discutidos pela historiografia e esses questionamentos pareciam estar superados. Entretanto no livro *História do Brasil Nação: olhando para dentro (1930-1964)*, volume 4, há uma contradição interna. Na introdução “As marcas do período”, Angela de Castro Gomes demonstra sua insatisfação em relação a qualquer epíteto que possa homogeneizar as experiências do período, porém, ao ler a parte 2 “Vida Política” de Boris Fausto, o termo em questão aparece sem grandes problematizações: “o populismo de Vargas e o governo implementado pelo general Perón na Argentina foram exemplos mais representativos desse fenômeno sociopolítico na América do Sul, correspondendo a uma época de intensa industrialização e de atração populacional. O estilo varguista assentou-se num tripé formado pelo Estado, pela burguesia nacional e pela classe operária organizada” (GOMES, 2013, p. 114). Se esse tipo de desencontro teórico ocorre numa edição de 2013 entre dois grandes nomes, pensa-se no livro didático em que, muitas vezes, a edição renovada ou reformulada incorpora apenas o novo acordo ortográfico e muda a parte estética do compêndio.

O termo populismo pode ser lido a partir dessas duas perspectivas propostas por Koselleck, pois é uma categoria explicativa criada para tentar entender “por que os trabalhadores manifestaram apoio a Getúlio Vargas durante o Estado Novo e quais razões que os levaram, entre 1945 e 1964, a apoiar os líderes trabalhistas e votar no PTB” (FERREIRA, 2001, p. 8) e está presente nas fontes do período. Foi elaborado academicamente após o Estado Novo e largamente utilizado para compreender a república entre os anos de 1946 a 1964.

Aproximando-se da primeira forma de conceito pensada por Koselleck, Angela de Castro Gomes (2001, p. 22) situa o marco inicial de utilização/formulação do termo populismo na década de 1950 com influência do pensamento estruturalista no chamado Grupo de Itatiaia, que contava com intelectuais como Hélio Jaguaribe, Cândido Mendes de Almeida, Hermes Lima, patrocinado pelo Ministério da Agricultura e, posteriormente, organizado no Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), sendo esse o núcleo básico para a formação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) que publicou em 1954 na revista *Cadernos de nosso tempo* o artigo “O que é o ademarismo?”. Nele consta a problematização do populismo no Brasil e as respectivas condições que possibilitaram as chamadas práticas populistas. Segundo Gomes, o objetivo desses pensadores era “formular uma interpretação para a crise nacional em curso,¹⁸ interpretação que pretendia esclarecer e mobilizar as forças progressistas do país” (2001, p. 23).

Apesar de Gomes ressaltar o início do uso do termo populismo no artigo de 1954, o vocábulo já era utilizado pela imprensa e pela sociedade. O jornal *Folha da Manhã* de 7 de outubro de 1950 teve a seguinte manchete “Eduardo Gomes é o campeão das liberdades democráticas que constituem preocupação apenas das elites e não do povo. Como as elites são minoria e o povo a maioria, era natural que triunfasse o candidato populista”.¹⁹

Jorge Ferreira (2001) divide a utilização do termo populismo em três gerações. A primeira das décadas de 1950 e 1960, com liderança dos sociólogos e cientistas políticos, em especial, Octávio Ianni e Francisco Weffort, que pensavam a transição ocorrida no Brasil de

18. Crise marcada pela oposição ferrenha a Vargas e seu suicídio em agosto de 1954.

19. Disponível em: <www.fgv.br/cpdoc>. Acesso em: 7 nov. 2013.

uma sociedade tradicional e rural para uma industrial e urbana. Nessa transição, as “massas populares” passaram a ser incorporadas ao discurso político.

A segunda geração dos anos 1970 e 1980, influenciada pelo conceito de hegemonia do pensador marxista Gramsci,²⁰ a tríade – repressão, manipulação, satisfação – de Weffort foi substituída pela dicotomia repressão e persuasão. E, para Ferreira, isso pode ser pensado como uma regressão na maneira de se pensar as relações entre Estado e a classe trabalhadora. Essa segunda geração, ao retirar o termo *satisfação* e colocar *persuasão* valorizou, principalmente, dois pontos do governo Vargas: repressão policial e propaganda política.

A partir da década de 1980, houve uma terceira geração influenciada pela ideia de circularidade cultural²¹ de Ginzburg e pela produção de E.P. Thompson. Segundo Ferreira (2001), os trabalhos brasileiros influenciados pelos dois historiadores são escassos para os anos após 1930. A ideia de classe social de Thompson é “incompatível com a noção de populismo e de suas inevitáveis consequências, como manipulação das massas, mistificação ideológica e consciências desviadas dos seus interesses ‘reais’” (FERREIRA, 2001, p. 101)

Para além das discussões em torno do termo "populismo", cresceu, nos últimos anos, o interesse dos historiadores e pesquisadores de diversas áreas, inclusive cineastas, por João Goulart. Muitas pesquisas foram realizadas sobre as várias faces históricas do ex-presidente, seu governo e a relação entre Jango e o golpe militar, como a biografia escrita por Marcos Antônio Villa (2004), o livro da historiadora Marieta Ferreira (2006), a obra de Jorge Ferreira (2011), a pesquisa de Juremir Machado (2013), dentre vários outros trabalhos e artigos

20. De acordo com o dicionário de verbetes da USP: “em primeira instância, hegemonia significa simplesmente liderança, derivada diretamente de seu sentido etimológico. O termo ganhou um segundo significado mais preciso, desenvolvido por Gramsci para designar um tipo particular de dominação. Nessa acepção hegemonia é dominação consentida, especialmente de uma classe social ou nação sobre seus pares. Na sociedade *capitalista*, a burguesia detém a hegemonia mediante a produção de uma *ideologia* que apresenta a ordem social vigente, e sua forma de governo em particular, a *democracia*, como se não perfeita, a melhor organização social possível. Quanto mais difundida a ideologia, tanto mais sólida a hegemonia e tanto menos necessidade do uso de violência explícita”. Disponível em: <http://www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/c_deak/CD/4verb/index.html#G>. Acesso em: fev. 2014.

21. Para Ginzburg a ideia de circularidade cultural pode ser entendida num sentido próximo ao pensado por Mikhail Bakhtin e “que é possível resumir no termo ‘circularidade’: entre a cultura das classes dominantes e a das classes subalternas existiu um relacionamento circular feito de influências recíprocas, que se movia de baixo para cima, bem como de cima para baixo” (2006, p. 10).

importantes. Um livro fundamental que debate as “múltiplas faces” do presidente é “Jango e o debate historiográfico: definindo novas perspectivas”, de Ângela Castro Gomes e Jorge Ferreira (2007).

A formação acadêmica de novos historiadores e outros estudiosos das ciências humanas também é importante para a retomada de pesquisas e análises anteriormente desenvolvidas sobre a conjuntura do governo Goulart e sobre o golpe a partir de novas perspectivas. Esse interesse de pesquisadores, sobretudo atual, soma-se ao de jornais, *blogs* e sites de notícias na internet e intensifica-se pelo fato de que a versão sobre a morte do ex-presidente João Goulart, deposto com o golpe militar de 1964, pode ser revista, após 37 anos.²²

Em 2013, a pedido da família, a Comissão Nacional da Verdade²³ (CNV) iniciou uma investigação sobre a causa da morte do ex-presidente. Segundo a versão oficial, Jango morreu de ataque cardíaco, mas alguns familiares defendem que ele poderia ter sido envenenado durante a ditadura militar na chamada Operação Condor.²⁴ No mesmo ano (2013), Jango recebeu do Governo de Dilma Rousseff honras de Chefe de Estado, uma homenagem póstuma ao ex-presidente que, na época da sua morte, não contou com esse ritual concedido aos chefes de Estado.

22. Em 1º de dezembro de 2014, os resultados dos exames realizados após a exumação do corpo de João Goulart não detectaram nenhum veneno. O médico legista afirmou que não se pode afirmar nem que Jango foi envenenado nem que não foi, pois as substâncias podem não ter sido detectadas após quase 40 anos da morte do ex-presidente (SCHREIBER, 2014).

23. A Comissão Nacional da Verdade foi criada pela Lei nº 12.528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012. A CNV tem por finalidade apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Conheça, no *link* a seguir, a lei que criou a Comissão da Verdade e outros documentos-base sobre o colegiado. Em dezembro de 2013, o mandato da CNV foi prorrogado até dezembro de 2014 pela medida provisória nº 632. Dados disponíveis em: <http://www.cnv.gov.br/index.php/institucional-acesso-informacao/a-cnv>. Acesso em: 2 mar. 2014.

24. “Entre os dias de 25 de novembro e 1º de dezembro foi estabelecida, pelos principais representantes do serviço de inteligência dos países do Cone Sul, a Operação Condor. O objetivo da operação era oficializar o intercâmbio de informações sobre a ‘subversão’ em seus países, bem como a realização de ações conjuntas e de treinamento militar. A Condor acabou levando a cabo assassinatos de oponentes fora de seus territórios” (QUADRAT, 2003, p. 171).

A permanência de dúvidas e silêncios sobre alguns acontecimentos revela que esse passado ainda é presente. O fim do governo João Goulart e o início da ditadura militar em 1964 foram eventos consternadores para uma geração. Segundo Ricoeur, “as noções de trauma, ou de traumatismo, de ferida e de vulnerabilidade pertencem à consciência comum e ao discurso ordinário” (1996, p. 1). Daniel Aarão Reis, em entrevista à *Revista Época* (edição referente aos 50 anos do golpe) afirma que a “o estado de direito democrático, depois de 1988, conservou vários cacos da ditadura incrustados na atual ordem democrática, que muito a fragilizaram” (p. 76). O historiador cita permanências da ditadura: tutela militar sobre a ordem constitucional, hipertrofia do Executivo, repressão aos movimentos populares, concepções de desenvolvimento econômico apoiadas na cultura política nacional-estatista, aristocratismos de nossas elites políticas, militares e sindicais, essas características do passado autoritário fazem parte do presente democrático brasileiro.

Ao se compreender a complexidade da deposição de Goulart, estuda-se a ditadura de uma forma menos maniqueísta, sem esvaziar a violência do período, e elabora-se uma visão mais plural do próprio tempo presente. Ao analisar esse momento como complexo, esvazia-se interpretações que justificam os problemas nacionais na falta de capacidade política do brasileiro.²⁵

Apesar do ato da presidenta da República ao homenagear Jango, um pouco timidamente tendo em vista que a homenagem foi feita na Base Aérea de Brasília, simbolizar um reconhecimento do legado do ex-presidente e suscitar vários debates sobre a importância que desempenhou na conjuntura política brasileira, ainda hoje, muitos docentes, pesquisadores, livros didáticos reforçam a imagem de “um Presidente fraco, que não aguentou a pressão e, em consequência, fugiu sem nenhuma resistência para São Borja, sua cidade natal, e de lá partiu para o Uruguai, onde morreu no exílio” (FERREIRA, 2006).

Existe a predominância tanto de imagens depreciativas quanto um certo ocultamento do protagonismo de Goulart. Por muito tempo, ele foi um dos presidentes menos estudados.

25. Professores e alunos muitas vezes acreditam nessa concepção de participação política incompleta e que isso explicaria vários pontos da história do Brasil: da manipulação de Vargas à vitória de Lula em 2002. Esse não é o problema em questão. O problema é o livro didático passar essa visão como dado da realidade.

Na historiografia e nos documentários,²⁶ o governo de João Goulart ficou relativamente esquecido e quando lembrado há uma tendência de vê-lo por meio de imagens ou discursos depreciativos. Segundo Jorge Ferreira (2008), após 1964, Jango foi execrado pela direita, desprezado pela esquerda e solenemente ignorado pela pesquisa universitária. O resultado, com o tempo, foi uma imagem ocultada, condenada ao esquecimento coletivo. De acordo com o autor,

desde que Goulart entrou na vida pública, em fins de 1945, e, particularmente, quando foi identificado como pessoa próxima a Vargas, começaram as críticas sobre ele veiculadas na imprensa. Mas sua atuação como ministro do Trabalho desencadeou uma série de ataques e insultos vindo dos setores conservadores, particularmente da UDN. O que incomodava os conservadores é que Jango, no ministério do Trabalho, aproximou-se do movimento sindical e passou a dialogar com os trabalhadores e líderes sindicais. Para a direita e os udenistas, tratava-se de algo inconcebível para um ministro de Estado. Daí surgiram as críticas: demagogo, manipulador, incompetente, instigador de greves, agitador etc. A estas denúncias de cunho político, juntaram-se outras, de cunho moral: mulherengo, alcoólatra etc. Quando, ao final de sua gestão no ministério, os opositores perceberam que Jango se tornara o herdeiro político de Getúlio Vargas, os ataques aumentaram ainda mais, surgindo a expressão “República sindicalista” [...] As imagens negativas sobre Goulart tomaram outra dimensão após o golpe militar de 1964. Os golpistas, civis e militares, passaram a desqualificar o regime democrático que derrubaram e a pessoa de Goulart em particular. Dele, os vitoriosos de 1964 retomaram os ataques formulados anteriormente, acrescido de adjetivos como corrupto, irresponsável, despreparado etc. Jango, no exílio, sequer podia se defender das acusações. As esquerdas, por sua vez, também contribuíram para o processo: “populista”, por exemplo, foi conceito criado nas Universidades para desqualificar lideranças anteriores a 1964 (FERREIRA *apud* PELLI, 2011).

Goulart seria populista e fraco e, por isso veio o golpe? E o papel determinante dos que articularam o golpe? As formas de compreender a democracia ou a república brasileira estão diretamente ligadas ao entendimento sobre alguns momentos da história do Brasil. O governo Goulart é um desses eventos, entretanto ele ficou mais marcado pelo seu fim, isso pode ser evidenciado pela ampla e mais antiga bibliografia sobre o golpe e a pouca produção sobre o governo Goulart.

26. Dos três documentários que serão analisados, dois são recentes. Houve uma lacuna de quase 30 anos entre o *Jango* (1984) de Silvio Tendler e *Dossiê Jango* (2013) de Paulo Henrique Fontenelle e *O Dia que durou 21 anos* (2012) de Camilo Tavares.

Mattos (2008) afirma que ainda é muito “precipitado produzir um balanço da bibliografia que toma o período presidencial de Goulart *per si* de forma isolada dos trabalhos que o examinam tendo como marco fundamental o golpe” (2008, p. 245). Portanto, as explicações sobre o governo de João Goulart aproximam-se das explicações para o golpe de 1964. Estudos que investiguem “o período de exercício da presidência por Goulart a partir de suas características, independentemente do desfecho golpista” (MATTOS, 2008, p. 245) ainda são raros.

Na historiografia, de acordo com Delgado (2012) é principalmente a partir da década de 1970, que se iniciou a elaboração historiográfica sobre o golpe civil-militar de 1964. Para a historiadora, é possível agrupar esses teóricos em cinco perspectivas. A primeira marcada pela atuação de sociólogos, economistas e cientistas políticos, Delgado chama de “interpretações estruturalistas e funcionais” (2010, p. 130). Essa abordagem é presente nos clássicos *Colapso do populismo no Brasil* de Otavio Ianni (1967) e *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro* de Maria da Conceição Tavares (1975). Esse primeiro grupo é caracterizado pela vinculação à dimensão de tempo longo, priorizando ideias como o subdesenvolvimento e o atraso de nossa industrialização.

Para a primeira corrente, o golpe de 1964 seria resultado de um esgotamento das condições políticas, econômicas e sociais. Isto é, o colapso de um modelo em formação desde 1930. Muitas vezes, parece que a chegada das Forças Armadas ao poder era inevitável devido à incapacidade de se articular três de modelos econômicos existentes – o agroexportador, o nacionalista e internacionalista – e a incapacidade do líder de manobrar os anseios populares. Para Ianni (1967), o colapso do populismo em 1964 deve levar em consideração que as práticas populistas acabariam gerando a efetiva politização das massas e, por isso, seria marcada por crises, ambiguidades e tensões e que o capitalismo nacional havia entrado em um período de crise a partir de 1962, ou seja, o movimento de 1964 representou um esgotamento de um modelo político e econômico e o início outro em que se reforçava e ampliava os “vínculos externos de dependência” e se desenvolvia “uma campanha ideológica e policial contra todas as manifestações da política de massas” (IANNI, 1968, p. 224).

Logo, nesse tipo de interpretação, por se valorizar a longa duração, há uma tendência de elencar características comuns ao período de 1945 a 1964. Esses pontos de aproximação seriam a industrialização tardia, o subdesenvolvimento, a transição de um país rural para um urbano e a intensificação das reivindicações populares com o desenvolvimento do setor industrial, dentro do quadro político chamado de populismo.

O segundo grupo nomeado de “interpretações que enfatizam o caráter preventivo da intervenção civil e militar” (2010, p.131) é caracterizado pela relação do tempo longo com o tempo curto (ação conjuntural imediata). Desse segundo grupo fazem parte Florestan Fernandes (1997), a própria autora do artigo Lucília de Almeida Neves Delgado (2011) e Caio Navarro de Toledo (1984).

Para esse grupo, o golpe de 1964 e o consequente controle político pelos militares foi uma ação estratégica para impedir mudanças profundas no país, como a adoção de um modelo distributivo ou até socialista. Ele apresenta pontos que podem ser utilizados em sala de aula como ferramenta para explicação do golpe, pois ressalta a mobilização social no governo João Goulart que pode corroborar com uma das competências expressas nos Parâmetros Curriculares Nacionais(PCN): “necessidade de os educandos virem a reconhecer que são agentes e protagonistas da construção/reconstrução dos processos sociais e não meros espectadores passivos dos mesmos” (BRASIL, 2013, p. 31). O golpe teria sido feito para impedir a crescente articulação dos trabalhadores, estudantes e trabalhadores rurais. Segundo Toledo,

[o mês de] abril de 1964 representou, de um lado, um golpe contra as reformas sociais que eram defendidas por amplos setores da sociedade brasileira e, de outro, representou um golpe contra a incipiente democracia política que nascera em 1945, com a derrubada do Estado Novo (2004, p. 67).

Delgado faz uma análise do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) entre os anos de 1945 a 1964 e ressalta a fragmentação política dos grupos que desejavam as reformas de base no governo de João Goulart concomitantemente à articulação e união de políticos contrários às mudanças defendidas por Jango, que apesar de várias discordâncias, tinham um ponto importante em comum: não eram o governo. Para Delgado, a oposição se aproveitou da “oscilação de Goulart” e as esquerdas “que viviam uma fase de militância eufórica” não se

atentaram para a organização realizada pela “tradicional elite dirigente” (DELGADO, 2011, p. 222).

O terceiro grupo chamado de “análises que privilegiam a versão conspiratória” (2010, p.134) valoriza a maquinação existente no Brasil por meio da aliança de alguns setores sociais com os Estados Unidos para o golpe. O tempo da curta duração é abordado para denunciar as ações difamatórias contra João Goulart e as reformas. Essa perspectiva, segundo Delgado, é formada por Moniz Bandeira (1978), René Dreifuss (1981) e Heloísa Starling (1986).

Nessas abordagens, há um destaque dado às articulações internacionais com os Estados Unidos e ao temor da implantação do socialismo no Brasil, não somente às vésperas do golpe, mas desde 1961 com o financiamento de políticos contrários ao chamado varguismo e com a criação do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD).²⁷ O peso do apoio norte-americano pode ser facilmente observado no livro citado de Bandeira (1978) em que se destaca o papel da Embaixada dos Estados Unidos e da CIA, o nome de Vernon Walters, a atuação da CIA no levante dos marinheiros e, por último, a operação *Brother Sam*. As ações americanas foram fundamentais para articular grupos conservadores contrários ao presidente João Goulart e criar um clima favorável ao sucesso do golpe civil-militar. Para Bandeira, na “campanha para a derrubada do Governo” o imperialismo norte-americano “participava como empresário” (BANDEIRA, 1978, p. 166).

A quarta corrente interpretativa chamada de “interpretações que destacam as ideias de ação política conjuntural e a de falta de compromisso com a democracia” (2010, p. 137) passou a exercer muita influência no mundo acadêmico a partir da década de 1990 e destaca a radicalização entre os anos de 1961 e 1964 e a falta de apego ao modelo democrático tanto da esquerda quanto da direita. Os nomes mais importantes dessa linha seriam Wanderley Guilherme dos Santos (1986), Argelina Figueiredo (1993) e Jorge Ferreira (2004).

27. Para René Dreifuss, há duas possíveis origens para o IBAD. A primeira seria de formação do Instituto em fins da década de 1950 paralelamente à projeção política do Conselho Nacional de Classes Produtoras (CONCLAP) do Rio de Janeiro. E a segunda origem, citada por Carlos Lacerda, seria após a chegada de João Goulart ao governo. Representantes convidaram Lacerda para formar um grupo em defesa da democracia (DREIFUSS, 1987, p. 102). Já o IPES foi criado durante a presidência de Jânio Quadros por inúmeros empresários com “relações econômicas multinacionais” e “posicionamento anticomunista” (DREIFUSS, 1987, p. 162).

Essa corrente critica abertamente a utilização de modelos estruturais, como o colapso do populismo, para se pensar o golpe e enfatiza características políticas do contexto anterior ao golpe. Ao fazer essa crítica, eles entendem o processo de "radicalização" política" como a "maior responsável pelo rompimento da ordem institucional em 1964" (DELGADO, 2004, p. 26). Para fugir de explicações estruturais ou "macroeconômicas" e macrossociais", Wanderley Guilherme dos Santos utiliza a noção de sistemas pluralistas polarizados e afirma que:

entre o fim da década de 50 e o ano de 1964, o sistema político brasileiro experimentou a transformação de um pluralismo moderado ou segmentado em um pluralismo extremamente polarizado, não importando quão limitada tenha sido sua dimensão pluralista. Independentemente dos processos econômicos e sociais seculares que caracterizam a moderna História do Brasil, o impasse político da década de 60 resultou da estrutura de conflito político existente naquela época (1986, p. 35).

A quinta corrente cuja produção ocorreu no início do século XXI é chamada de "novo ciclo produtivo" por Delgado (2010, p. 141) e tem nomes como Carlos Fico (2008) e Rodrigo Pato Sá Motta (2006). Para Delgado, Fico deu importantes contribuições para o debate promovendo uma diferenciação entre conspiração e desestabilização. Segundo o autor, o processo de desestabilização foi feito pelos partidos políticos, setores da sociedade civil e da Igreja, entretanto, a fase da conspiração foi conduzida por setores das Forças Armadas.

De acordo com Fico, a natureza de um evento político não é determinada por quem o apoiou e, sim, pela "efetiva participação dos agentes históricos" (2014, p. 9). E dessa forma, ele concorda com o termo golpe civil-militar, mas defende que o regime subsequente foi "eminentemente militar e muitos civis proeminentes que deram o golpe foram logo afastados pelos militares justamente porque punham em risco o seu mando" (2014, p. 9).

Caio Navarro Toledo (2006) afirma que as novas produções sobre o golpe podem ser divididas em dois grupos: a dos setores militares e a de acadêmicos "progressistas". Ele afirma que até em documentos militares o termo "Revolução" foi relativamente abandonado e que os militares sofreram "uma derrota no campo das ideias". Toledo chama atenção para os novos rumos da historiografia, principalmente para os autores Jorge Ferreira, Marco Antonio Villa e Leandro Konder, intitulada por ele de revisionista e que tiveram um bom acolhimento pelos setores conservadores. Segundo ele,

na visão destes acadêmicos, na conjuntura de 1964, todos os agentes relevantes do processo político estavam comprometidos com o *golpismo*: militares, setores da direita, das esquerdas e Goulart – por “não morrerem de amor pela democracia” – estavam prontos para desfechar um golpe de estado (2006, p. 34).

Segundo Toledo (2006), Villa e Konder utilizam o termo *golpismo* e Jorge Ferreira optou pelo termo *antidemocratismo*, mas, para Toledo, “essa prudência terminológica, no entanto, não o impede de afirmar que: ‘[...] de uma posição defensiva e legalista em 1961, as esquerdas adotaram a estratégia ofensiva de rompimento institucional’” (FERREIRA *apud* TOLEDO, 2006, p.35). Para Toledo, essas perspectivas “endossam uma visão conservadora e reacionária do golpe de 1964” (2006, p. 36). E o mais grave, essas interpretações não apresentam documentos que demonstrem a trama golpista ou continuísta de Goulart. Logo, para Caio Navarro de Toledo, as novas abordagens para explicar o golpe, presentes em alguns pensadores da quarta e quinta corrente organizadas por Delgado (2010), se aproximam de um enredo conservador ao justificar o início da ditadura no suposto golpe orquestrado por setores que apoiavam Goulart.

Depois de tantas possibilidades evidenciadas pela historiografia, como ensinar esse momento? Como lidar com as várias representações de Goulart? E, em primeiro lugar, quais são essas representações?

Capítulo 2 – COMO LIDAR COM EXPECTATIVAS NAUFRAGADAS? JOÃO GOULART E SEU GOVERNO NOS LIVROS DIDÁTICOS

2.1 O LIVRO DIDÁTICO: UMA COLCHA DE RETALHOS INDISPENSÁVEL PARA A DOCÊNCIA

A transmissão ou a produção dos saberes históricos não é prerrogativa exclusiva do livro didático, mas ele ainda tem um importante papel a desempenhar nesse processo, já que as representações presentes nessas produções incidem sobre os imaginários, as práticas sociais e as identidades dos estudantes. As diversas formas de explicação dos livros escolares podem contribuir para desfazer antigas representações ou reafirmá-las.

Desse modo, para estudar as representações referentes ao governo de João Goulart nos livros didáticos, é necessário compreender o que é esse material escolar. Esta pesquisa não tem a pretensão de narrar a história do livro didático no século XXI, mas sim de apresentar algumas concepções acerca do livro didático e a sua importância ao se pensar o ensino de história e, especificamente, as representações do governo de Jango.

A experiência didática no ensino básico, seja público ou privado, no Distrito Federal, mostra que estudos sobre os livros didáticos ainda podem contribuir para aprofundar a reflexão sobre o ensino de história. Pois o principal contato dos alunos com o saber histórico ainda se dá por meio do livro didático. Como assevera os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN):

os livros ou manuais didáticos são os únicos materiais de leitura e de acesso de grande parte da população às informações históricas. Cumprem uma função social importante na difusão do saber letrado, da cultura e da História do Brasil e dos povos (BRASIL, 1998, p. 81).

Davies (2011), por exemplo, ao analisar as camadas populares nos livros de História do Brasil, observa uma perspectiva de negação da participação popular em temas como a introdução da escravidão negra em que se valoriza o lucro do tráfico negreiro em detrimento da resistência indígena, ou, a utilização do termo *povoamento* que não designa simplesmente ocupação de um território por seres humanos e, sim, expansão da sociedade colonial. Essas narrativas geram consequências, pois

ao negarem a participação popular na história, os livros didáticos induzem o aluno das camadas populares a pensar que sua história não tem valor, que sua história não é a História, que só as iniciativas dos grupos dominantes são dignas de registro, de estudos, são exemplos. Sendo induzido a desvalorizar o seu passado, o aluno provavelmente tenderá também a subestimar o seu papel na manutenção e/ou transformação do presente, o que conduz ao fatalismo, ao sentimento de impotência de transformação do mundo e à aceitação das elites para a direção da sociedade (DAVIES, 2001, p. 137).

Davies (2011) sugere que os livros didáticos apontem a participação dos setores populares na história como sujeitos e suas lutas, sem resvalar também para uma heroicização desses grupos buscando:

registrar a dimensão real (tanto quanto possível) dessa atuação, sem cair na tentação da criação de heróis populares, cheios de virtudes, de bravura, o aluno será levado a pensar a própria realidade de maneira contraditória, com interesses antagônicos, uns dominantes, outros dominados, mas nem por isso passivos e à mercê da vontade dos dominantes (DAVIES, 2011, p. 137-138).

Dessa maneira, o livro escolar, objeto de difícil conceituação, contribuiria para a formação cidadã e política dos alunos. Para Alain Choppin (2004), o número de termos que usados para se referir a um mesmo objeto – livros didáticos, manuais escolares, compêndios escolares, no caso da língua portuguesa – reflete a complexidade do estatuto desse objeto na sociedade. Alguns vocábulos referem-se ao contexto institucional do livro escolar, outros valorizam sua função didática no sentido etimológico. Já o termo manual ou compêndio escolar revelam a forma material, geralmente reduzida ao objetivo de síntese do conteúdo.²⁸

Apesar das diversas nomenclaturas, da dificuldade em definir – objeto cultural; suporte de conhecimentos e método de ensino; e (ou) veículo de valores ideológico-culturais (BITENCOURT, 2004) – e das discussões acadêmicas sobre os livros escolares, qualquer aluno que passou por uma escola brasileira saberá identificar rapidamente um livro didático. Pois, a tradição escolar do país está bastante ligada ao seu uso há, pelo menos, dois séculos. Logo, a

²⁸Nesse trabalho, optou-se por não utilizar o termo compêndio ou manual, pois entende-se que ambos passam uma ideia de síntese, de simplificação, até mesmo de desqualificação do objeto de estudo.

utilização do livro está introjetada na experiência escolar de grande parte do alunado e, por isso, a discussão sobre ele ainda é relevante.

O livro didático, além de instrumento pedagógico, é também um produto mercadológico e gera grandes lucros para as editoras, em especial, com a venda para o Estado por meio do Programa Nacional dos Livros Didáticos.²⁹ Essa lucratividade pode ser exemplificada pela atuação do Grupo Abril que, diminuiu os investimentos em seus periódicos, como fim da circulação do periódico *Bravo!*, e aumentou os investimentos na compra de escolas³⁰ e na publicação de livros didáticos, por meio da editora *Scipione* e da editora *Ática*³¹.

Munakata (2001, p. 89-90) critica aqueles que afirmam que o livro didático é o vilão da educação, pois seria dele a responsabilidade de ter transformado professores em *dadores* de aula. Para ele, o uso do livro didático por uma classe inteira possibilita o ensino simultâneo, algo necessário para a escolarização em massa. Para o estudioso, esse uso nunca será padronizado, já que cada professor irá incorporá-lo à didática da sala de aula de maneira peculiar. Ou seja, chama atenção para as múltiplas possibilidades do uso do livro didático e que o professor tem autonomia para escolher pedagogicamente como vai utilizá-lo. Essa perspectiva converge com os PCN, pois

o mais importante não é o livro, mas a utilização que se faz dele. De vários livros podem ser selecionados textos, imagens, citações de autores, documentos e exercícios. Esses materiais podem ser usados para problematizar questões históricas, instigar debates, analisar representações de épocas, confrontar pontos de vistas, diferenciar abordagens históricas,

29. O PNLD 2013 investiu R\$ 751.725.168,04 na aquisição de livros didáticos para o ensino fundamental e R\$ 364.162.178,57 na complementação do PNDL 2012 destinados ao Ensino Médio (dados disponíveis online <<http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-dados-estatisticos>>. Acesso em: jan. 2014.

30. Em 2010, o grupo Abril Educação comprou a rede de educação Anglo de São Paulo por 500 milhões (OSCAR, 2010). Em 2011, o grupo comprou o Curso e Colégio PH no Rio de Janeiro (SEM AUTOR, 2011). Em 2012, o grupo comprou o sistema de ensino GEO com forte atuação no Norte, Nordeste e Centro-Oeste por R\$44 milhões (KOIKE, 2012). E, em 2013, informou a aquisição da escola de Brasília Centro Educacional Sigma por R\$ 130 milhões (SEM AUTOR, 2013)

31. O Grupo Abril reúne cerca de 51 mil alunos somente na rede privada de ensino, especialmente, fundamental e médio, e fornece os livros didáticos para grande parte desses alunos tendo em vista a autonomia concedida ao professor na escolha do material. Disponível em: <<http://ri.abrileducacao.com.br>>. Acesso em: dez. 2013.

resumir temas de estudo, explicitar definições históricas para conceitos, etc. (BRASIL, 1998, p. 81).

O professor é o principal responsável pela escolha dos livros didáticos. Os PCN recomendam que o livro didático não seja considerado o único recurso didático, mas sim, mais uma fonte de informação a ser utilizada em momentos específicos e para fins determinados. De modo geral, de acordo com o documento, o professor pode incorporá-lo como fonte de pesquisa, dentre outros materiais, como textos de época, computador, filmes, documentários, etc. (BRASIL, 1998, p. 81).

Nicholas Davies (1996) considera um equívoco descartar o livro didático por que, segundo ele, nas condições em que as escolas públicas e os professores se encontram, o livro didático não pode ser descartado com base em suposições de que os professores e escolas darão conta de construir conhecimentos teóricos, metodológicos para criar algo melhor. Outros fatores influenciam a qualidade da educação, para além do livro didático, como “formação adequada, condições salariais e exercício profissional apropriado” (DAVIES, 1996, p. 83).

Considerando as especificidades da educação brasileira, é difícil pensar na obrigatoriedade do ensino fundamental e na universalização do ensino médio, previsto pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação de dezembro de 1996 e pelo Plano Nacional de Educação³² de 2014, sem o auxílio prestado pelo livro escolar. Por exemplo, imagine a dificuldade de um educador, sem livro didático, que trabalhe com diferentes séries em ensinar de forma aprofundada e atualizada conteúdos diversos que vão desde a pré-história até o século XXI, cobrados em vestibulares, no Exame Nacional do Ensino Médio e no Programa de Avaliação Seriada da Universidade de Brasília (PAS). Além disso, há também os novos conteúdos exigidos com a Lei nº 10.639/2003 e a Lei nº 11.645/2008³³.

32. A universalização do ensino médio, até 2016, com o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos é uma das metas do PNE 2014.

33. Em 2008, a Lei nº 11.645 acrescentou novos conteúdos obrigatórios: história da África e dos africanos; a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil; a cultura negra e indígena brasileira; e o negro e o índio na formação da sociedade nacional. Destaca-se que alguns desses conteúdos não são parte do currículo obrigatório do ensino superior. A lei de 2008 acrescentou à lei de 2003 o ensino sobre os povos indígenas. A Lei nº 10.639/2003 incluía somente o “estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e

O livro didático não pode ser visto apenas como muleta, mas como ferramenta pedagógica que possibilita mobilizar e desenvolver várias competências como a compreensão, a memorização, a análise, a síntese, a formulação de hipóteses, dentre outros. A elaboração e publicação de livros didáticos é um mercado lucrativo, as pesquisas que analisam as obras e o próprio Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) forçarão uma melhor qualidade desses materiais por parte das editoras/autores, pois “o fato de uma obra não estar presente no Guia publicado pelo MEC traz efeitos financeiros indesejáveis que, em alguns casos, culminaram no desaparecimento de editoras e/ou em fusões de grupos editoriais” (MIRANDA; LUCA, 2004, p. 128) .

Ao se debruçar sobre a primeira fonte da pesquisa – os livros didáticos – foi possível desenvolver uma analogia entre eles e uma colcha de retalhos, uma vez que a linguagem presente nos diversos materiais é uma mistura de diferentes abordagens historiográficas com aspectos cruciais do tempo presente em que o livro foi publicado. Por exemplo, nessa pesquisa encontrou-se comparações entre Collor e líderes populistas (MOTA, BRAICK, 2006, p. 169) e a afirmação que “discursos populistas ainda contribuem muito para que muitos políticos ocupem cargos importantes na América Latina³⁴” (MOTA, BRAICK, 2006, p. 171) no capítulo destinado a estudar o Brasil entre os anos de 1945 e 1964. Além desses fatores, existe a questão do espaço destinado aos capítulos fazendo com que alguns conteúdos complexos sejam compilados. Acerca da temática estudada – o governo João Goulart –, observa-se que há um entrelaçamento entre duas perspectivas históricas: a utilização de uma abordagem estrutural – no caso, o colapso do populismo para entender o golpe de 1964 – junto a uma profusão de dados factuais aproximando-se de uma história política tradicional.

Dessa forma, não há como afirmar com certeza que tal livro utiliza exclusivamente determinado autor ou uma determinada forma de interpretação histórica e de entendimento sobre o que seja o fazer historiográfico. Apesar de sempre apontar as aproximações entre a

o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil”.

34. O mesmo livro da edição 2002, possuía um quadro comparando Jango e Hugo Chávez (2002, p. 506). A comparação direta é retirada do texto, mas a ideia do populismo como ferramenta para entender a América Latina continua.

historiografia e a literatura escolar, o objeto desta pesquisa não é visto como uma mera tradução o do saber acadêmico em linguagem acessível aos estudantes. E essa afirmação torna seu estudo ainda mais desafiador.

2.2 HISTORIOGRAFIA E LITERATURA ESCOLAR: UMA RELAÇÃO SIMBIÓTICA – USOS E ABUSOS DO TERMO POPULISMO NOS LIVROS DIDÁTICOS

Neste trabalho entende-se que o conhecimento histórico escolar não é uma mera repetição ou transposição do saber acadêmico, não é uma simples vulgarização do que é produzido nas universidades. A história escolar “constitui-se por intermédio de um processo no qual interferem o saber erudito, os valores contemporâneos, as práticas e os problemas sociais” (BITTENCOURT, 2013, p. 25). Não se mostrou produtivo intelectualmente relacionar hierarquicamente o saber acadêmico e o saber escolar por dois motivos principais. Primeiro, todos os historiadores foram alunos que tiveram contato com determinadas explicações sobre o passado, até onde reproduzem ou desconstruem essas explicações é difícil afirmar. E segundo, que merece destaque, é que a experiência escolar gera saber. Um exemplo significativo disso é como a experiência de E. P. Thompson como professor, por 19 anos, de alunos no curso noturno, normalmente formado por trabalhadores, influenciou na concepção de sua grande obra *A formação da classe operária inglesa* (1987).³⁵

Por outro lado, não se constituiu como objetivo desse trabalho categorizar os usos do populismo de acordo com as gerações propostas por Jorge Ferreira e, muito menos, enquadrar as interpretações para o golpe de 1964 nos grupos propostos por Delgado (2010) ou por Toledo (2006). O objetivo é mostrar algumas tendências, tecer críticas e apresentar algumas sugestões, mas entendendo a complexidade do objeto escolhido: o livro didático com seus múltiplos usos em sala de aula.

Nos livros didáticos analisados, o vocábulo populismo é apresentado geralmente no capítulo sobre a Era Vargas (1930 a 1945), em especial, nas páginas dedicadas ao Estado Novo.

35. No prefácio do livro citado, ele afirma “Também aprendi muito com os estudantes das minhas turmas, com quem discuti muito dos temas aqui tratados” (THOMPSON, 1987, p. 14).

Em um dos livros mais bem avaliados pelo Guia Nacional do Livro Didático de 2012³⁶, o *História em Movimento*, o termo aparece da seguinte forma:³⁷

A legislação trabalhista, descrita como uma dádiva do governo, e a aproximação em relação aos sindicatos faziam parte de um tipo de política que seria mais tarde caracterizada como **populista**. Apresentado como autor magnânimo das leis trabalhistas Getúlio era chamado de “pai dos pobres”, uma espécie de protetor da classe trabalhadora (AZEVEDO; SERIACOPI, 2011, p. 229, grifo nosso).

Em outro capítulo da mesma obra, os autores afirmam:

Os novos governantes criticavam as antigas elites oligárquicas, os partidos políticos nacionais tradicionais e a influência norte-americana no continente. Dirigiam-se diretamente à população, sem depender da mediação de partidos. Apresentavam-se como defensores do “povo”, que tratavam como massas homogêneas, como se não tivesse em seu interior divisões de classe ou grupos distintos. Procuravam, dessa maneira, conquistar a lealdade das camadas populares, manipulando-as de forma a evitar que se rebelassem. Esse fenômeno político ficou conhecido como **populismo**. Entre os principais líderes populistas surgidos da América Latina destacam-se Getúlio Vargas, Lázaro Cárdenas, Jacobo Arbens e Juan Domingo Perón (AZEVEDO; SERIACOPI, 2011, p. 286, grifo nosso).³⁸

36. “O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) tem como principal objetivo subsidiar o trabalho pedagógico dos professores por meio da distribuição de coleções de livros didáticos aos alunos da educação básica. Após a avaliação das obras, o Ministério da Educação (MEC) publica o Guia de Livros Didáticos com resenhas das coleções consideradas aprovadas. O guia é encaminhado às escolas, que escolhem, entre os títulos disponíveis, aqueles que melhor atendem ao seu projeto político pedagógico. O programa é executado em ciclos trienais alternados. Assim, a cada ano o MEC adquire e distribui livros para todos os alunos de um segmento, que pode ser: anos iniciais do ensino fundamental, anos finais do ensino fundamental ou ensino médio. À exceção dos livros consumíveis, os livros distribuídos deverão ser conservados e devolvidos para utilização por outros alunos nos anos subsequentes” (BRASIL. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12389:guias-do-livro-didatico&catid=318:pnld&Itemid=1129>. Acesso em: out. 2013.

37. A primeira citação está no capítulo “O Brasil sob Getúlio Vargas” e a segunda no capítulo “Ditaduras latino-americanas”.

38. A associação de Jango ao populismo por esses fatores poderia ser complicada, principalmente, pelo que o livro chama de “falta de mediação de partidos”, pois ele foi atuante dentro do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) ao qual foi filiado até sua extinção por meio do Ato Institucional nº 2. Segundo Leonel Brizola, Jango tinha três características dignas de reconhecimento. A primeira era a dedicação a Getúlio Vargas, a segunda a fidelidade a seu partido e a terceira a luta pelo nacionalismo. “A doutrina dele era a seguinte: se você está contra algo, discuta, defenda suas ideias e vamos voltar. Vence a maioria e ela deve ser obedecida. Ele tinha horror à dissidência” (GOMES; FERREIRA, 2006, p. 41).

Nos discursos desses autores afirma-se que o tipo de relação existente entre os sindicatos e o líder Getúlio Vargas era marcada por práticas que, posteriormente, foram classificadas de populistas e que Vargas era caracterizado como “autor magnânimo das leis trabalhistas” (AZEVEDO, SERIACOPI, 2011, p. 229). Nesse caso e em tantos outros, afirma-se também que o líder procurou conquistar a lealdade dos trabalhadores manipulando-os para que não se rebelassem, ou seja, há uma associação direta entre populismo e manipulação das massas. A discussão concessão ou reivindicação das leis trabalhistas aparece geralmente nos livros didáticos com uma abordagem marcada pela passividade das “massas” ou pela ideia de que essa relação era meramente impositiva e efetuada por um dos lados, ou seja, o Estado e seu líder. A Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) é geralmente vista como uma concessão do governo. Portanto, uma “dádiva” de Getúlio, que deu aos trabalhadores direitos e que, por esse ato magnânimo recebeu o título de “pai dos pobres” e não contou com obstáculos a seu projeto de governabilidade.

No capítulo “A cultura política dos trabalhadores no primeiro governo Vargas”, Jorge Ferreira (1990) critica a tese fortemente disseminada de que, no primeiro governo Vargas, os trabalhadores foram vítimas de ideias estrangeiras à sua prática de classe e que, seduzidos pelo paternalismo, pela manipulação e pelo populismo, falharam em identificar seus reais e verdadeiros interesses. O autor afirma que o apoio e o consentimento ao governo Vargas não podem ser vistos como conformismo generalizado. Os trabalhadores reconheceram os ganhos conquistados no governo Vargas, mas não se mostravam passivos. Vivendo em um estado de extrema pobreza, eles aceitavam em parte esses princípios, porém continuavam a reivindicar melhorias em suas condições de vida e reclamando dos salários, do desemprego, da situação econômica, da penúria na qual viviam, das perseguições políticas, como demonstra a análise das cartas que escreviam para Vargas.

Portanto, seria enriquecedor ampliar o olhar retomando um dos pontos mais interessantes, por exemplo, de Weffort que utiliza o termo, mas sem subtrair um dos lados dessa relação. Ele afirma que havia manipulação das massas, mas nunca de forma absoluta, pois

Se o fosse [manipulação absoluta], seríamos obrigados a aceitar a visão liberal elitista que, em última instância, vê no populismo uma espécie de

aberração histórica alimentada pela emocionalidade das massas e falta de princípios dos líderes. [...] Ele foi um modo determinado e concreto de manipulação, mas foi também um modo de expressão de suas insatisfações. Representou, ao mesmo tempo, uma forma de estruturação do poder para os grupos dominantes e a principal forma de expressão política da emergência popular no processo de desenvolvimento industrial e urbano (WEFFORT, 2003, p. 71).

A noção do populismo como uma via de mão dupla pode ajudar a desfazer as representações acerca da incapacidade política do brasileiro. Ao valorizar somente a manipulação, anula-se um lado do jogo político, “um modo de expressão das insatisfações da população”. Ao entender essa relação como uma forma de expressão política popular, a noção de interação política incompleta ou meramente impositiva é abalada.

No livro *Estudos de História* (FARIA; MIRANDA; CAMPOS, 2009) não há referência ao termo populismo no capítulo sobre Vargas, mas ele é apresentado no capítulo denominado “Fluxos e Refluxos da Democracia”. No texto, os governos populistas foram aqueles que, no período que se estende de 1945 a 1964, buscaram assumir um papel de “árbitro entre as diferentes reivindicações sociais” e que o fundamental nos governos populistas era:

garantir que os trabalhadores não colocassem dificuldades aos projetos de crescimento: aí entram em ação as leis trabalhistas e o caráter “paternalista” do governo, o que Vargas iniciou com rara habilidade. Nem sempre os demais presidentes conseguiram arbitrar de forma competente os conflitos, daí esse período ter sido marcado por crises, tentativas de golpe, até seu encerramento, em 1964, com a deposição do presidente João Goulart e a ascensão dos militares (2009, p. 282).

O ponto de maior destaque na citação do livro *Estudos da História* (AZEVEDO, SERIACOPI, 2011, p. 229) não é o líder como árbitro e, sim, a ideia de que as leis trabalhistas foram “concedidas” para fazer com que os trabalhadores não atrapalhassem o projeto governamental ou não se rebelassem, ou seja que não foram uma conquista da classe trabalhadora.

No entanto, o próprio livro didático, em capítulos anteriores, trata dos movimentos operários, das greves de 1917, do anarcossindicalismo. Todavia, esses fatos são tratados isolados nos livros didáticos e não são relacionados/confrontados entre si levando em

consideração suas permanências e rupturas. Essas as reflexões que podem ser realizadas pelo professor e são fundamentais para uma educação crítica da história, pois

a participação ativa de “pessoas comuns” na construção da História – nas suas resistências, divergências de valores e práticas, reelaboração da cultura – instigam, por exemplo, propostas e métodos de ensino que valorizam os alunos como protagonistas da realidade social e da história e sujeitos ativos no processo de ensino e aprendizagem (BRASIL, 1998, p. 33)

Outro ponto, que aparece nos outros livros pesquisados e nesse em questão (*Estudos da História*) é associar o golpe de 1964 à falta de habilidade do líder em manipular os setores populares. É interessante questionar qual o tipo de mensagem política se quer passar com esse argumento. Ou ainda, o porquê de se enfatizar a manipulação das massas consideradas despolitizadas como ponto central de governabilidade e a inabilidade de Jango e não discutir o golpe na perspectiva da crescente autonomia da organização da sociedade civil naquela conjuntura e o temor que a direita possuía do socialismo, da reforma agrária e de uma revolução social. Ou nas palavras de Delgado (2011), da necessidade que os setores conservadores tinham de estagnar o crescimento dos movimentos sociais.

O livro mais selecionado pelos professores e, por essa razão, o mais comprado pelo MEC em 2013,³⁹*História Global* (COTRIM, 2010), traz na abertura do capítulo intitulado “O Brasil na primeira metade do século XX”, uma citação de Jose Murilo de Carvalho para introduzir a história do Brasil Republicano: “Todo sistema de dominação, para sobreviver, terá de desenvolver uma base qualquer de legitimidade, ainda que seja a apatia dos cidadãos” (*apud* COTRIM, 2010, p. 518).

E o termo populismo é apresentado por uma citação de Boris Fausto:

Para muitos estudiosos, a adoção de leis trabalhistas pelo governo Vargas tinha, também, objetivos populistas. De modo básico, podemos situar o populismo como uma política fundada na sedução dos grupos sociais de menor poder aquisitivo por meio de medidas que representam **ou parecem representar** seus interesses e que enalteçam o líder do governo (FAUSTO, 2001. p. 206-207).

39. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico>>. Acesso em: jan. 2014.

Nas citações de Carvalho (*apud* COTRIM, 2010) e Fausto (2001), a marca do desvio na construção da cidadania brasileira está presente e a ênfase dada à apatia dos cidadãos vai ao encontro da perspectiva de sedução das classes populares diante do líder carismático. Será que os trabalhadores não deveriam ser escutados se as medidas representavam ou não seus interesses?⁴⁰ Pode-se evidenciar nos argumentos dos trechos dos livros didáticos mencionados que a solução para lidar com o papel crescente dos trabalhadores, inclusive com suas reivindicações foi a formação do pacto populista, como se os trabalhadores tivessem aceitado Vargas, ou Jango posteriormente, porque foram beneficiados pelo Estado. Entretanto, poder-se-ia repensar esse pacto de uma forma mais abrangente levando em conta aspectos da cultura política nacional e considerando os valores/códigos culturais e políticos dos setores que apoiaram líderes intitulados de populistas. Pois,

nas propostas sugeridas pelos historiadores da cultura, os trabalhadores não são definidos por sua passividade ou incapacidade de refletir sobre a sua própria realidade social, e sim como personagens que viveram experiências políticas, econômicas e culturais e, a partir de um leque de alternativas disponíveis, escolheram suas estratégias, manifestaram atitudes e comportamentos e construíram sua identidade política. Se tais escolhas e estratégias não foram “reais” ou “verdadeiras”, elas não podem ser subestimadas ou desconhecidas (FERREIRA, 2011, p. 25).

O livro *História das Cavernas ao Terceiro Milênio* (MOTA; BRAICK, 2006), no capítulo “Governos Populistas no Brasil”, inicia a discussão sobre o Brasil durante a Guerra Fria com uma entrevista com Carla Anastasia em que estabelece relações entre o populismo e a eleição de Fernando Collor de Melo em 1989.

40. Numa rápida tentativa de dar voz aos trabalhadores, a pesquisa encontrou uma edição do periódico Terra Livre – publicado pela União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), a partir de 1949, entidade organizada pelo PCB na década de 1950. Na edição de janeiro de 1960, há referências a Goulart: “Digna de aplausos, no entanto, foi aquela atitude do vice-presidente da República João Goulart. Assim que o ministro da Justiça declarou que a greve contra a carestia era ilegal, Jango manifestou todo apoio e solidariedade ao movimento” (TERRA LIVRE, 1960, p. 3). Nesse jornal específico, Goulart aparece várias vezes citado como recurso para a defesa do direito dos trabalhadores. Entretanto, quando o posicionamento de Goulart fere seus interesses a crítica é bastante dura: “Depois de fazer declarações demagógicas em discurso pronunciado em Santo André, o presidente João Goulart por quem os operários e líderes nacionalistas enfrentaram as polícias do golpe militar, durante a renúncia do fujão Jânio Quadros, apoiou a repressão violenta desencadeada pela polícia do Sr. Carvalho Pinto, contra operários paulistas em greve pelo abono de Natal” (TERRA LIVRE, 1961, p. 3). Disponível em: <<http://memoria.bn.br>>. Acesso em: abr. 2015.

P: – Haveria possibilidade de um novo Getúlio Vargas hoje? Como a conscientização política evoluiu de 1945 para cá?

R: - Haveria possibilidade de uma liderança política baseada no “carisma” sem dúvida. Por exemplo, a vitória de Fernando Collor de Mello nas eleições do ano passado configura um “novo populismo”. Aliás, acredito que a performance política de Collor indica algo mais do que isto: indica a acentuação das marcas autoritárias na política brasileira. O presidente fala diretamente às massas sem se utilizar de canais de mediação como, por exemplo, o partido político, as instituições políticas. Collor, como no populismo, utiliza-se de interpelações não-classistas, buscando aumentar o alcance de seu discurso. Assim Collor, surge como o “redentor”, o “salvador da pátria” desgastada pela atuação corrompida de políticos tradicionais. Collor passa a ser o “super-homem”, aquele que pilota aviões, motocicletas de alta velocidade, jet-sky, enfim, enfrenta os desafios e os perigos de forma destemida. Gradativamente, o mito Collor vai se edificando (ANASTASIA *apud* MOTA; BRAICK, 2006, p. 169).

Nessa citação observam-se dois pontos significativos: a influência do tempo presente na elaboração do livro didático e o uso “plástico” do conceito de populismo feito por Carla Anastasia. O primeiro, que torna o estudo dos livros didáticos complexos, aparece várias vezes como fendas em que o tempo presente aparece nas narrativas. Essas marcas, desilusões políticas vividas na Nova República, parecem provocar certo desencantamento com o passado brasileiro. Essa entrevista, por exemplo, pode ser analisada pelo espaço de experiência da entrevistada, marcada possivelmente pela decepção da vitória de Collor nas primeiras eleições diretas para presidente desde 1960. Logo, deve-se ter o cuidado de que esse sentimento de frustração chegue aos alunos de maneira pensada e calculada, com o objetivo de não reiterar a visão de uma participação política mambembe.

O segundo ponto, os “usos plásticos” do termo populismo mostram a capacidade de acomodação do termo em vários momentos e associado a múltiplos personagens. Talvez essa plasticidade ou capacidade de generalização seja inversamente proporcional a sua capacidade explicativa, já que se refere a tanta coisa. Ferreira discute o uso dessa categoria como chave atemporal para entender personalidades políticas no Brasil:

Personagens com diferentes tradições políticas foram reduzidos a um denominador comum: líderes trabalhistas como Getúlio Vargas, João Goulart, Leonel Brizola e mesmo Miguel Arraes perfilarão-se ao lado de políticos regionais paulistas, como Adhemar de Barros e Jânio Quadros; de um general anódino, como Eurico Dutra; de um udenista golpista, como

Carlos Lacerda; e de uma figura ainda mal estudada, como Juscelino Kubitschek. Após 1964, o próprio general-presidente João Figueiredo igualmente entrou no rol, segundo algumas análises. [...] projetos políticos que fincaram tradições políticas, e que ainda hoje se manifestam na sociedade brasileira, como o trabalhismo petebista e o liberalismo udenista, dissolvem-se e confundem-se em um mesmo rótulo: tratar-se-ia de “populismo” (*apud* VAVY BORGES, 2002).

A comparação é uma importante habilidade que deve ser desenvolvida pelo ensino de história. No entanto, oferece possibilidades e limites, forçando o professor/historiador

a definir o que pode e o que não pode ser comparado, a refletir sobre as condições em que esta comparação pode se estabelecer, [...] para a observação mais sistematizada das diferenças e variações (BARROS, 2007).

Após a entrevista com Carla Anastasia, há alguns esclarecimentos sobre o termo populismo e um deles se destaca “o populismo é um fenômeno estritamente urbano, que se alimenta dos mesmos ingredientes que sustentam as oligarquias agrárias – ou seja, a falta de cultura, a pobreza, a desinformação” (MOTA; BRAICK, 2006, p. 170). Neste ponto, é importante ressaltar que a pesquisa discorda do livro quando esse afirma que não existe uma cultura da população brasileira, pois reproduz a ideia aristocrática, elitista de que a cultura é exclusividade das classes dominantes, superiores e as “camadas inferiores, populares” não possuem cultura. Essa imagem depreciativa das classes populares foi questionada, apenas recentemente. Ginzburg sublinha que

o emprego do termo cultura para definir o conjunto de atitudes, crenças, códigos de comportamento próprios das classes subalternas num certo período histórico é relativamente tardio e foi emprestado da Antropologia Cultural. Só através do conceito de “cultura primitiva” é que se chegou de fato a reconhecer que aqueles indivíduos outrora definidos de forma paternalista como “camadas inferiores dos povos civilizados” possuíam cultura. A consciência pesada do colonialismo se uniu assim à consciência pesada da opressão de classe (GINZBURG, 2006, p. 13).

Quando Ginzburg (2006) trata da consciência pesada do colonialismo e da opressão de classe, ele traz à tona as íntimas relações entre as representações sociais sobre as camadas populares, os jogos de poder e os interesses dos grupos que as elaboram. Nesse momento, cabe pensar que o próprio conceito de cultura popular é, como afirma, Chartier (1995) uma categoria erudita.

Nessa perspectiva, a desqualificação da cultura popular ou a falta de cultura do povo está relacionada a um sistema de valores, de diferenças, de hierarquização e classificação. Segundo Chartier (1995), o objetivo é tornar aceitáveis, pelos próprios dominados, as representações e os modos de consumo que, qualificam (ou antes desqualificam), sua cultura como inferior ou ilegítima, pois “os discursos produzem práticas sociais e tendem a impor uma autoridade às custas de outros, por elas menosprezados” (CHARTIER, 1990, p. 17).

O professor, principalmente aquele que trabalha em escola pública, a maioria do alunado pertencente aos setores populares, pode discutir essas ideias instituídas como verdades sobre o “povo” como uma maneira de ajudá-los a se posicionar criticamente e politicamente frente a essas representações pejorativas de suas identidades. Pode também contribuir para que entendam que a luta pela igualdade de direitos inclui a aceitação de que possuem cultura e a valorização/respeito da sua cultura, suas festas, suas músicas, suas formas de vestir, falar.

Enfim, na maioria dos livros analisados, aspectos da abordagem estruturalista do populismo estão presentes. Esse modelo de interpretação, sobretudo como pensado por Otávio Ianni no clássico *O colapso do populismo no Brasil*, escrito em 1965/1966, identificou inúmeras semelhanças, econômicas e políticas entre os anos de 1930 a 1964. Obviamente, essa cronologia tem uma lógica precisa: um período sob intensa influência do chamado modelo getuliano. Todavia, a perspectiva da valorização da média duração, ou seja, as mudanças a partir da década de 1930 e da longa duração marcada pela teoria do subdesenvolvimento obscurecem as particularidades do período estudado. Isso pode ser pensado tanto em relação à chamada república populista marcada mais pelo seu fim em 1964 do que pelas suas características; como ao golpe de 1964, entendido como o resultado da ruptura de um tipo de organização em formação desde 1930 com a chegada de Vargas ao poder. Ao se valorizar as características aplicáveis a todo o período que, para Ianni (1968), são políticas de massas, práticas populistas, dependência estrutural, falta de organização do proletariado devido a sua origem rural, anulam-se os eventos, da breve duração que possibilitaram também o sucesso do golpe.

Um aspecto comum, na maioria dos livros pesquisados, é o tom pejorativo dado ao termo populismo. Observou-se que eles usam o termo, entretanto, eles retiram pontos que poderiam ampliar discussão, como a citação de Weffort (2003) de que o populismo é também uma forma de expressão de determinados grupos. Nesse sentido, o professor, como mediador do conhecimento, poderia problematizar as relações entre o conceito e o contexto histórico no qual ele foi produzido, sublinhando, por exemplo, quais grupos políticos ou sociais faziam críticas ao modelo varguista por ser populista e que depois foram incorporados ao termo populismo. O tom pejorativo se dá em relação à forma como foram alcançados os avanços sociais: “o político populista autêntico tem de fato um projeto de inclusão social, ainda que este muitas vezes se realize de forma ineficaz ou paternalista” (MOTA; BRAICK, p. 494).

Outro ponto a ser abordado referente à utilização do termo populista nos livros didáticos é a perspectiva teleológica, pois a quebra do pacto entre líder carismático e os trabalhadores seria a chave para compreender o golpe de 1964. A narrativa encontrada na maioria dos autores, é listar os problemas políticos e sociais a partir do Estado Novo – início do populismo no Brasil – para ajudar os alunos a compreenderem os acontecimentos posteriores.

O objetivo desse trabalho não é depreciar a historiografia que tentou compreender os motivos do golpe de 1964. Mesmo com tantas adversidades em seu ofício, o historiador procura elaborar explicações sobre o passado. Essa tentativa de dar sentido ao que se passou é influenciada tanto pelos acontecimentos posteriores quanto pelo momento em que o historiador escreve. Isso parece óbvio, mas o professor, ao ressaltar esses dois aspectos que tornam complexo o fazer historiográfico, oferece alternativas para história teleológica aos alunos.

Nesse sentido, o acontecimento não deve ser apresentado como um dado. Por exemplo, os anos de 1945 a 1964 sempre como os anos que antecedem o golpe, neutralizando a importância dos eventos singulares daquele período, naturalizando o contínuo, a linearidade dos acontecimentos, como se aquele desencadeamento fosse o destino natural da História. Boris Fausto afirma que a tendência de considerar o golpe de 1964 como inevitável está ligada

a “uma visão que dá maior ênfase às estruturas econômico-sociais do que à ação das forças políticas” e que

nessa óptica, lembraríamos que um modelo econômico – o do desenvolvimento nacional autônomo – e o regime político a ele associado – o populismo – tinham esgotado suas possibilidades de existência. Jango representaria uma sobrevida do populismo, **destinado** a desaparecer desde os últimos tempos de Getúlio (FAUSTO, 2004, p. 462, grifo nosso).

A inevitabilidade do golpe se aproxima da História grafada com “H” maiúsculo e típica dos séculos XVIII e XIX, termo no coletivo singular resultante da transição da *Historie* (com sentido de narrativa daquilo que aconteceu) para *Geschichte*,⁴¹o coletivo singular usado a partir do último terço do século XVIII, apresentada por Koselleck (2013, p. 128). À essa concepção moderna de História, colaram-se os termos evolução e desenvolvimento, palavras das quais se procura fugir, mas cuja lógica permanece presente, de forma escamoteada, na historiografia e nos livros didáticos e bastante perceptível no senso comum.

Ao atribuir à história esse caráter supra-humano e, sobretudo, ao considerá-la sujeito de si mesma estimula-se a naturalização do passado mesmo ao se estudar períodos marcados por rupturas. É como se aquele destino factível já estivesse previsto. E essa concepção de História, que foi associada ao Estado-nação em sua versão europeia, acabou anulando tantas outras histórias.

A utilização da metáfora "estratos de tempos" empregada por Koselleck (2002) pode ser uma estratégia heurística para fugir de propostas historiográficas marcadas por generalizações. Ao utilizar essa expressão, Koselleck se remete a "formações geológicas que alcançam distintas dimensões e profundidades, e que foram modificadas e diferenciadas no curso da chamada história geológica com diferentes velocidades" (2002, p. 35).

Essa metáfora auxilia na percepção de que qualquer interpretação acerca do passado ou qualquer conceito histórico é permeado de distintas temporalidades e que a unicidade e estruturas de repetição são somente parte da história. A teoria dos estratos de tempo desfoca

41. “A História se eleva a algo como uma última instância. Ela se torna agente do destino humano ou do progresso social” (KOSELLECK, 2013, p. 124).

o olhar da unicidade do modelo e o direciona à existência de diferentes velocidades, acelerações ou demoras. Tanto os regimes de historicidade de François Hartog (2013), entendidos como “diferentes modos de articulação das categorias passado, presente e futuro” quanto os estratos de tempo de Koselleck podem ser pensados como instrumentos de investigação para compreender o termo populismo, pois esse possui vários significados em que se misturam distintas temporalidades.

Ao conceito de populismo, associaram-se diversas temporalidades que podem ser relacionadas de inúmeras formas pelo historiador. Por exemplo, o termo populista, antes do golpe, poderia significar popular. Entretanto, após 1964 o conceito adquiriu tons pejorativos. O termo também foi utilizado em uma perspectiva liberal (daqueles contrários ao varguismo, ao nacionalismo e a João Goulart) por historiadores de esquerda para entender a construção da ditadura que derrubou o período classificado como populista. Portanto, historiadores marxistas ressignificaram um arcabouço construído por liberais contrários ao aumento da participação popular e favoráveis ao golpe de 1964. Jacob Gorender, membro durante 30 anos do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e fundador do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) em 1968, afirmou:

Dispensamo-nos de entrar em detalhes sobre a inação generalizada. Nenhuma das lideranças operárias e nacionalistas mostrou audácia e iniciativa de luta. **Todos ficaram à espera do Presidente da República.** Fracassaram não só os comunistas, mas também Brizola, Arrais, Julião e os generais nacionalistas. Jango não quis a luta, receoso de que a direção política lhe escapasse e se transferisse às correntes de esquerda. Colocou a ordem burguesa acima de sua condição política. Assim se deu a quarta e última queda da liderança populista (GORENDER, 1987, p. 66, grifo nosso).

Nessa citação, Gorender explica que a vitória do golpe de 1964, liderado pela direita, foi possível porque Jango colocou a ordem burguesa acima de sua condição política, para evitar o confronto, pois o populismo foi “a forma da hegemonia ideológica por meio da qual a burguesia tentou – e obteve em elevado grau – o consenso da classe operária para a construção da nação burguesa” (GORENDER, 1987, p. 16). Essa forma de ideologia seria marcada pela “liderança carismática e sem mediações formalizadas, adequada a massas de baixo nível de consciência de classe, constituiu a expressão peculiar do populismo” (GORENDER, 1987, p. 16).

Não há como negar que o golpe foi muito traumático para uma geração de brasileiros e intelectuais e, por isso, fez parte do espaço de experiência de muitos historiadores que escreveram durante o período influenciou suas narrativas, já que o historiador não é um sujeito fora das relações sociais. Por exemplo, Octavio Ianni publica seu livro em 1968 e no caso de Gorender há uma desilusão com a própria atuação do PCB presente no próprio título da obra *Combate nas Trevas, a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*.

Explicações abrangentes e consolidadas, como aquela que atribuiu à ditadura o colapso do populismo, podem provocar múltiplas cristalizações em torno de um evento específico. Para Ricoeur, o uso crítico da memória pode auxiliar a superação da compulsão pela repetição. No artigo *O perdão pode curar?* (1996, p. 3), o autor retoma a citação brilhante de Freud para revelar os perigos do excesso de memória ou da repetição: “o paciente repete em vez de lembrar”.

No livro *História para o Ensino Médio* de Cláudio Vicentino e Gianpaolo Dorigo (edição do ano 2000), a explicação para o golpe é baseada também na noção de quebra do pacto populista, pois Goulart não conseguiu fazer a mediação entre setores populares e o Estado. Na conclusão “o episódio todo demonstra o colapso do populismo no Brasil, bem como seus limites. Como visto no capítulo anterior, o populismo consistia em uma política em que o Estado, pela figura de um líder carismático, agia como intermediário entre a burguesia e o proletariado urbano” (VICENTINO; DORIGO, 2000, p. 560). Nesse caso especial, há uma mudança dos termos na edição de 2010: o termo “populista” é substituído pelo termo “varguista”.⁴²

Da edição 2000 para a de 2010, o termo populismo dá lugar ao vocábulo varguismo. Provavelmente, o conceito “sai de cena” devido às críticas feitas, por exemplo, por Ângela de Castro Gomes, Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis (2001). Dessa maneira, Vicentino e Dorigo, autores do livro escolar, optam pela retirada da palavra populismo do texto principal do livro

42. “O episódio todo demonstra o colapso do modelo **varguista** de política, bem como seus limites. Esse modelo consistia em uma política na qual o Estado, utilizando a figura de um líder carismático, agia como intermediário entre a burguesia e o proletariado urbano” (VICENTINO; DORIGO, 2010, p. 687).

escolar e o colocam como problema a ser pensado no Box intitulado “populismo: conceito ou insulto” (2010, p. 636), de autoria de Jorge Ferreira publicado na *Revista Época* em 2009.

O termo também desaparece do título do capítulo, de “Período Liberal Populista” para “Período Liberal-Democrático”.⁴³ É claro que a mudança do adjetivo populista para democrático é importante, entretanto, é fundamental questionar que o termo/conceito problema some, porém a explicação do golpe, centrada no colapso do populismo, permanece inalterada. Há também um problema de associar o termo varguismo a Jango sem qualquer tipo de esclarecimento, pois, por exemplo, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) – partido criado sob influência de Vargas e depois liderado por João Goulart – passou por uma série de mudanças de 1946 a 1964 e, também, a proximidade inicial entre Vargas e Jango não deve anular as diferenças políticas entre os dois.

Além de analisar a perspectiva de alguns livros didáticos, seria interessante apresentar propostas para trabalhar com o conceito de populismo em sala de aula. O apagamento do termo populismo não é positivo, uma vez que as formas de interpretação ainda estão muito ligadas ao termo e, além disso, é usado atualmente por políticos, jornalistas, cientistas políticos, incorporado a uma noção de cultura política brasileira e latino-americana.⁴⁴ Jorge Ferreira pontua que:

Para os professores que formam nossos filhos, a política brasileira e as relações entre Estado e classe trabalhadora durante o período de 1930 a 1964 encerram um “senso comum”, no sentido gramsciano do termo, nomeado de populismo – e em sua primeira versão, a dos anos 50 e 60. Mas seria correto afirmar que esse “senso comum” circula somente entre professores de nível médio? Estariam eles tão desatualizados assim? Com ressalvas, creio que não (2001, p. 81).

43. Delgado (2011) no prefácio da segunda edição do livro *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)* afirma que apesar da larga utilização do termo populismo no livro de 1989, “em um movimento dialogal entre os conceitos de populismo e de democracia, a ênfase sobressaiu um pouco mais sobre o segundo, sem desconsiderar, contudo, sua real complexidade” (DELGADO, 2011, p. 17).

44. No livro *História das Cavernas ao Terceiro Milênio* (2002) há dois quadros para discussão: “Líderes populistas de hoje – o caso Hugo Chavez” e “Chavez e Jango”, uma reportagem da *Folha de S. Paulo* em que se discute as semelhanças entre os dois líderes.

Primeiro, é mister a contextualização do conceito. Por exemplo, o livro *História – Volume Único* (VAINFAS; FARIA; FERREIRA; SANTOS, 2010)⁴⁵ a discussão do termo populismo é diferenciado:

A teoria do populismo foi criada no Brasil em meados dos anos 1960. Naquela época, os cientistas sociais queriam explicar, entre outras coisas, por que os trabalhadores manifestaram apoio e reconhecimento ao governo de Getúlio Vargas. Segundo os teóricos do populismo, Vargas usou a polícia para reprimir os operários, o movimento sindical e as esquerdas. Eliminando as lideranças do movimento operário, ele recorreu à propaganda política por meio do DIP para convencer os trabalhadores do quanto seu governo era bom.

Pela teoria do populismo, o sucesso de Vargas entre os trabalhadores teria ocorrido por uma dupla violência: a física, com a polícia, e a ideológica com o DIP. Portanto, a questão central na teoria do populismo é a manipulação. Sem consciência de seus verdadeiros interesses, os trabalhadores se deixaram dominar, iludir e manipular pelo ditador. Algumas interpretações dessa teoria, inclusive dão a Vargas um poder excessivo, que teoricamente seria impossível alguém alcançar: sozinho, ele teria manipulado os trabalhadores, cooptado os intelectuais e enganado o conjunto da sociedade.

Com grande sucesso no Brasil, a teoria do populismo parte do princípio de que o governo é forte e ativo, enquanto a sociedade é fraca e passiva sendo facilmente manipulada por líderes políticos carismáticos e inescrupulosos (VAINFAS et al., 2010, p.692).

Essa discussão inicial proposta pelo livro didático *História – Volume Único* (VAINFAS et al., 2010) é um instrumento para compreender as particularidades do contexto estudado questionando, portanto, e desnaturalizando ideias de manipulação, ausência de consciência de classe, falta de preparo político do povo, passividade dos setores populares. Ao se afirmar que foi uma criação histórica nas relações sócio-políticas de determinadas épocas, o termo deixa de ser visto como uma característica natural da República brasileira entre os anos de 1937 a 1964.

Outro ponto que pode ser discutido com os alunos é que o termo populismo tem uma carga ideológica e indica aspectos da forma de se pensar o entendimento sobre essa “massa

45. Vale ressaltar que esse é o único livro didático entre os analisados que apresenta essa problematização atualizada.

urbana” no contexto de crescimento das cidades. Além da apresentação e da contextualização do termo seria interessante trabalhar com diferentes temporalidades, porque a perspectiva estruturalista na história aborda, em especial, a longa e a média duração. Para Delgado, a explicação estruturalista para a deposição de Goulart filia-se

à dimensão dos tempos longos e médios e relacionam a crise institucional do início da década de 1960 a problemas atávicos da realidade nacional, com ênfase para o subdesenvolvimento e para o atraso da industrialização do Brasil (DELGADO, 2009, p. 130).

A longa duração é importante no ensino de história, mas os professores devem se atentar para a conjuntura e os acontecimentos. Logo, pode-se apresentar a perspectiva da longa duração, um modelo de industrialização que o Brasil vivenciou, mas deve-se incorporá-la a conjuntura, por exemplo, a Guerra Fria ou a organização partidária no Brasil naquele momento.

Para ampliar as temporalidades ou os regimes de historicidade como pensados por François Hartog (2013) seria vantajoso pedagogicamente pensar em outras durações para abordar o período em questão ampliando as possibilidades interpretativas. A aprendizagem se tornará crítica, nem pré-concebida, nem teleológica, por conseguinte, com mais pontos fora da reta. Talvez, na atualidade, esse seja um dos grandes desafios do ensino de história.

2.3 CONSTRUÇÕES BIOGRÁFICAS SOBRE GOULART

As obras históricas biográficas⁴⁶ foram criticadas pela primeira geração dos *Annales* por estarem ligadas a uma história política *événementielle*, dos grandes líderes e seus feitos e

46. A divisão entre biografia e história está presente desde a Antiguidade, a primeira tradicionalmente ligada a acontecimentos individuais e a segunda a coletivos. No entanto, a tradição biográfica presente na *Vida dos Doze Césares* de Suetônio difere da inaugurada por Jacques Le Goff nas obras sobre São Luís e São Francisco. Houve mudanças ao longo dos séculos na forma de se fazer uma biografia histórica. Como assevera Le Goff sobre a biografia no século XX, “a biografia se aproxima da história total, que idealizávamos na Escola dos *Annales*. Quando faço uma biografia, penso que devo, por meio do personagem, chegar a uma explicação da sociedade daquele tempo”. Logo, a terceira geração dos *Annales* promoveu uma revalorização da biografia por meio de uma mudança epistemológica: o diálogo entre a micro e a macro história, o indivíduo sempre “capturado no quadro das sociedades a que pertencem” (LE GOFF *apud* PRIORE, 2009). Ou seja, os historiadores dos *Annales* passaram a pensar a biografia de um ângulo novo. “Assistiu-se, assim, a uma volta do gênero, mas de uma biografia que nada tinha a ver com um retorno à história heroica e literária dos grandes homens. Enterrava-se a

que, de certa forma, obscurecia outros atores históricos sejam eles os operários, os camponeses, as mulheres ou as crianças, “a maioria dos historiadores pensava que as classes populares não podiam ser objeto da história a não ser numa abordagem quantitativa” (LARIGA, 1998, p. 225). Para François Furet, “a noção de classes subalternas evocava toda uma ideia de quantidade e anonimato” (*apud* LARIGA, 1998, p. 225).

A nova biografia histórica abriu vários campos de possibilidades de escrita da história. Documentos, problemas, objetos, isto é, tudo que é humano pode ser objeto da história e todas as fontes sejam elas escritas, imagéticas, orais, não são excludentes ou hierárquicas, mas complementares da vida social. Por exemplo, por meio da escrita da história do cotidiano de um personagem, da forma de vestir, de discursar, de tratar os filhos, por conseguinte, a partir das miudezas do dia a dia misturadas com os feitos políticos desses biografados é possível preencher espaços deixados por abordagens estruturalistas. Pode-se ainda fazer um exercício epistemológico semelhante ao da micro história, ou seja, a vida desse indivíduo, suas estruturas de pensamento, os códigos sociais utilizados podem denotar aspectos da sociedade na qual o biografado viveu. E até a peculiaridade de um personagem pode ser objeto de investigação, ou seja, deve-se questionar o porquê de determinado detalhe se diferenciar de sua época e, assim, aproximar-se do momento estudado. Ou “para compreender o que está afastado, é preciso também conhecer o sistema de referência. Portanto, não existe antinomia entre acontecimento e estrutura, mas indissociabilidade” (DOSSE, 2010, p. 264).

Numa biografia histórica, as relações entre indivíduo e sociedade são complexas. É dentro dessa perspectiva que esta pesquisa discute algumas questões sobre o governo de João Goulart: por que Jango não resistiu militarmente ao golpe de 1964? Consequência de sua personalidade pacífica e, para alguns, passiva ou fruto de contexto de desorganização das forças de oposição ao golpe? As duas coisas? Até que ponto entra a personalidade e até que ponto interfere o momento político-social?

Essas fronteiras são difíceis de serem estabelecidas. Como um personagem como João Goulart teve visibilidade e foi eleito vice-presidente por duas vezes e chegou à presidência? O

biografia positivista dos tempos de antanho, descrita por Jacques Le Goff como tradicional, superficial, anedótica, cronológica, sacrificada a uma psicologia ultrapassada e incapaz” (PRIORE, 2009).

momento histórico possibilitou sua ascensão ou sua capacidade individual lhe possibilitou tamanha visibilidade? Levillan faz uma problematização que amplia as formas de pensar as relações entre indivíduo e história. Para ele,

Era preciso Napoleão Bonaparte após a Revolução, Bismarck para a Unidade alemã, cuja realização retardada teria mudado a face do mundo, Otávio para a Roma dividida etc. Talvez. Mas a questão, que não é simples concerne às relações entre indivíduo e História, e tudo depende se raciocinarmos em termos de condições de aparecimento do protagonista ou de efeitos de sua ação sobre uma realidade social (2003, p. 160).

O objetivo desse capítulo não é elaborar uma biografia sobre Jango, mas analisar algumas construções sobre o ex-presidente a partir de um espectro amplo de autores ao longo do tempo em diálogo com as imagens do ex-presidente presentes nos livros didáticos de história. Não é intenção dessa investigação atingir a verdade acerca da personalidade de João Goulart, mas, sim, tentar compreender alguns aspectos do governo de Goulart e motivos que mobilizaram paixões e ódios em relação ao ex-presidente. No caso dos livros didáticos analisados, nenhum deles traz uma biografia sobre Goulart. Entretanto, alguns adjetivos aparecem seguidamente. De onde surgem as adjetivações mais clássicas sobre Goulart? Em especial, populista tem uma origem muito ligada à historiografia, mas existem outros adjetivos.

Como salientado por Ângela de Castro Gomes e Jorge Ferreira (2007), qualquer indivíduo é visto de inúmeros ângulos e perspectivas. Assim, Jango pela ótica de Brizola difere do de Darcy Ribeiro, do de Marco Antonio Villa,⁴⁷ do de Jorge Ferreira e muitos outros. Como questiona Marieta de Moraes Ferreira,

por que um personagem histórico é guardado na memória coletiva de forma tão positiva? Ou ainda: por que outro personagem é alvo de atributos depreciativos que se perpetuam no tempo? Uma resposta apressada, ou

47. Observa-se que, no século XXI, autores com perspectivas mais neoliberais e contrários ao nacional-estatismo dos últimos anos tem uma postura bem crítica em relação ao Jango, como o caso do livro de Marco Antonio Villa (2004). Parece em alguns casos que as críticas ao Partido dos Trabalhadores (PT) são próximas às que foram feitas ao governo de Jango entre 1961 e 1964 relacionadas à força do Estado e à suposta manipulação dos trabalhadores. Para Villa, deveria ser feita uma inversão de significados na forma como se abordou a trajetória política de Jango: “O destemido é substituído pelo fraco; o defensor das reformas pelo conciliador; o presidente realizador pelo incapaz de administrar a *res publica*. O político hábil aparece como um presidente inconsequente, e o favorito de Getúlio Vargas, como fruto da fortuna e não da virtude, pensando como Maquiavel” (2004, p. 17).

típica do senso comum, nos levaria a dizer que são os atributos positivos de um e os negativos do outro que geram a composição de uma memória coletiva negativa ou positiva a seu respeito (2006, p. 8).

Muitas narrativas sobre Jango são marcadas pela radicalização do momento da história em que ele foi um dos grandes personagens no Brasil. É por esse viés que Marieta Ferreira (2006) divide as construções sobre o ex-presidente em duas perspectivas: a memória dos conservadores e as vozes de esquerda. O termo conservador refere-se basicamente aos políticos da União Democrática Nacional (UDN), militares e alguns membros do Partido Social Democrático (PSD).

Com destaque, o discurso denominado conservador não apresenta uma homogeneidade. Ora Goulart aparece como um caudilho em busca de poder, ora como um líder interessado em montar uma República Sindicalista que precederia uma Revolução Comunista, ora como um político despreparado. Observa-se nesses discursos sobre Jango uma contradição, pois como um político incompetente poderia preparar o país para um processo revolucionário? Outra observação importante é perceber, ao longo do tempo, as nuances e transformações de grupos ou partidos com relação a Jango. Por exemplo, vários políticos da UDN apoiaram a adoção do parlamentarismo e até o plebiscito de 1963, mas posteriormente e, sobretudo, nos primeiros meses de 1964 a oposição foi se tornando mais radical.

Antonio Balbino via com preocupação o descaso de Goulart com a hierarquia e ordem, observado não só na Revolta dos Sargentos e no movimento dos marinheiros, mas também na forma muito próxima com que o ex-presidente tratava trabalhadores e sindicalistas. Essa proximidade e até intimidade já era conhecida quando Jango foi ministro do trabalho. Segundo Balbino,

Jango tinha uma intimidade, uma maneira de conversar com o operariado, com os sindicatos, muito própria dele. Já vinha conversando com eles antes de ser presidente, dizendo se era para fazer greve, para fazer movimento, tinha uma intimidade meio acumpliciativa. Isso enfraquecia sua autoridade, de maneira que quando ele chegou presidente Eu, como consultor-geral ao lado do presidente, via o sujeito se dirigir a ele: “Ô Jango, tu... Um presidente da República! (BALBINO *apud* FERREIRA, 2006, p. 16).

Para outros, como Abelardo Jurema (FERREIRA, 2006, p. 17)⁴⁸ a iniciativa de Goulart em valorizar o diálogo em detrimento da hierarquia e da formalidade era vista com temor e um sinal de pouco interesse pelas questões administrativas.

Para Marieta Ferreira (2006), as vozes de esquerda são também heterogêneas e nos discursos sobre Jango não há uma predominância de aspectos positivos. João Goulart aparece muitas vezes como uma figura com grande capacidade de negociação e de zelo ao interesse público, mas sem compromisso com questões burocráticas. A adoção do parlamentarismo em 1961 e o plebiscito em 1963 são exemplos da habilidade política de Jango.

Para Hugo de Faria,⁴⁹ Goulart tinha duas qualidades essenciais: a bondade e a capacidade de negociação (*apud* FERREIRA, 2006, p. 20). Para Pedro Simon, presidente do PTB em 1964,

Jango era um grande político, competente, capaz, aplicado na articulação e no exercício de funções executivas. [...] Jango queria influir decisivamente, ter o poder, mas não exercê-lo diretamente, ter o ônus da administração pessoal, dos pequenos atritos (SIMON *apud* FERREIRA, 2006, p. 22).

Já para Darcy Ribeiro, Jango “teria uma carreira brilhante e tranquila caso se comportasse como os políticos de sua classe” e “era um homem preparado para o exercício do poder, que não tinha para ele os encantos da pompa, mas o desafio de reformar a institucionalidade para transformar a realidade social a favor dos mais pobres” (*apud* GOMES;

48. Entre 1957 e 1958 foi secretário do Interior e Justiça da Paraíba. Eleito em outubro de 1958 deputado federal na legenda do PSD assumiu a cadeira em fevereiro do ano seguinte. Em 25 de agosto de 1961, Jânio Quadros renunciou à presidência da República. A renúncia abriu uma grave crise, pois a posse do vice-presidente João Goulart foi vetada pelos ministros militares. Somente no dia 7 de setembro Goulart foi empossado na presidência, depois de o Congresso ter aprovado a Emenda Constitucional nº 4, que transformava em parlamentarista o regime de governo. Em janeiro de 1963 um plebiscito nacional decidiu pelo retorno ao presidencialismo. Reeleito deputado federal pela Paraíba em outubro de 1962, Abelardo Jurema licenciou-se do mandato em junho de 1963 para assumir a pasta da Justiça do governo Goulart. Duas de suas iniciativas tiveram grande repercussão: a criação do Comissariado de Defesa da Economia Popular, órgão fiscalizador dos preços dos gêneros alimentícios, e o congelamento do preço dos aluguéis. Homem do diálogo do ministério, por diversas vezes Jurema foi incumbido pelo presidente de dialogar com as esquerdas e de tentar manter a aliança entre o PSD e o PTB, aliança que se tornava, a cada dia, mais difícil.

49. Funcionário do ministério do Trabalho, chefe do Gabinete Civil (1962-1963) e da presidência (1964).

FERREIRA, 2007, p. 27). João Pinheiro Neto, em depoimento bastante pessoal, listou inúmeros adjetivos para João Goulart:

homem simples, humilde, honrado, cujo ideário político, que tanto lhe custou sacrifícios, e até mesmo lhe tirou a vida, se resumia em querer dar ao povo brasileiro, através de sérias reformas numa sociedade imobilista e tomada pelo egoísmo, melhores condições de vida (2008, p. 10).

O próprio João Goulart se definia como “apenas um estancieiro. E, como político, não mais que o continuador da obra do Dr. Getúlio em favor dos humildes” e afirmava “não troco um só trabalhador brasileiro por cem desses grã-finos arrumadinhos (*apud* GOMES; FERREIRA, 2007, p. 41) ”.

Segundo Leonel Brizola, Jango tinha três características dignas de reconhecimento. A primeira era a dedicação a Getúlio Vargas, a segunda a fidelidade a seu partido e a terceira a luta pelo nacionalismo. “A doutrina dele era a seguinte: se você está contra algo, discuta, defenda suas ideias e vamos votar. Vence a maioria e ela deve ser obedecida. Ele tinha horror à dissidência” (*apud* GOMES; FERREIRA, 2007, p. 41).

2.3.1 O papel de Goulart para a vitória do golpe de 1964

Na maioria dos casos, os relatos sobre João Goulart concentram-se na fase presidencial entre 1961 e 1964, os discursos sobre ele como deputado federal, ministro do Trabalho e vice-presidente tanto de Juscelino Kubitschek quanto de Jânio Quadros não aparecem tanto, ou muitas vezes, surgem como um prelúdio do golpe. A problemática central é julgar, compreender a postura de João Goulart às vésperas do golpe de 1964: fraco e, portanto, sem coragem para resistir? Ou defensor de um espírito democrático que quis evitar a deflagração de uma guerra civil?

Nos relatos de políticos e personalidades acerca do golpe de 1964 – momento histórico tão marcante da história do Brasil – pode-se desenhar, no geral, três tipos de abordagens para a explicação sobre o papel de João Goulart na vitória do movimento golpista. A primeira, típica dos setores conservadores, via com receio as propostas das reformas de base e associavam Jango ao comunismo e dessa forma, a “revolução de 1964” havia sido um contragolpe. A

segunda, nos setores mais à esquerda há uma tendência de ver o presidente como pouco ativo e titubeante em uma resistência ao golpe. Na terceira, há aqueles que valorizam o apreço de Goulart à democracia e à Constituição de 1946, além do temor provocado pela eminência de um possível derramamento de sangue. Ou seja, das três perspectivas, independente do espectro político, duas são pejorativas em relação a ele.

Primeiro grupo – críticos de Jango à direita

No primeiro grupo, formado por setores militares e críticos de João Goulart, foram selecionadas algumas representações sobre Jango presentes nas narrativas de Gustavo Rego, Octávio Costa, Ivan de Souza Mendes, Adyr Fiuza de Castro e Cyro Guedes Etchegoyen discutidas no livro *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964* (ARAÚJO; SOARES; CASTRO, 1994).

Gustavo Rego⁵⁰ afirmou que “o que aconteceu com Jango, foi 80% sua culpa” (1994, p. 41) e que “Jango alegou muitas vezes que não podia trair aqueles que tinham sempre ficado do lado dele, que eram os sindicatos, o movimento de esquerda” (1994, p. 41). Para Rego a possibilidade de um golpe de esquerda era eminente, entretanto, faltou liderança para o desencadeamento de um processo revolucionário comunista, pois

uma revolução precisa de duas coisas: clima e vontade. Imaginando-se que fosse uma grande ação de esquerda, uma “revolução” do governo, um golpe deles, como tudo indicava que fosse, uma coisa de tal gravidade precisaria ter um clima muito evidente e uma vontade, consolidada numa liderança (*apud* ARAÚJO; SOARES; CASTRO; 1994, p. 41).

Para o general Octávio Costa⁵¹ o anticomunismo estava na ordem do dia e a doutrina da guerra revolucionária, que acreditava em um processo de socialização exportado por Cuba, previa a eclosão de focos revolucionários no Brasil. Segundo ele,

50. Gustavo Rego serviu com Castelo Branco no IV Exército sediado em Recife e depois era próximo do presidente Geisel como chefe da assessoria especial do presidente entre 1974 e 1975.

51. O general Octávio Costa foi comandante do Centro de Estudos de Pessoal do Exército e chefe de Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República entre 1968 e 1969.

basicamente, a Revolução se fundamentava no anticomunismo exacerbado, que vinha de 35. Partia-se da convicção de que estava em marcha uma tentativa de socialização e que o agente dessa socialização era o presidente Goulart (*apud* ARAUJO; SOARES; CASTRO; 1994, p. 41).

Ivan de Souza Mendes⁵² afirma que o “fomento à indisciplina nas Forças Armadas” foi a gota d’água para o movimento de 1964 e que Jango, apesar de problemas com a mulher e com a bebida, foi até bem-recebido no começo, pelo menos, no Mato Grosso. Entretanto, o presidente “preferiu outro caminho” e “era muito mal cercado”. Segundo Mendes, João Goulart

estava querendo a república sindicalista. [Goulart e seu governo] iam querer fazer uma república de extrema esquerda, subvertendo a nossa tradição republicana. Os militares achavam que não devia ser feito, mas os militares não tinham assim tanto gosto pelo poder, tanto que depois que a Revolução ganhou não se sabia quem era o chefe (*apud* ARAUJO; SOARES; CASTRO; 1994, p. 143).

Para Adyr Fiuza de Castro⁵³ havia uma unanimidade entre os grupos contrários a Goulart: “não queriam uma república popular instalada no Brasil” (*apud* ARAUJO; SOARES; CASTRO; 1994, p. 155). Para Cyro Guedes Etchegoyen,⁵⁴ “nós tínhamos no Brasil uma república sindicalista e um movimento comunista muito forte. [...] Um presidente sem autoridade moral, comprometido com os dois lados: com a direita e com a esquerda” (*apud* ARAUJO; SOARES; CASTRO; 1994, p. 176) e esses fatores (amoralidade do presidente, crescimento do comunismo e o fato de São Paulo querer acabar com o governo) foram determinantes para a movimentação dos militares contra o governo.

Nos relatos militares, o que mais chama atenção é o peso da doutrina anticomunista e a forma como afirmam, categoricamente, o interesse de Goulart em montar uma república sindicalista ou popular no Brasil. Os dois adjetivos – sindicalista e popular – têm uma carga negativa nesses relatos. A maleabilidade ou a falta de moralidade de Jango (“problemas com

52. Interventor na prefeitura de Brasília por alguns meses após o golpe e chefe do Serviço Nacional de Informação (SNI) no governo Sarney após muitas chefias e comandos.

53. Chefe do CODI do I Exército (Rio de Janeiro) em 1972 e chefe da Polícia Militar do Rio de Janeiro em 1974.

54. Funcionário do gabinete do ministro do Exército general Orlando Geisel de 1970 a 1974.

a mulher e bebidas”) também foram características pejorativas atribuídas ao ex-presidente pelos militares para justificar a sua inadequação ao cargo.

Segundo grupo – críticos de Jango à esquerda

Do segundo grupo, que questiona a falta de liderança de Goulart para promover uma resistência ou até a montagem de uma república popular, foram selecionados os discursos de Jacob Gorender, Luís Carlos Prestes e Francisco Julião.

Para Gorender, o processo que desembocou no golpe foi marcado pela falta de reação, em especial, do presidente João Goulart e das forças contrárias ao golpe civil-militar de 1964. “Defendo [em *Combate nas trevas*] que a derrota de 64 deve-se ao fato de o Partidão [PCB] ter entregado a chefia do movimento a Jango” – explicou em forma sintética, na entrevista de outubro de 1987 (*apud* MAESTRI, 1987).

Já para Prestes, expressão de grande do pensamento de esquerda naquele momento, Jango

estava num dilema. Ou ficava com os generais, ou ficava conosco, e nenhuma das duas pontas do dilema serviam a ele. Porque ele era um latifundiário, não é? Ele era um elemento da burguesia e representava mais ou menos a burguesia industrial brasileira, mas era no fundo um latifundiário (*apud* FERREIRA, 2006, p. 22).

Francisco Julião, principal articulador das Ligas Camponesas no Nordeste, afirmou que João Goulart era muito ambíguo e que essa postura teria facilitado o sucesso do movimento golpista de direita: “Com essa ambivalência Jango foi criando um vazio em torno de si. Eu creio que não estava errado quando me afastei do Jango. É que perdi a confiança” (*apud* FERREIRA, 2006, p. 21).

Prestes, Gorender e Julião foram bem críticos a João Goulart, esse esforço do ex-presidente de valorizar a negociação e evitar o enfrentamento, mesmo após uma certa radicalização no Comício da Central do Brasil, foi visto como sinal de fraqueza política. O que parece é que eles depositaram muita expectativa nas possibilidades de João Goulart mudar o

Brasil por meio das reformas e, posteriormente, resistir ao golpe. Entretanto, que esquerda é essa que necessita de um latifundiário para promover uma revolução?

Vários autores refletiram sobre a ausência de iniciativa da esquerda de resistir rapidamente ao golpe como Daniel Aarão (1990), Caio Navarro de Toledo (1991), Jacob Gorender (1987). Nesse questionamento, não se objetiva culpar esquerda pelo sucesso do golpe e, nem mesmo, João Goulart, pois “a responsabilidade principal pelo golpe foi dos que o deram e não dos que o sofreram” (CARVALHO, 2005, p. 126). Porém, politicamente mostrou-se mais fácil para uma grande parte da esquerda atacar João Goulart e responsabilizá-lo pelo sucesso do golpe. Em contraponto, até hoje a esquerda brasileira reflete sobre esse momento e suas possibilidades e capacidades de se articular com os movimentos de base e com a sociedade civil.

Terceiro grupo – admiradores de Jango

O terceiro grupo, que valoriza o apreço de Goulart à democracia e à ordem institucional, está representado por Darcy Ribeiro, Hugo de Faria e pelas declarações do próprio João Goulart.

Darcy Ribeiro (2010) dá um importante relato sobre as vésperas do golpe em março de 1964, afirmando que houve alternativas de evitá-lo e todas essas possibilidades foram negadas por Jango, como a revogação da Lei de Remessa de Lucros e do decreto da reforma agrária, a formulação de uma nova lei de greve e a demissão do próprio Darcy Ribeiro propostas pelo general Kruel e empresários paulistas. Segundo Ribeiro (2010), Juscelino também teria procurado e insistido ao presidente que fizesse uma declaração anticomunista e o General Peri Bevilacqua, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas aceitou salvar Jango desde que ele fechasse a Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e proibisse a greve geral. Mas, Darcy Ribeiro (2010) assevera que Jango recusou todas as propostas e já tinha notícias, por meio de San Tiago Dantas, de uma armada norte-americana pronta para desembarcar no Brasil. Aliás, para Ribeiro, a possibilidade de uma guerra civil estava fora de uma possível reação ou solução para Jango ao processo golpista que se instalava, pois Jango

não se dispunha a contribuir para que se desencadeasse uma guerra civil, de que podia resultar um milhão de mortos me disse depois. O governo, tendo embora um dispositivo militar que, acionado para a luta, poderia funcionar e contando com massas populares de apoio, não quis se defender. Acabou tendo de deixar o Rio, onde o presidente não contava nem com segurança pessoal (RIBEIRO, 2010, p. 66).

Hugo de Faria⁵⁵ faz uma comparação entre a adoção do parlamentarismo em 1961 e o golpe de 1964:

quando ele aceitou o parlamentarismo, foi uma negociação para que não houvesse uma guerra civil no Brasil. E quando abdicou de qualquer resistência em 1964, não foi por medo. João Goulart tinha muita coragem pessoal. Foi porque ele não queria uma luta civil. Ele queria negociar e não impor (*apud* FERREIRA, 2010, p. 20).

Segundo a versão de Brizola (*apud* GOMES; FERREIRA, 2014, p. 368), a justificativa para a não resistência dada pelo próprio presidente era evitar uma guerra civil. Brizola sublinha que a afirmação do comandante do III Exército, Ladário Telles – de que apoiaria o presidente, mas a vitória seria um milagre, pois Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Goiás já estavam fiéis a Arthur da Costa e Silva que havia se autoproclamado ministro da Guerra em 1º de abril de 1964 – é um fator importante para se compreender a não resistência de Jango.

Além disso, parte do Legislativo e do Judiciário já havia confirmado o apoio aos golpistas. Nesse contexto, João Goulart, sabendo do apoio militar estadunidense declarado em 31 de março, afirmou:

Eu verifico o seguinte. Que a minha permanência no governo terá de ser à custa de derramamento de sangue. E eu não quero que o povo brasileiro pague este tributo. Então eu me retiro. Peço a vocês que desmobilizem que eu vou me retirar⁵⁶.

Já no exílio uruguaio, João Goulart esclareceu ao jornalista Jorge Otero o motivo para não ter resistido.

55. Membro do PTB e chefe do gabinete do ministro do Trabalho João Goulart.

56 Discurso reproduzido pela reportagem da EBC (Empresa Brasil de Comunicação) para os 50 anos do Golpe de 1964. Disponível em:<<http://conteudo.ebc.com.br/portal/projetos/2014/golpe1964/>>. Acesso em: jan.2015

Haveria mesmo derramamento de sangue. Mas esse sangue a ser derramado seria o de civis. Era mister evitá-lo. Porque, Jorge [Otero], já lhe disse: lobo [militar] não come lobo. Ameaçam, fazem pronunciamentos. No final, dá-se um jeito. Além disso, até que ponto poderíamos resistir? Onde obteríamos os recursos e o combustível imprescindíveis? Os entreguistas do Brasil já estavam garantidos ao receberem o apoio dos Estados Unidos. Só os civis seriam as grandes vítimas. E esse é um povo maravilhoso, independente de suas convicções políticas. Não, Jorge, eu não teria esse direito. Nem gostaria de arcar com essa enorme responsabilidade, que contraria meu foro íntimo (*apud* GOMES; FERREIRA, 2014, p. 372).

Sobre as citações desse último grupo ligados às justificativas de Goulart para não ter liderado uma resistência nacional, que poderia ter ocorrido, faz-se mister ressaltar que a eleição de 1965 era um futuro bem possível, e que contribuiu para o apoio de líderes como Juscelino Kubitschek e Carlos Lacerda ao golpe. Logo, aqueles que não resistiram e aqueles que apoiaram o golpe em 31 de março de 1964, não tinham como horizonte de expectativa que o período ditatorial duraria 21 anos. Se Vargas saiu da presidência no fim do Estado Novo numa articulação de militares e civis e voltou democraticamente em 1951, poderia ser possível ocorrer o mesmo nos anos posteriores a 1964. Jango poderia ter sido afastado, mas novas eleições poderiam ter sido convocadas em 1965 e a normalidade democrática seria estabelecida.

Anteriormente, destacou-se o peso do termo populismo para a historiografia que tentou compreender os fatores que, infelizmente, propiciaram a vitória da direita golpista em 1964. O termo e título da obra de Ianni, o colapso do populismo, marcaram várias gerações e sobrevive nos livros didáticos. Nesse momento, ao analisar relatos sobre o próprio João Goulart, concluo que o termo populista não aparece tanto nos relatos pessoais. Outros adjetivos marcam mais a personalidade de Goulart: sindicalista, comunista, fraco, ambivalente, democrático, habilidoso politicamente. Presidente comunista, subversivo, demagogo, democrático, pacífico, débil, que não conseguiu analisar a conjuntura política, que não deu a guinada necessária à esquerda ou que radicalizou demais com suas reformas na lei ou na marra? Ou um presidente democrático, conciliador, reformista?

Enfim, João Goulart é marcado pelo contraditório, sobre isso não há dúvida. Qual origem dessa contradição? Existe uma marca do período histórico, a Guerra Fria, que foi colada à sua personalidade. Então, a valorização do diálogo e da conciliação foi vista como

sinal de pouco engajamento ideológico no contexto da bipolaridade internacional. Provavelmente hoje, em um momento em que grande parte da esquerda passou a defender valores democráticos,⁵⁷ uma figura política como a dele seria retratada de outra forma.

2.4 O PRESIDENTE NOS LIVROS DIDÁTICOS: UM POLÍTICO OU APENAS O PRESIDENTE DERRUBADO PELO GOLPE?

Para esta pesquisa foi necessário fazer um exercício de empatia, ao se colocar no lugar de um autor de livros didáticos, como retratar esse político marcado por relatos contraditórios construídos por inúmeras representações diferentes ao longo dos anos? Como explicar o golpe sem culpabilizar um único indivíduo? Retomando o general Gustavo Rego: “uma ‘revolução’ necessita de duas coisas: clima e vontade” (REGO *apud* ARAÚJO; SOARES; CASTRO; 1994, p. 41), logo, para a vitória do golpe não bastava um presidente fraco. Às vezes, faz-se necessário dividir as responsabilidades, é ruim ter de lidar com isso, mas parte da sociedade apoiou o golpe. Qual era o clima que influenciou o vazio temporário da democracia no Brasil? Foram analisadas algumas soluções adotadas por vários autores de livros didáticos de história.

Para organizar metodologicamente a escrita dessa parte da pesquisa, a análise dos conteúdos dos livros didáticos foi dividida nas seguintes categorias⁵⁸ : i) Jango como ministro do Trabalho; ii) Goulart após a renúncia de Jânio Quadros; iii) Goulart na campanha do plebiscito em 1963; iv) Goulart e as reformas; v) Goulart e o golpe. Essas divisões foram feitas a partir da análise das fontes, ou seja, dos livros didáticos.

Após a leitura dos livros didáticos, verificou-se que a maioria do material não apresentou interpretações ou construções psicológicas acerca da personalidade de João Goulart, como várias personalidades citadas anteriormente fizeram. Essa ausência foi interpretada como algo positivo, pois esses discursos depreciativos corroboram com uma

57. Sobre essa temática, ver TOLEDO, Caio Navarro. *A modernidade democrática da esquerda. Adeus à revolução?* Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo285CM_1.3.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2015.

58. As categorias estabelecidas podem ser classificadas como temáticas, “fazer uma análise temática, consiste em descobrir os ‘núcleos de sentido’ que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido” (BARDIN, 2009, p. 105).

visão de despreparo ou pouco seriedade do presidente, além de fazer uma associação complicada entre os mundos público e privado.

O maior destaque após as leituras dos livros didáticos, além da ausência já citada acima das interpretações psicológicas, é que a maioria dos livros didáticos apresentam Goulart a partir da ótica de seus opositores, existindo poucas referências sobre como o presidente era visto pelos seus apoiadores ou sob sua própria análise. Os livros apresentam repetidamente a descrição do presidente segundo os setores que o criticaram como a UDN, grupos conservadores, empresários ligados ao capital estadunidense. É comum também a predominância das características negativas que a esquerda lhe atribuía.

2.4.1 O ministro de Vargas que aumentou em 100% o salário mínimo

As primeiras citações a Jango nos livros didáticos surgem quando ele está à frente do Ministério do Trabalho, quando propôs o aumento de 100% do salário mínimo e, por essa razão, perdeu o cargo, apesar do aumento ter sido mantido pelo presidente Getúlio. Essa entrada de Jango no livro didático apenas como ministro do trabalho pode ser compreendida por meio da leitura de Gomes (2006) no texto *Memórias em disputa: Jango, ministro do Trabalho ou dos trabalhadores?* Ela afirma que, mesmo com somente oito meses na liderança do ministério do Trabalho, essa experiência ministerial foi “a base de apoio do processo de produção da imagem desse político para ele mesmo, para seus contemporâneos e para as construções históricas e memorialistas que o tomam como figura central” (GOMES, 2006, p. 32).

Por conseguinte, o momento em que Goulart torna-se ministro, numa iniciativa de aprofundar o contato de Vargas com trabalhadores segundo Gomes (2006), torna-se uma espécie de prelúdio do que aconteceria e da forma como Jango seria classificado pelos setores conservadores. Para Gomes, as lutas de representação e de memória sobre Goulart tem no período de sua gestão no Ministério do Trabalho “um momento fundador e absolutamente definidor”. A imagem construída de Jango é ligada a um parágrafo simbólico de sua carta de demissão “não pretendo recuar, Senhor Presidente, do caminho que até agora venho

seguindo. Continuo ao lado dos trabalhadores. Apenas mudo de trincheira” (Goular *apud* GOMES, 2006, p. 54).

Os materiais didáticos, numa lógica de causa e consequência, atribuíram a essa proposta – ficar ao lado dos trabalhadores – de Jango representações como uma ameaça comunista, subversivo, demagogo, organizador de uma república sindicalista. De acordo com *A escrita da História* de Flávio de Campos e Regina Claro:

Para a oposição, no entanto, Jango, como era conhecido, encarnava o radicalismo subversivo. Permitindo a ação sindical dos comunistas e dialogando com o movimento operário, Jango firmou-se um líder muito próximo da classe trabalhadora. Seus adversários acusavam-no de querer organizar uma república sindicalista no país, atraindo o proletariado com medidas demagógicas (2010, p. 137).

Em *Estudos de História* de Ricardo de Moura Faria, Mônica Liz Miranda, Helena Guimarães Campos, o presidente é considerado pela ótica dos setores de esquerda que o criticavam como o presidente que não avançava nas reformas sociais e pela ótica da direita como comunista.

Em 1954, foi aprovado, por indicação do Ministro do Trabalho, João Goulart, um aumento de 100% nos salários. A reação foi de tal envergadura que Vargas teve de demitir o ministro, apesar de manter o aumento salarial. [...] Por que João Goulart era tão temido? Na verdade, suas medidas eram tímidas e conseguiam desagradar a numerosos grupos. A esquerda reclamava que o presidente não avançava nas reformas sociais; a direita acusava-o de ser comunista (2010, p. 285 e 286).

Em *História das Cavernas ao Terceiro Milênio* de Mota e Braick, Jango é descrito a partir da perspectiva da oposição:

Goulart era muito malvisto pela oposição em geral, devido a sua ligação com os sindicatos e com o PTB, do qual era o presidente nacional. Ele foi um dos responsáveis pela organização dos sindicalistas pelegos, que atuavam nos sindicatos com o objetivo de facilitar a ação do governo junto aos trabalhadores (2006, p. 176).

Jango como ministro aparece em todos os livros analisados, já como vice-presidente não. Logo, esse momento, é de fato determinante para a trajetória política que se construiu sobre ele, foi fundamental para quem o enxerga como um líder trabalhista e sindicalista como

para os que o veem como um manipulador e agitador das massas. Porém, o que mais aparece nos livros didáticos é que a nomeação de Goulart como ministro foi vista pelos opositores como um sinal de esquerdização, subversão ou comunismo. E para os trabalhadores rurais e urbanos? O que significou a presença de Goulart: ministro do Trabalho ou ministro dos trabalhadores? Esses questionamentos ficam a cargo do professor.

2.4.2 De vice a presidente: Goulart após a renúncia de Jânio Quadros

Outro momento analisado nos livros didáticos é a renúncia de Jânio Quadros e a discussão que foi gerada em torno da posse de João Goulart. O livro didático mais selecionado pelos professores, *História Global* de Gilberto Cotrim, adota uma solução interessante que desfaz o que foi afirmado anteriormente: uma espécie de proliferação dos discursos hegemônicos conservadores. O autor cita o impasse gerado pela renúncia de Jânio Quadros e afirma que duas correntes políticas organizaram-se:

Grupo contrário à posse: argumentava que João Goulart seria um “perigo comunista”. Reunia comandantes militares, políticos udenistas e grandes empresários nacionais e estrangeiros.

Grupo favorável à posse: defendia a legalidade, isto é, o cumprimento da lei, da ordem constitucional. Incluía uma parcela dos líderes sindicalistas e trabalhadores, profissionais liberais e pequenos empresários. Para representar esse grupo, foi organizado a Frente Legalista, que pretendia garantir a posse de Jango, em cumprimento da lei. Nascida no Rio Grande do Sul, a Frente era liderada pelo governador desse estado, Leonel Brizola (cunhado de Jango) e apoiada pelo comandante do III Exército, general Machado Lopes (COTRIM, 2008, p. 622).

O livro de Vainfas, Ferreira, Faria e Santos *História: Volume Único* não apresenta as razões que levaram os ministros militares a tentar impedir a posse de João Goulart em 1961, antes da adoção do parlamentarismo. Em seguida, afirma brevemente que “os ministros militares não aceitaram sua posse” e mencionam sobre a Rede da Legalidade liderada por Brizola (2010, p. 789).

Faria, Miranda e Campo no livro *Estudos da História* adotam uma narrativa semelhante à de Vainfas, Ferreira, Faria e Santos:

Com a renúncia, abriu-se caminho para uma nova crise. Grupos militares passaram a pressionar o Congresso para não dar posse a Goulart. Do Rio Grande do Sul, o governador Leonel Brizola, com apoio do III Exército, passou a exigir que a Constituição fosse respeitada. Em pouco tempo, no Brasil inteiro, partidários e opositores de Goulart preparavam-se para um confronto (FARIA; MIRANDA; CAMPO, 2009, p. 288).

Vicentino e Dorigo em *História Geral e do Brasil* afirmam que os ministros militares lançaram um manifesto em que “insistiam na inconveniência da posse de Jango, tido como agitador e comprometido com interesses comunistas” (2010, p. 685).

O livro de Pedro e Lima *História Sempre Presente* não cita o impasse gerado pela posse de Jânio Quadros e possui uma análise bastante estrutural que faz com que o período de 1945-1964 seja estudado todo sob a lente do populismo.

A chegada de Jango à presidência nos livros didáticos analisados é destacada como consequência da campanha em defesa da legalidade liderada por Brizola. A adoção do parlamentarismo é compreendida nesses materiais como uma vitória dos setores que defendiam a manutenção da constituição e não como uma conquista pessoal de João Goulart. Essa concepção pode ser ancorada na votação do Congresso Nacional para a adoção do parlamentarismo no dia 2 de setembro de 1961, após intensas negociações, a emenda de adoção do parlamentarismo obteve uma vitória expressiva (264 favoráveis contra 10 votos contrários).

É bom pontuar que a adoção do parlamentarismo pode ser entendida como uma engenharia política para manter a ordem constitucional e retirar o poder das mãos de Goulart. Para Toledo, “o veto da Junta Militar à posse de Goulart é seguido de um autêntico ‘golpe branco’ (reforma da Constituição em contexto insurrecional)” (2006, p. 42).

2.4.3 Antecipação do plebiscito e o NÃO! ao parlamentarismo

No geral, a maioria dos livros não cita a campanha nacional feita pela antecipação do plebiscito que deveria ocorrer em 1965 e foi feita em 1963 ampliando os poderes constitucionais de Goulart por mais tempo. Para muitos autores dos livros didáticos estudados “a experiência parlamentarista não funcionou bem” e “a resposta das urnas foi esmagadora:

o país pedia o fim do parlamentarismo” (FARIA, MIRANDA, CAMPOS, 2009, p. 289) ou “os governos parlamentaristas não conseguiam impor-se à nação. O projetado plebiscito foi antecipado para janeiro de 1963 e 82% da população aprovou o retorno do presidencialismo” (CAMPOS, CLARO, 2010, p. 554) ou “o fracasso do sistema [parlamentarista] era visível, e o plebiscito acabou sendo antecipado em dois anos. Após intensa campanha, os eleitores se manifestaram favoráveis ao retorno do presidencialismo” (VICENTINO, DORIGO, 2009 p. 685) ou “o plebiscito reuniu votos de mais de 12 milhões de cidadãos. Destes, quase 10 milhões manifestaram-se contra o parlamentarismo” (COTRIM, 2009, p. 622).

Os trechos dos livros didáticos citados no parágrafo anterior não mencionam a greve geral que antecedeu a votação pela antecipação do plebiscito e que a vitória esmagadora do presidencialismo foi vista por João Goulart como uma vitória pessoal e, principalmente, uma vitória de seu projeto político ilustrado pelas imagens a seguir. As imagens mostram o interesse em associar o retorno ao presidencialismo ao projeto das reformas de base e demonstram o papel relevante de Jango nesse processo.



Figura 1 – Propaganda em defesa do fim do parlamentarismo. Acervo *Jornal O Globo*.⁵⁹

⁵⁹ Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/fotogalerias/brasileiros-dizem-nao-ao-parlamentarismo-9852895>. Acesso em: jan. /2014

A figura 1 aponta que a opção pelo modelo presidencialista naquele momento incorporava outras reivindicações como a luta contra a miséria, o analfabetismo e a falta de terras.



Figura 2 – Notícia da vitória do presidencialismo em um jornal da época. Acervo Arquivo Nacional.⁶⁰

E a figura 2, do mesmo momento, com os dizeres “libertado o presidente, as reformas vão para frente”, segue o mesmo caminho da figura 1.

Duas obras destacam a participação de Jango, Mota e Braick falam sobre a articulação política:

Paralelamente, Jango passou a articular a realização do plebiscito, que estava previsto em lei, e a fazer apologia sobre a conveniência do retorno ao presidencialismo. A campanha pré-plebiscito conquistou a opinião pública e, em 6 de janeiro de 1963, o povo votou pela volta do sistema presidencialista (MOTA, BRAICK, 2006, p. 184)

⁶⁰ Disponível em:

https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/Parlamentarismo_sim_ou_nao.

Acesso em: jan. /2014.

E em Vainfas et al (2010), se ressalta a mobilização do governo para “recuperar os poderes presidencialista” e que esse objetivo foi conquistado

por meio de um plebiscito, a população decidiu que o regime voltaria a ser presidencialista. A vitória de Jango foi expressiva: 9,5 milhões, dentre os 11,5 milhões de eleitores, aprovaram o retorno do regime presidencialista. (VAINFAS, FARIA, FERRERIA, SANTOS, 2010, p. 791).

É importante observar o “plebiscito” que está sendo construído nos livros didáticos. É diferente afirmar que o parlamentarismo foi derrotado por falhas na sua execução, em vez de se destacar a liderança de Goulart e de seu projeto político como pontos importantes para o retorno do presidencialismo. A popularidade de Jango aumentou consideravelmente após essa vitória nas urnas. Para Ferreira, “o resultado do plebiscito o elevava à condição de líder nacional com maciço apoio popular. Finalmente, essa seria a hora e a vez de um governo João Goulart” (2014, p. 141).

Logo, verificou-se duas tendências nos livros escolares analisados. Uma de desvalorizar o personagem João Goulart nesse processo, aproximando-se de uma perspectiva que usa o resultado do plebiscito como algo decorrente do fracasso do parlamentarismo. E outra que dá relevância ao personagem citado para entender a derrota do parlamentarismo.

2.4.4 Para salvar, só reformar!⁶¹

A vitória do presidencialismo no plebiscito de 1963, deu poderes a João Goulart para iniciar ampla campanha pelas reformas de base. É nesse contexto histórico que se inicia uma fase de conspiração contra as propostas de mudanças estruturais e contra o mandato do presidente. Na votação pelo parlamentarismo, setores da oposição adotaram a linha da legalidade e até, no plebiscito, opositores de Jango como Carlos Lacerda viram o retorno do presidencialismo como uma possibilidade de pleitear as eleições que deveriam ter ocorrido em 1965.

61. Frase retirada de um cartaz no Comício da Central do Brasil em 13 de março de 1964.

Quando a discussão chega às reformas de base, a situação se torna mais complexa, porque, nesse caso, entra em questão os séculos de privilégios de determinados grupos como o acesso à terra, ao voto e à instrução formal, o domínio das decisões políticas pelas classes patronais, dentre outros. Aqui, há uma discussão de incorporação dos trabalhadores nos debates sobre a estrutura agrária, econômica, educacional e política da nação e, principalmente, o temor que essas possíveis transformações políticas e sociais significariam para os interesses das classes sociais hegemônicas. É importante contextualizar que se respirava o clima da Guerra Fria, existia uma lógica maniqueísta para alguns setores anticomunistas: o que se aproximava de um espectro político socialista/comunista, era identificado como o inimigo que deve ser combatido.

Todos os livros didáticos estudados descrevem as propostas das reformas de base: agrária, educacional, eleitoral e tributária, com exceção de um (FARIA; MIRANDA; CAMPOS, 2009), e destacam o Comício da Central do Brasil como símbolo dessas reivindicações. Entretanto, o que mais interessa nesse trabalho é analisar como as reformas de base e o governo Goulart são abordados nessas obras.

Vincentino e Dorigo afirmam que “Goulart enfatizava a primeira categoria [reforma agrária], dando a seu governo uma conotação revolucionária” (2010, p. 685) e que “o caráter esquerdizante do novo governo era evidente no tom nacionalista que o presidente imprimia a seus discursos muitas vezes violentamente antinorte-americanos” (2010, p. 686). Após descrever o Comício da Central do Brasil, os autores alegam que “Jango atemorizou a tal ponto a classe média, as elites e as Forças Armadas que acabou acelerando a conspiração que pretendia derrubá-lo” (2010, p. 686).

Para Pedro e Lima, no subtítulo *A crise do governo populista de Goulart e o golpe militar*, “o governo João Goulart estava sendo pressionado por dois lados: a direita, querendo impedir as reformas, e a esquerda, exigindo sua execução” (2010, p. 278). E afirmam também que apesar da mobilização e do apoio popular em torno do projeto das reformas, “Goulart não tomava medidas concretas em favor dos trabalhadores” (2010, p. 278) porque não conseguia a aprovação no Congresso para as reformas. E em seguida afirmam que

No começo de 1964, o general Humberto de Alencar Castelo Branco, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, e Bilac Pinto, líder da União Democrática Nacional (UDN), divulgaram um documento denunciando que o país estava na iminência de ser tomado por comunistas (2010, p. 278).

Após citar o Comício da Central do Brasil, com apoio de sindicalistas, estudantes e grupos de esquerda, Pedro e Lima relatam a reação ao Comício: A Marcha da Família com Deus pela Liberdade e mencionam que “ela criou o clima para a intervenção militar que acabaria com a ‘comunização do Brasil’” (2010, p. 279).

Campos e Claro apontam que Goulart era visto como “indeciso e vacilante pela esquerda”. E sublinham, após a negativa do Congresso em outubro de 1963 em iniciar as reformas, “a autoridade do presidente era posta em questão tanto pela direita quanto pela esquerda” e que “isolado, Jango pediu aprovação do estado de sítio ao Congresso” (2010, p. 158-159). Após explicar a aproximação de Goulart com grupos de esquerda, os autores explicam o Comício da Central do Brasil:

No dia 13 de março, uma sexta-feira, o último ato da democracia populista pareceu sintonizar, como em nenhum outro momento da nossa história, as reivindicações populares e o chefe da nação [...] e depois Jango lançou a definitiva cartada do regime populista (2010, p. 160).

Faria, Miranda e Campos, questionam: “Por que João Goulart era tão temido?” Eis a explicação:

Na verdade, suas medidas eram tímidas e conseguiam desagradar a numerosos grupos. A esquerda reclamava que o presidente não avançava nas reformas sociais; a direita acusava-o de ser comunista. Essa acusação se devia, fundamentalmente, à tentativa de aprovação das chamadas Reformas de Base (reforma agrária, bancária, tributária, eleitoral e universitária). A reforma agrária era, sabidamente, o ponto crucial, pois as elites agrárias não admitiam discutir o assunto (2009, p. 289).

Após discorrer sobre os problemas agrários brasileiro, citar Ligas Camponesas, Francisco Julião, Engenho da Galileia e mostrar o início da articulação dos setores avessos à Goulart, como elites civis, militares, empresários, IPES, IBAD e intelectuais ligados ao pensamento autoritário, o livro afirma: “O próprio governo acabou por facilitar as coisas. No

dia 13 de março de 1964 foi realizado um comício na praça da Central do Brasil, no Rio de Janeiro” (2009, p .289).

Mota e Braick afirmam que as reformas assustaram os latifundiários e que “civis e militares uniram-se contra ‘o perigo vermelho’, ou seja, contra as reformas de base, que simbolizariam a ideologia socialista. ” (2010, p. 185). Nesse livro nem o Comício da Central do Brasil, nem a Marcha da Família com Deus pela liberdade são citados.

O livro de Vainfas et al (2010) é o que dá mais espaço aos acontecimentos analisados, mas dando ênfase nas informações factuais, tendência de alguns materiais didáticos. Os autores destacam que o golpe foi precedido pela radicalização política de Jango, associada a fatores como a inflação a 78%, as greves gerais, as críticas ao Plano Trienal e a tentativa frustrada de Goulart de renegociar a dívida externa com os Estados Unidos e a organização das esquerdas na Frente de Mobilização Nacional. De acordo com eles

A Frente reunia o CGT, a UNE, setores das Ligas Camponesas, a FPN, organização dos sargentos e fuzileiros navais e organização políticas como Ação Popular e o Partido Operário Revolucionário (Trotskista) (2010, p. 793).

Na segunda parte *Oposição nas ruas*, ilustrada pela foto histórica (figura 3) de Jango com Maria Tereza Goulart no Comício da Central, Vainfas et al (2010) explicam que sem o apoio do Congresso para as reformas “o presidente governaria somente com as esquerdas” (2010) e após mencionar a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, eles concluem:

O radicalismo tomava conta do cenário político. Enquanto as esquerdas exigiam a decretação imediata das reformas, as direitas faziam oposição intransigente. Nesse clima de confronto, a preservação do regime democrático não foi valorizada pelas partes em conflito (2010, p. 793).



Figura 3– O presidente João Goulart, ao lado de sua mulher Maria Tereza Goulart, discursa no durante o comício de 13 de março de 1964 na Central do Brasil, Rio de Janeiro. Acervo Arquivo Nacional.⁶²

Sobre as reformas de base algumas inquietações são importantes: por que elas incentivaram ou foram uma espécie de válvula de escape para uma radicalização que já se anunciava desde o governo de Vargas? Como abordá-las nos livros sem provocar a impressão nos alunos que o fato de se aproximar de uma ideologia de esquerda é algo que, obviamente, deve ser combatido? Será que elas eram tão radicais como os livros didáticos afirmam? Radical para quem?

Foi identificado nos textos dos livros didáticos, com exceção da obra de Vainfas et al (2010), a perpetuação de formas de se referir a Goulart presentes nos discursos historiográficos e políticos da época: comunista e agitador para direita e fraco e indeciso para a esquerda. Essa memória negativa sobre Goulart presente nos livros didáticos influenciam nas práticas sociais dos estudantes e na forma como eles entendem a política nacional. Principalmente, a abordagem de identificar Goulart e outros líderes como meros populistas, manipuladores das massas urbanas. Quando alunos observam que eles mesmos e suas

⁶² Disponível em:
https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/Comicio_das_reformas.
Acesso em: jan. /2014.

famílias podem ser agentes históricos e que aquelas reivindicações agradavam aos interesses populares, suas práticas político-sociais podem ser influenciadas. E a luta pelos seus interesses e pela defesa de seus códigos sócio-políticos ganham voz.

O enredo explicativo poderia mencionar a coragem de um presidente propor, na década de 1960, no auge na Guerra Fria, mudanças estruturais no Brasil apoiado por classes subalternas. Mas na verdade o que se percebeu na lógica dos livros didáticos é que: Jango era pressionado pela esquerda e pela direita e foi visto como vacilante por setores da esquerda por tentar articular politicamente uma aprovação das Reformas no Congresso. No entanto, quando essa possibilidade (aprovação no Congresso) não se concretiza, Jango opta pelo apoio das esquerdas e das massas, representado pelo Comício da Central do Brasil. E essa radicalização foi o fator que teria fornecido razões para a articulação golpista.

Qual solução Goulart teria então? Apesar de isso não ser afirmado nos livros, deduz-se que haviam três opções para Jango: *i)* tentar conciliar, *ii)* optar pela esquerda ou *iii)* desistir das reformas e terminar o mandato. A primeira foi criticada, a segunda foi vista como radicalização e, teme-se que para os alunos só reste a última interpretação.

Todos os livros didáticos, com exceção de Faria, Miranda e Campos (2009), articulam ou, ao menos citam, a relação entre reformas e um projeto de esquerda. Mas elas eram assim tão revolucionárias e esquerdizantes como afirmam alguns autores? Segundo Rogrigo Motta,

O posicionamento das elites em relação às reformas não era consensual. Segmentos sociais expressivos efetivamente reagiam de forma irada contra qualquer proposta de transformação, notadamente os grupos ligados à propriedade rural. Mas havia setores anticomunistas favoráveis à reforma agrária [Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD)]. Alguns chegavam a considerá-las estratégicas, uma arma para isolar comunistas e esvaziar seu discurso revolucionário (“Só eliminando as causas impediremos os efeitos. O comunismo para medrar precisa da miséria”). Aliás, a reforma social e o combate às desigualdades constituíam o eixo da política norte-americana de combate ao comunismo na América Latina, ao lado do investimento na preparação das forças repressivas. Deve ser ressaltado que, para fazerem jus aos financiamentos da Aliança para o Progresso, os países latino-americanos deviam realizar, previamente, a reforma agrária (2006, p. 142-143).

Para Motta, o “temor ao comunismo foi o cimento da mobilização anti-Goulart” (*apud* FERREIRA, 2006, p. 146). Nos livros didáticos esse temor está presente, uma vez que os termos comunista, socialista, revolucionário aparecem com frequência nos relatos sobre as discussões provocadas pelas reformas e as consequências no Comício da Central do Brasil, mas sempre seguidos de “segundo a oposição” ou “de acordo com os militares”, etc.

2.4.5 O líder e a ruína de um projeto tão desejado: decisões individuais versus destinos coletivos?

Como João Goulart se posicionou diante do golpe que liderado pelas tropas de Mourão Filho, o general “que fazia o que lhe desse na telha” (ARAUJO; SOARES; CASTRO, 1964, p. 92) segundo o general Octávio Costa?

O livro didático de Vicentino e Dorigo (2010) cita que após a movimentação das tropas de Olympio Mourão Filho e do apoio de Ademar de Barros, Carlos Lacerda e Magalhães Pinto, João Goulart partiu para a capital para tentar controlar a situação e lá “percebeu, contudo, que não contava com nenhum apoio militar”. Da capital foi para Porto Alegre e “renunciou a qualquer tentativa de resistir”. Esse livro, entretanto, não cita os motivos pelos quais Goulart teria abdicado a resistência. Mas apresenta um presidente sozinho, quase como uma criança desamparada.

Por outro lado, Pedro e Lima pontuam que os grupos pró-Goulart garantiam que qualquer tentativa de golpe seria controlada por levantes populares, mas que essas iniciativas não ocorreram e “os militares golpistas controlaram rapidamente as pequenas e pálidas manifestações de resistência” (2010, p. 279). E para concluir a experiência democrática do período entre 1946-1964:

Jango voou do Rio de Janeiro para Brasília e de lá para Porto Alegre, onde houve uma tentativa de resistência. Mas já era tarde. João Goulart deixou a presidência e exilou-se no Uruguai. Iniciava-se o chamado regime de 64 (2010, p. 279).

A explicação desses autores produz alguns questionamentos. Para grande parte da historiografia, Jango não resistiu não porque não houvesse tempo, ele poderia sim ter articulado uma reação. Contudo, ele tomou a decisão pessoal de não iniciar no país uma

guerra civil. Outro ponto polêmico é a afirmação de que Goulart deixou a presidência. Em nenhum momento Goulart renunciou à presidência, isso deve ser ressaltado. Pois, esse fato é uma das maiores justificativas para denominar, sem grandes discussões historiográficas, o movimento de 1964 de golpe. No manifesto de João Goulart de 1º de abril de 1964 afirma-se “Não recuarei, não me intimidarão. Reagirei aos golpes dos reacionários contanto com a lealdade, a bravura e a honra das forças militares, e com a sustentação das forças populares” (*apud* GOMES; FERREIRA, 2014, p. 361). A vacância da presidência foi declarada pelo senador Auro de Moura Andrade em uma atitude claramente desrespeitosa em relação à Constituição e à normalidade democrática.

No livro de Campos e Claro (2010), o levante dos marinheiros de 25 de março de 1964 é apresentado como um dos fatores que estimularam a ação dos golpistas, pois a quebra da disciplina e o desrespeito à hierarquia não poderiam ser toleradas pelos militares e grupos conservadores. E após mencionar o deslocamento das tropas lideradas por Mourão Filho, o livro concluiu: “Sem resistência popular ou militar, Jango foi deposto. No dia seguinte, milhares de pessoas saíram às ruas para saudar os revoltosos. Era o fim da República Populista. A UDN, finalmente, chegava ao poder” (2010, p. 160).

Nesse caso, a menção do levante dos marinheiros é interessante porque sabe-se que para alguns militares esse fato foi visto como uma revolta à Encouraçado Potemkin, ou seja, um prelúdio da revolução de esquerda. Provavelmente, o mote mais controverso seja a afirmação que a UDN chegava ao poder. Lacerda gostaria que essa afirmação fosse verdadeira, mas sabe-se que ele nunca pleiteou a presidência da República, pois a próxima eleição direta para presidente, depois de 1960, foi a de 1989. Entretanto, as lideranças civis conservadoras não podem ser ignoradas, próximas de espectro político udenista, que apoiaram o regime militar e que se beneficiaram com ele.

Mota e Braick alegam que a tensão social chegou ao “auge no dia 31 de março, com a deposição de João Goulart” (2006, p. 185) e iniciou-se um período de “obscurantismo, em que as arbitrariedades e todo tipo de violência venceram a democracia” (2006, p. 185).

As reformas representavam a ideia de um novo projeto para o Brasil, na qual vários setores populares e de esquerda depositaram muita expectativa nessas mudanças. O golpe

afastou a possibilidade de construção de um outro país que já existia para tantos brasileiros. Isso é traumático. O professor de história quase sempre foge da pergunta: E se? Mas nesse caso é inevitável para estudantes, cidadãos, historiadores evitar o seguinte questionamento: como seria país se as reformas tivessem sido aplicadas?

Para Reis, “um projeto de República perdeu-se em 64. Nacionalista, baseado no protagonismo do Estado em aliança com as classes populares das cidades e do campo” (2014, p. 11). Esse é um dos fatores, além do zelo à democracia, que o ensino de história pode contribuir, ou seja, por meio do ensino é possível estimular o protagonismo das classes populares na consolidação da (nova) República.

Cotrim (2010)⁶³ cita a rebelião dos sargentos como um episódio que assustou os militares com “a indisciplina da tropa” (2010, p. 624), concluindo, como muitos dos livros citados nesse capítulo que Jango não resistiu ao Golpe por não ter condições.

Em 31 de março de 1964, explodiu a rebelião das Forças Armadas contra o governo João Goulart. O movimento militar teve início em Minas Gerais, apoiado pelo governador mineiro Magalhães Pinto. Rapidamente, os golpistas contaram com a adesão de unidades militares de São Paulo, do Rio Grande do Sul e do antigo estado da Guanabara.

Sem condições de resistir ao golpe, o presidente João Goulart deixou Brasília em 1º de abril de 1964. Passou pelo Rio Grande do Sul e foi para o Uruguai como exilado político. Era o começo dos governos militares (2010, p. 624).

Esses livros analisados nessa parte apresentam a breve passagem de Goulart pelo Rio Grande do Sul, como se fosse uma espécie de conexão antes de Montevideo e não como um momento de avaliar as possibilidades de resistência. Conviria demonstrar nas obras que uma reação poderia ter acontecido, mas alguns fatores podem ter contribuído para que ela não ocorresse como: o temor de Jango de que houvesse derramamento de sangue justificado pelo apoio militar e financeiro dos EUA e a dificuldade de mobilização imediata da esquerda em

63. A narrativa de Faria, Miranda e Campos assemelha-se a de Cotrim. “No dia 31 de março, finalmente, um pronunciamento do general Olympio Mourão Filho, comandante das tropas sediadas em Juiz de Fora (MG), convidava as demais unidades militares a deporem o presidente da República. O general marchou com suas tropas ao Rio de Janeiro, onde recebeu o apoio do comandante do III Exército. O presidente João Goulart optou por não resistir; dirigiu-se para o Rio Grande do Sul e, em seguida, exilou-se no Uruguai. Terminava, dessa forma, a experiência populista no Brasil” (2009, p. 289).

abril de 1964. Ao longo da ditadura, a esquerda teve uma resistência heroica, mas por que ela precisava tanto de Goulart em abril de 1964? Vale lembrar que “a fuga de João Goulart, aos soluços, é muito menos causa do que síntese e expressão de uma derrota desmoralizante” (REIS, 2014, p. 12). Essa é uma discussão interessante que pode ser feita pelos professores nas salas de aula.

O livro de Vainfas, Ferreira, Faria e Santos se diferencia das outras obras, pois levanta outros significados para a ida de Goulart de Brasília para Porto Alegre que para seus opositores foi “interpretada como reconhecimento da sua derrota” (2010, p. 795).

Goulart podia deter o comboio, intervir em Minas Gerais e depor o governador Magalhães Pinto. Mas foi alertado de que, em caso de intervenção federal, o governador mineiro receberia apoio diplomático, financeiro e militar dos EUA. A situação beirava uma guerra civil, com a intervenção estrangeira [...].

Com João Goulart ainda em território brasileiro, o presidente do Congresso Nacional, Auro Moura de Andrade, declarou vago o cargo de presidente da República e convocou Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados, para assumir a chefia do governo. Goulart não ofereceu resistência, mas, como muitos outros, imaginava que a situação repetiria o quadro de 1945, quando Getúlio foi deposto e logo houve o retorno à normalidade democrática (VAINFAS et al., 2010, p. 795).

Esse livro didático finaliza seu capítulo sobre a deposição de Jango da seguinte forma: “a sociedade brasileira não se deu conta de que era o início de uma ditadura que duraria 21 anos” (2010, p. 795). Esse desfecho aparece também em Faria, Miranda, Campos (2009), “imaginava-se que os militares assumiriam e, tão logo colocassem as coisas no lugar, voltariam para os quartéis. Mas os que pensavam assim tiveram uma surpresa, pois os fatos comprovam que eles permaneceram um bom tempo no governo do país” (p. 292).

2.5 CONSEQUÊNCIAS DAS REPRESENTAÇÕES SOBRE GOULART NOS LIVROS DIDÁTICOS

Os livros didáticos – assim como outras fontes históricas – podem ser vistos como o resultado do “esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias” (LE GOFF, 1992, p. 548). Portanto, a escolha de temas ou a exclusão deles cria e (re)cria a memória presente sobre o passado.

Dessa forma, a ausência ou pouca importância dada no processo de ensino aprendizagem escolar de assuntos importantes para a realidade atual brasileira, como é o caso do governo Jango e seu fim, reforça uma lacuna na memória coletiva dos alunos.

Segundo Pierre Nora, a memória é fenômeno sempre atual, como “um elo vivido no eterno presente” (1993, p. 9) que alimenta e reconstrói a história. Já a história, enquanto “representação incompleta e problemática do passado” (1993, p. 9), é lembrada segundo as necessidades presentes de cada sociedade. Ou seja, são os sujeitos do presente que determinam que trechos do passado querem destacar e de que forma.

Na discussão que envolve as representações sobre Goulart nos livros didáticos, vale problematizar algumas ideias do livro *O ensino da história e a memória coletiva*, organizado por Mario Carretero, Alberto Rosa e Maria Fernanda González (2007). Para os autores, no século XX, houve um conflito entre dois tipos de lógicas que articularam o ensino de História escolar: a primeira ligada a uma “racionalidade crítica do Iluminismo” (CARRETERO, ROSA, GONZÁLEZ, 2007, p. 14) e a segunda a “emotividade de identidade do Romantismo” (CARRETERO, ROSA, GONZÁLEZ, 2007, p. 14), ambos vinculados a formação de uma identidade nacional. Segundo os autores, esses conflitos foram vivenciados em vários países e provocaram algumas tendências:

a) busca de uma relação significativa entre a representação do passado e a identidade, seja nacional, local, seja cultural; b) a demanda de histórias menos míticas e mais objetivas; c) a necessidade de elaborar os conflitos do passado para realizar projetos futuros, como no caso da reinterpretação dos conflitos nacionais europeus em busca de um futuro comum e d) a ainda incipiente prática de comparar versões históricas alternativas de um mesmo passado (2007, p. 16).

Logo, as formas de referir-se a Goulart e os mecanismos de como elaboramos os “conflitos do passado” influenciam na formação da identidade dos estudantes em busca de “um futuro comum”. As estruturas definidoras de como você se entende como cidadão nessa República brasileira trazem futuros distintos e possíveis. O tema em questão, Jango e seu governo, não se relacionam apenas pelo apreço ao conhecimento e ao saber histórico, há também uma “responsabilidade cívica” (REIS, RIDENTI, MOTTA, 2014, p. 9).

As representações construídas e divulgadas sobre o passado recente podem influenciar as escolhas atuais dos cidadãos. Por isso é tão importante pesquisar a ditadura, assim como divulgar o conhecimento produzido e enfrentar as polêmicas que ele inexoravelmente provoca. Além das disputas inerentes à lógica do conhecimento acadêmico, está em jogo a formação política dos cidadãos brasileiros. Tal aspecto da questão é em particular significativo entre nós porque, no Brasil, é muito numeroso o grupo de pessoas que desconhece o passado recente (REIS, RIDENTI, MOTTA, 2014, p. 9).

Neste trabalho entende-se que é “importante pesquisar a ditadura”, mas também como ela foi iniciada e, principalmente, os discursos que justificam o fim da democracia em 1964 tanto na historiografia, quanto no cinema, quanto nos livros didáticos. Nestes últimos, João Goulart não é retratado de forma homogênea, apesar de haver perspectivas comuns que se aproximam e são hegemônicas. Nesse capítulo uni-se duas coisas, com múltiplas interpretações: o Goulart historiográfico e o dos livros didáticos. Jango é um para setores de direita anticomunista, outro para conservadores legalistas, outro para esquerda⁶⁴, outro para alguns operários, outro para os trabalhadores rurais. Ele é múltiplo, como já foi dito, mas as escolhas de como representá-lo nas obras analisadas, tem consequências para o entendimento dos estudantes acerca do momento em questão e evidencia traços da cultura política nacional. Não é objetivo desse trabalho desvendar ou detalhar aspectos das culturas políticas, entendidas como “um conjunto de representações portadoras de normas e valores que constituem a identidade das grandes famílias políticas” (BERSTEIN, 1998, p. 350), que, muitas vezes, são conflitantes.

Por meio deste segundo capítulo, algumas inferências pode ser feitas: primeira se refere à perspectiva teleológica de explicar o início da ditadura, a segunda, à importância da

64. “Para a esquerda, a imagem de Goulart era positiva. Ele era considerado um político sensível aos anseios populares e preocupado com a gravidade dos problemas sociais que dilaceravam o país. Sobretudo, fator importante dada a natureza dos embates políticos do período, Jango atraía simpatia em função de seu apoio às teses nacionalistas. Não se deve supor que no campo da esquerda não houvesse críticas ao líder gaúcho. Ele era atacado também, só que com argumentos diferentes dos utilizados pelos conservadores: reclamava-se de sua indecisão de engajar-se com toda força ao projeto reformista; com frequência, criticavam-no por adotar posições ambíguas inspiradas numa estratégia de agradar os lados em conflito. De qualquer modo, os ataques provenientes da esquerda eram menos frequentes e mais leves que os da direita. No clima de polarização da época, as forças situadas à esquerda do espectro político tendiam a considerar Goulart antes um aliado do que um adversário” (MOTTA, 2006, p. 46).

interferência dos Estados Unidos para o fim da democracia e a terceira, à não-resistência de Jango.

Os livros didáticos são uma espécie de colcha de retalhos, uma fonte histórica que mistura autoria oficial, aspectos do tempo presente, a historiografia, a memória coletiva do tempo estudado. Mesmo com múltiplos autores, a pluralidade de Jango não aparece em grande parte dos livros analisados. Nas narrativas, o governo, principalmente, o momento presidencialista de 1963-1964, é explicado de uma forma teleológica que guia o leitor para um fim que seria o golpe de 1964. Logo, o governo Goulart é muito mais marcado por seu fim do que por suas propostas, a abordagem estruturalista contribui para esse tipo de enredo. Na maioria desses livros, o fim da democracia é explicado a partir de um desencadeamento factual lógico: a antecipação do plebiscito – mais por uma ineficiência do parlamentarismo do que por uma liderança de Goulart –, a proposta das Reformas de Base, o Comício da Central do Brasil, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, a ação de Mourão Filho, o golpe e o exílio de João Goulart. Logo, os livros analisados utilizam a categoria populismo, mas com um enredo factual, fugindo da tradição interpretativa das décadas de 1960 e 1970.

Essa tendência teleológica neutraliza outras possibilidades que existiam naquele passado e, como parece ser óbvio que viria a ditadura, argumentos para explicar sua vitória parecem não ser relevantes. Em 2004, Jorge Ferreira tenta explicar a não resistência ao golpe como um posicionamento democrático do ex-presidente. O autor também discorre sobre a inevitabilidade da ditadura como uma explicação teleológica da história, já que Jango, em 1964, não tinha como saber que os eventos do dia 31 de março de 1964 daria início de um estado autoritário que duraria 21 anos.⁶⁵

Fazer história, sobretudo história política, é fugir de narrativas teleológicas. [...] Como se houvesse um destino traçado anteriormente para homens e sociedades. Exemplo: afirmar que o golpe de 1964 era inevitável. Isso não é história. O historiador sabe o que aconteceu, mas precisa escrever a história compreendendo os múltiplos e diferentes pontos de vista dos personagens com que trabalha. Personagens não podiam saber o que iria acontecer. Assim, ele deve mostrar a variedade de situações nas quais esses

65. Atualmente, a historiografia apresenta três possíveis datas para o fim do estado autoritário: 1979 (revogação do AI-5), 1985 (chegada de José Sarney à presidência) e 1988 (promulgação da Constituição). Essa pesquisa considerou a data mais utilizada nos livros didáticos – o ano de 1985.

personagens vivenciaram os acontecimentos de seu tempo. [...] Certamente, nos eventos que decorrem dos dias 31 de março e 1º de abril de 1964 não estava contido o que viria depois: uma ditadura civil e militar, comandada por generais presidentes, cuja face mais tenebrosa foi a violência e a tortura, como políticas de Estado (GOMES; FERREIRA, 2004, p. 16-17).

Os esclarecimentos finais dos livros de Faria, Miranda, Campos (2009) e de Vainfas, Ferreira, Faria e Santos (2010) rompem com uma perspectiva teleológica ao afirmar que em 1964 não havia como saber que se tratava de o início de uma ditadura de mais de duas décadas.

A segunda inferência, a participação do Estados Unidos no golpe e o contexto internacional da Guerra Fria⁶⁶ é pouco citada. A culpa recai sobre Jango e sobre paralisação nacional diante da articulação civil-militar em 1964. Uma exceção clara é o livro de Mota e Braick (2006), que apresenta uma abordagem bem marcada pelo conceito de populismo, mas discute o contexto internacional em um texto intitulado “No clima da Guerra Fria” e o subtítulo para abordar o governo Goulart é “João Goulart (1961-1964): a era dos extremos” (MOTA; BRAICK, 2006, p. 184) seguido da foto de Goulart (figura 2) voltando da China comunista após a renúncia de Jânio Quadros. Como será abordado no capítulo 3, essa viagem influenciou muito a crítica que via com ressalvas uma política externa independente dos Estados Unidos.

66. É preciso destacar que a revolução estava na ordem do dia nas décadas de 1950 e de 1960. As pessoas das mais variadas tendências, realmente acreditavam que a revolução ia ocorrer. A época – Guerra Fria – foi marcada por conflitos armados como a Guerra do Vietnã e da Argélia. Em 1959, houve a Revolução Cubana e sua radicalização política em 1961 e a crise dos mísseis em 1962 que “levou o mundo à beira de uma terceira guerra mundial, todos estes fenômenos evidenciam, principalmente no terceiro mundo, uma fase histórica em que a política se associava constantemente a enfrentamentos violentos, decididos pelo confronto de forças e/ou pela luta armada” (REIS, 2004, p. 34).



Figura 4 –João Goulart no avião, voltando de viagem à China, após a renúncia do presidente Jânio Quadros. Acervo de Assis Hoffman/Abril Imagens.

É difícil compreender esse silenciamento em parte da literatura escolar. Parece que a tendência de ver o movimento de 1964 como o colapso do populismo é muito alicerçada em várias representações que se tem da história política nacional, essa participação política vista como desviante. Logo, qualquer tentativa que compartilhe essa culpa, “responsabilidade ampliada” segundo Daniel Aarão Reis (2014, p. 13), pode desvalorizar essa perspectiva de uma passividade política inata ao brasileiro. Há o “esquecimento” em relação ao apoio militar dos Estados Unidos. Se é pesado afirmar que o golpe foi uma ação imperialista, imposta pelos Estados Unidos, por outro é inegável que ele contou com uma sustentação interna. O envolvimento estadunidense na política brasileira às vésperas do golpe foi reconhecido nos Estados Unidos.⁶⁷

67. James N. Green e Abigail Jones no artigo “Reinventando a História: Lincoln Gordon e suas múltiplas versões de 1964 (2009) mostram como Gordon, embaixador dos Estados Unidos no Brasil, esteve no centro das operações norte-americanas que apoiaram o golpe de Estado de 1964, desde a coordenação das conexões entre Vernon Walters e os conspiradores militares, até o lobby por uma força-tarefa naval dos Estados Unidos que interviria no caso da explosão de uma guerra civil entre forças pró e anti-Goulart. Para comprovar tais afirmações, os autores utilizam documentos do Departamento de Estado norte-americano e discursos de Gordon, que demonstram o claro apoio a derrubada de Goulart e suporte incondicional ao novo regime militar, como o conteúdo telegrama transcrito a seguir. “Nós estamos tomando medidas complementares com os patrocínios disponíveis, visando colaborar com o fortalecimento das forças de resistência. Elas incluem suporte sigiloso para comícios pró-democracia (a próxima grande manifestação será no dia 2 de abril no Rio, e outras estão sendo programadas), discreta referência ao fato de o USG [United States Government] estar profundamente interessado nos eventos, e encorajamento [do] sentimento democrático e anticomunista no Congresso, nas Forças Armadas, nos grupos de estudantes e líderes sindicais simpáticos à política norte-americana, na Igreja e

A terceira inferência, a afirmação de que Goulart não resistiu sem apresentar os motivos que o levaram a essa decisão acaba contribuindo para uma perspectiva de culpabilização do presidente. Somente o livro de Vainfas, Ferreira, Faria e Santos (2010) citam que essa decisão foi tomada, pois Goulart sabia que “a situação beirava uma guerra civil, com intervenção estrangeira” (p.795). Como dito, existe certa dificuldade de repartir o ônus dessa república abortada com alguns setores da sociedade como a imprensa, parte da classe média, latifundiários, alguns integrantes da Igreja. Logo, diminuir força do apoio estadunidense (como negar o medo que um suporte militar dos Estados Unidos, país com tecnologia atômica nuclear, poderia provocar), amenizar a participação civil e culpabilizar Goulart são estratégias políticas que criam uma visão peculiar do fim da democracia em 1964.

A influência de uma memória coletiva pelorativa sobre Goulart fortalece essa visão. Em especial, os termos mais ligados a ele, difundidos tanto pela esquerda quanto pela direita. Na maioria dos livros escolares analisados, são poucas as tentativas de mudar essa memória construída sobre Jango. O porquê disso é complexo e merece uma análise mais ampla com uma amostragem ao longo do tempo.⁶⁸

Algumas possibilidades são factíveis: reprodução de antigas linhas interpretativas sem a atualização do livro; estratégia adotada conscientemente pelos autores, reprodução de uma certa memória construída pelo interesse e pela vontade de alguns setores. Entretanto, os adjetivos utilizados para caracterizar Jango não deveriam sumir do livro escolar, por um motivo que já foi citado várias vezes: a marca daquele período⁶⁹.

no mundo dos negócios. Num futuro próximo, poderemos requisitar modestos fundos suplementares para outros programas sigilosos de ação”.

68. Isso poderia ser observado por meio da análise de livros didáticos ao longo do tempo e não, somente, com livros atuais, como essa pesquisa se propôs a realizar.

69. Para a direita, Goulart propunha medidas que se aproximavam do comunismo. Mas será que o perigo vermelho seria uma simples desculpa para os golpistas? “Uma análise mais nuançada do fator manipulatório produziria uma avaliação mais próxima da verdade. Há algum exagero na suposição de que o temor ao comunismo fosse meramente uma manobra utilizada por conspiradores ocultos, visando conduzir uma massa de tolos em direção ao golpe”. (MOTTA, 2006, p. 145).

Vale lembrar que a reverberação de representações negativas sem a devida contextualização, cristaliza as memórias dos críticos aos projetos defendidos por Goulart. Em vários momentos desse trabalho um questionamento surgiu: por que forçar um outro tipo de memória sobre esse período e, também, esse esforço de memória sobre a ditadura? Por que é necessário um projeto de lei (PL 7.899/2014 ou Lei Lara Lavelberg) que prevê a inclusão no currículo escolar os temas “Ditadura Militar no Brasil e Violação dos Direitos Humanos”? Essa memória de violação aos direitos humanos deve ser construída, entretanto, por que uma lei para torná-la obrigatória foi feita?

A transição para a democracia liderada pelos militares e sem rupturas amenizou a violência do período anterior. Isso pode ser verificado na ausência de julgamentos para as violações aos direitos humanos daquele momento, na truculência de nossa polícia, na permanência de políticos ligados à ditadura e no papel atribuído às Forças Armadas. Não foi feita uma política de memória no começo da chamada Nova República, pois ela tinha uma proximidade umbilical com o período anterior.

Há duas memórias conflitantes: uma de apoio à “ordem” vivenciada no período dos militares e outra de repúdio à violência, à tortura e à violação dos direitos humanos. E alguns setores que tiveram instrução formal têm a memória de enaltecimento à presença dos militares na liderança da política nacional. Logo, é algo que ultrapassa e muito o ambiente escolar e evoca certos traços da cultura política nacional.⁷⁰

Talvez traços das variadas culturas políticas brasileira, tanto no espectro conservador quanto progressista, seriam diferentes caso tivesse ocorrido uma resistência imediata ao golpe. Entretanto, ela não ocorreu. Isso seria uma consequência da forma de se fazer política e o país estaria marcado para sempre por causa desse momento? Se considerar-se que a

70. Pode-se admitir, Berstein, que se trata de uma espécie de “código e de um conjunto de referentes, formalizados no seio de um partido ou, mais largamente, difundidos no seio de uma família ou de uma tradição políticas”. Dessa definição, reterem-se dois traços fundamentais: por um lado, “a importância do papel das representações na definição de uma cultura política, que faz dela outra coisa que não uma ideologia ou um conjunto de tradições; e, por outro lado, o caráter plural das culturas políticas num dado momento da história e num dado país” (BERSTEIN, 1998, p. 350).

história não é determinista, pode-se afirmar que não. Os brasileiros têm de lidar com isso. Marcelo Ridenti inspira-se em Marx e no “fantasma da velha revolução”, que as lutas sociais de 1848 a 1851 na França não conseguiram superar, para pensar o caso brasileiro:

[No Brasil], inversamente, o fantasma insuperado não é o de uma grande revolução, mas o da revolução frustrada: a não revolução democrática e também a não revolução socialista. Ou, por outra, a revolução às avessas, como a de 1964, para garantir modernização conservadora da sociedade brasileira” (RIDENTI, 2010, p. 23)

A forma como o livro didático e, em primeiro lugar, o professor lida com essa “revolução às avessas” interfere nas práticas políticas dos estudantes e podem afirmar ou desfazer uma tendência de comodismo em relação ao passado e, principalmente, ao futuro. Afinal, o passado não é copiado, mas oferece representações para pensar o presente. E os livros didáticos veiculam algumas dessas representações.

Enfim, em parte da literatura escolar, Jango é o presidente derrubado pelo golpe. Às vezes o presidente é manipulador, ou reformista, ou tachado de comunista, ou pelego, ou populista, mas, principalmente, aquele que foi retirado do poder pelos setores conservadores. Ele poderia ter sido o presidente que foi prejudicado por ter tomado uma decisão: aliar-se democraticamente aos trabalhadores pelas reformas em um contexto marcado por ideias políticas conflitantes. Poderia ter sido o presidente que defendeu junto com Darcy Ribeiro um projeto inovador e revolucionário como a UnB⁷¹ e um ensino democrático previsto na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional de 1961. Poderia ter sido o governo em que foi implementada uma grande obra como Eletrobras e no qual a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) foi consolidada. E principalmente, o momento em que havia um sentimento favorável à mudanças agudas e como um governo que “funcionou como um campo de experiência, onde inúmeras ideias e novas propostas emergiram” (MORAES, 2006, p. 28).

71. Sabe-se que a UnB estava no projeto para Brasília implementado pelo governo JK, mas sua fundação (em 1962) e seu projeto pedagógico datam do governo João Goulart.

“Cabe ao historiador, no entanto, romper as amarras da “história vigiada”, do senso comum e das memórias estabelecidas” (REIS, 2014, p. 13), vale lembrar da importância do professor/historiador nessa nobre tarefa.

Capítulo 3 – AS LÁGRIMAS DERRAMADAS EM 1964 CONTINUAM JUSTAS? REPRESENTAÇÕES DE GOULART NO CINEMA

3.1 HISTÓRIA, MEMÓRIA, CINEMA.

Nunca nos esqueçamos, você e eu, em algum lugar fora dos mundos confinantes destas palavras, há um mundo de cores, movimento, luz e vida, um mundo na tela que indica, alude, representa [...] uma esfera do passado, um mundo extinto no qual pessoas fizeram guerras e amor, construíram e destruíram coisas, sofreram traumas (ROSENTONE, 2010, p. 13).

No capítulo anterior analisou-se a representação de João Goulart nos livros didáticos, entendendo-os como colaboradores na formação de uma memória nacional. Neste terceiro capítulo, o cinema é a fonte para a pesquisa histórica. Três documentários foram selecionados: *Jango* (1984)⁷² de Silvio Tendler, *O dia que durou 21 anos* (2013) de Camilo Tavares e *Dossiê Jango* (2013) de Paulo Henrique Fontenelle. Existe um desafio ao escolher filmes, cinema, como fonte de pesquisa: como analisar em palavras uma fonte tão marcada pelo som, pelas imagens, pelos efeitos visuais. Por esse motivo, o objetivo não é descrever os três filmes, mas sim analisá-los tentando transmitir um pouco a emoção representada na tela e sentida pelo espectador. As aproximações e afastamentos entre os livros didáticos e os documentários ficarão para a conclusão da dissertação.

O estudo dos documentários pode aprofundar as discussões iniciadas nos capítulos anteriores por três motivos principais. Primeiro, o cinema pode tanto consolidar, desconstruir e dar origem a representações, portanto, interferindo na formação de uma identidade tanto política quanto cultural. Em segundo lugar, o cinema é uma ferramenta pedagógica importantíssima no século XXI que aproxima o aluno do conteúdo estudado. Em terceiro lugar, o uso inter-relacionado do cinema com o livro didático atenua a centralidade do livro escolar sem esvaziar sua relevância e necessidade para o ensino e, além disso, demonstra para o estudante que a história é composta por diversas interpretações sobre o passado. O Jango populista do livro didático é diferente do Jango de Silvio Tendler porque não existe uma única maneira de compreender o passado. Isso pode parecer óbvio para a maioria dos historiadores,

72. Em 1984, quando *Jango* foi lançado, chegou a ser assistido por 1 milhão de pessoas e venceu o Prêmio Especial do Júri, Melhor Trilha Sonora e Melhor Filme do Júri Popular do Festival de Granada.

mas para os jovens nem tanto. Logo, o uso dessa ferramenta associada ao livro didático pode afastar o ensino de uma perspectiva com ares de neutralidade.

Logo, o cinema é abordado nesse trabalho de duas formas. A primeira como fonte histórica, ou seja, para auxiliar a desvendar essas representações construídas sobre Goulart. Quais discursos sobre Jango e sobre o golpe são preponderantes nesses documentários? Qual memória está sendo reverberada ou criada sobre esse momento? Ou seja, o cinema entendido como fonte histórica, por se tratar de “um gesto de separar, de reunir, de transformar em “documentos” certos objetos distribuídos de outra maneira” (CERTEAU, 1982, p. 73). A segunda forma é entender esses filmes como uma ferramenta pedagógica com o objetivo de ampliar as perspectivas de explicação de alguns momentos da história do Brasil. Em alguns casos, quando o filme tem um enredo explicativo semelhante ao do livro escolar, ele pode até ser usado como ilustração do conteúdo. Nessa pesquisa, os três documentários serão utilizados como ferramentas complementares com abordagens semelhantes e, na maioria dos casos, conflitantes com o livro escolar.

Para analisar os três documentários tentou-se utilizar as mesmas categorias do capítulo 2, com o objetivo de manter regularidade na análise das fontes, entretanto, os filmes não se encaixariam nessas categorias, pois elas foram organizadas cronologicamente seguindo o enredo dos livros didáticos e as operações analítico-interpretativas devem estar “mais ou menos adaptadas à natureza do material e à questão que procura resolver e o seu contexto, ou, eventualmente, os efeitos dessas mensagens” (BARDIN, 2009, p. 105). Como a metodologia deve vir das fontes, os documentários foram analisados de acordo com as seguintes categorias:⁷³i) o momento de produção e projetos de futuro; ii) representações de Goulart; iii) golpe e exílio; e iv) verdade e memória.

73. Neste caso trata-se também de categorias temáticas. As categorias podem ser consideradas “espécie de gavetas ou rubricas significativas que permitem a classificação dos elementos de significação constitutivas, da mensagem. É, portanto um método taxionômico bem concebido para satisfazer os colecionadores preocupados em introduzir uma ordem, segundo certos critérios, na desordem aparente”. Logo, dos três documentários de diretores, estruturas de enredo, objetivos diferentes reuniu-se em categorias os que aproximassem e servissem para pensar o objeto da pesquisa – as representações de João Goulart e de seu governo. Temas, “enquanto unidades de registro corresponde a uma regra de recorte (do sentido e não da forma)” e “unidades de registro para estudar motivações de opiniões, de atitudes, de valores, de crenças, de tendências, etc.” (BARDIN, 2009, p.

Nas categorias listadas, não há o apontamento das características técnicas das películas, pois o objetivo central do capítulo é analisar as narrativas históricas.

3.1.1 Baseado em fatos reais? Verdade, memória e documentário.

Os documentários, mais do que os filmes ficcionais, tem uma relação complexa com a ideia de verdade. Parece que eles estão mais próximos dela do que outros, pelo menos de acordo com o público. A força da explicação “baseado em fatos reais” no início do filme é considerável. Não é somente baseado em fatos entendidos como acontecimentos, mas baseados em fatos reais. Nenhum dos três documentários começa com essa frase, entretanto, essa pretensão à verdade perpassa os documentários analisados, principalmente, *Dossiê Jango* (2013) e *A noite que durou 21 anos* (2013). Talvez essa seja a marca do que se define como documentário, apesar de tantas críticas em torno disso. O que distingue a categoria *documentário* senão um apelo à verdade? Essa verdade antes era transmitida pelos *documentos*, palavra que dá origem à categoria documentário.

Pondera-se também que um documentário “reflete ostensivamente o mundo de forma direta, possuindo o que foi chamado de relação ‘indexativa’ com a realidade” (ROSENSTONE, 2010, p. 110). No entanto, essa perspectiva também apresenta seus problemas, pois o diretor seleciona, recorta, valoriza alguns fatos colocados em um enredo com uma trilha sonora, não se trata daquele acontecimento chegando diretamente sem qualquer tipo de intermediação ao espectador. Logo, o que é o documentário? Nesse trabalho, ele pode ser entendido como um “tratamento criativo da realidade” (GRIERSON *apud* ROSENSTONE, 2010, p. 111). Realidade entendida no sentido daquilo que ocorreu: o golpe em 1964 aconteceu, Goulart morreu no exílio, Auro de Moura Andrade discursou. Partindo dessa premissa, a perspectiva que associa de forma genérica o documentário a uma história tradicional se distanciam. Segundo Rosenstone,

O paralelo ou a proximidade entre a história tradicional e o documentário, sem dúvida, é responsável pelo fato de historiadores, jornalistas e o público em geral confiarem muito mais no documentário do que no longa-metragem

105-106), nortearam a elaboração das quatro categorias criadas para relacionar os cine-documentários com o objeto da pesquisa.

dramático. Mas trata-se de uma forma equivocada de confiança, pois o documentário compartilha de muitos aspectos do filme ficcional. Ele também às vezes usa imagens que são aproximações mais do que realidades literais, ocasionalmente, dramatiza cenas e regularmente cria uma estrutura que adapta o material às convenções (2010, p. 110).

Essa tradição cinematográfica preocupada em trazer o real, usa com frequência, segundo Morettin (2011, p. 42), as palavras registrar e revelar, como se os filmes revelassem uma espécie de consciência coletiva de um tempo. Por esse motivo, a pretensão da ideia de verdade, optou-se em não utilizar essas duas palavras neste trabalho ao se estudar os cine-documentários em questão.

No caso da história do tempo presente essa suposta proximidade com a verdade parece ser exemplificada pelo papel das testemunhas. Os três filmes analisados, utilizam o relato da testemunha ocular, aquela que viveu os acontecimentos e, por meio delas, dão voz ao passado. O paralelo com a história tradicional, possivelmente neutra, aparece também quando os documentários dão espaço para pessoas que divergem da perspectiva apresentada nos filmes. No caso de *Dossiê Jango* (2013), o historiador Moniz Bandeira afirma várias vezes que a ideia de assassinato de Goulart é fantasiosa. E, no caso de *Jango* (1984), Magalhães Pinto, Jarbas Passarinho e o General Antonio Carlos Muricy relatam sua visão sobre os acontecimentos que os levaram a apoiar o golpe de 1964. Newton Cruz, Jarbas Passarinho, Julio de Sá Bierrenbach narram sua versão no *O dia que durou 21 anos* (2013).

Segundo François Dosse, “Annette Wievorka situa o advento da era da testemunha na qual estamos, a partir do processo de Eichmann em 1961. Enquanto o processo de Nuremberg consagra o privilégio do escrito, o de Eichmann marca o triunfo do depoimento oral” (2013, p. 306). Essa perspectiva de “valorização do testemunho” está presente nos filmes *Jango* (1984) e *Dossiê Jango* (2013).

No filme *O dia que durou 21 anos* (2013), esse apelo à verdade se dá principalmente por meio da utilização de documentos oficiais dos Estados Unidos, documentos considerados *top secret* por muitas décadas e que se tornaram públicos 50 anos depois, tal como prevê a legislação nacional estadunidense. O filme traz o relato de testemunhas, mas o foco do enredo se baseia nesses documentos oficiais, documentos produzidos pelo Estado, se aproximando de uma historiografia mais tradicional, no sentido, de ser apegada ao documento escrito e

oficial. É interessante observar a presença de poucos historiadores – Moniz Bandeira (DOSSIÊ JANGO, 2013) e James Green, Carlos Fico, Peter Kornbluh (O DIA QUE DUROU 21 ANOS 2013) – nos documentários e o papel principal que é atribuído às testemunhas oculares e aos documentos oficiais.

Será que os pontos apresentados acima permitem afirmar que um documentário tem mais representatividade sobre determinado momento histórico que uma obra de ficção? Será que um documentário com fatos e relatos testemunhais são necessariamente melhores para representar o passado ou para se aproximar dele? Talvez não, um filme ou livro de um personagem criado pode dizer muito sobre o momento no qual o romance é ambientado. Sugere-se inclusive que talvez a historiografia atual se aproxime mais desses enredos ficcionais do que de um documentário. Isso pode ser pensado não por causa da proximidade ou da distância da verdade e, sim, por causa de uma questão metodológica de como estabelecer relações, criar um panorama epocal. Dificilmente um romancista ou diretor de cinema irá retratar uma história sem tentar compreender sobre a época em que ela se ambienta. Esse é o ponto em que o historiador que ora é comparado ao juiz com sua capacidade de estabelecer verdades, pode se aproximar do romancista.

Em alguns momentos, o relato da testemunha esvazia ou parece esvaziar a capacidade de elaboração de narrativas por parte do historiador. O uso feito dos relatos testemunhais muitas vezes não precisa da intermediação feita pelo historiador, retomando a ideia de que a fonte, antes escrita, fala por si mesma. Ou historiador está a perder o seu campo de atuação ou todos acabam se tornando um pouco historiadores pela facilidade de acesso à fonte histórica, nesse caso, pensada como testemunho. Sobre a valorização do depoimento e sobre o papel do historiador:

Essa evolução provoca interrogações e um certo mal-estar do lado dos historiadores que obviamente não são insensíveis à desgraça do mundo em nome de qualquer objetivação remota, mas porque o historiador “sente bem que essa justaposição da história não é uma narrativa histórica e que, de alguma forma, ela o anula (DOSSE, 2013, p. 308).

O tempo em que o relato é documentado é importante para que o historiador dê “sentindo ao mundo impondo a ele uma certa coerência formal que associamos à ficção”

(WHITE *apud* ROSENSTONE, 2010, p. 139). Da mesma forma que o historiador dá sentido, por meio da construção de uma narrativa, muitas vezes, o diretor também o faz, seja em um documentário, seja em um filme ficcional.

Por que essas testemunhas, inclusive as que criticam as linhas interpretativas dos documentários selecionados, se aproximam de um projeto de verdade? Hartog afirma que vive-se o tempo das vítimas, com destaque para o testemunho, pois ela “viveu essa história” (2012, p.14). Tanto Hartog (2012) quanto Dosse (2013) mencionam a iniciativa de Steven Spielberg de recolher o relato de todos os sobreviventes dos campos de concentração nazista e disponibilizar online ao público sem a intermediação de ninguém. Especificamente, no caso dos documentários analisados, nem todos os testemunhos partem de vítimas de ditadura ou do golpe, mas a questão do testemunho está sempre presente. Ainda será preciso aguardar para ver os resultados, por exemplo, do projeto de Spielberg. Possivelmente, ele ficará relativamente esquecido até que alguém – historiador, cineasta, jornalista ou escritor – crie uma narrativa para os relatos recolhidos.

Ao dar voz aos testemunhos e documentos que foram silenciados ou que não estavam disponíveis ao público, principalmente em *Dossiê Jango* (2013) e *O dia que durou 21 anos* (2013), é possível que outra memória sobre o tema seja reconstruída. Essa nova memória coletiva ajudaria a reclassificar antigos personagens e reelaborar outras interpretações sobre o passado brasileiro.

O enredo do início do filme *Dossiê Jango* é esclarecedor:

A verdade não pode ser inatingível. É preciso atingi-la, obrigatoriamente estabelecê-la. Tudo que pensamos ser verdade, um dia muda e podemos encontrar coisas que mudam a História. Se alguém disser que tem a verdade absoluta sobre o que aconteceu no Brasil desde 1964 até 2012, se disser que sabe, ou é um mentiroso ou é um ingênuo. A História deve ser recuperada, porque não está recuperada. Pelo contrário, está oculta. Os silêncios são partes da ocultação da verdade. Por que? [áudio do discurso de Auro de Moura Andrade com imagens de Goulart: “Atenção! O Senhor Presidente da República deixou a sede do governo. Assim sendo declaro vaga a presidência da República!"] (2013).

É complicado dar uma interpretação taxativa ao trecho que inicia o filme, pois ela parece um pouco contraditória. De acordo com a citação, a verdade deve ser estabelecida,

apesar de não ser absoluta, para recuperar uma história oculta. Mas até essa verdade ocultada está susceptível de ser refeita, pois pode-se “encontrar coisas que mudam a História”? Então como estabelecer a verdade no singular, como está descrita na citação? Ela poderia ser reescrita a partir de novas evidências, pois a ideia de ser recuperada parece que a história está lá no passado e que por meio das fontes é possível acessá-lo diretamente. E, ao longo desse trabalho, baseou-se no princípio teórico bastante simples para os estudiosos de teoria: história é construção de narrativas a partir de resquícios deixados no passado, esses rastros podem ser lidos de inúmeras formas e são influenciados pelo tempo presente.

Agora, nesse momento, é necessário sair um pouco da teoria e ir para política. Algumas construções sobre esse passado nacional foram manipuladas com objetivo de apagar personagens e impor modelos de interpretação. Neste trabalho, fez-se uma tentativa de indicar os legados desse tipo de abordagem e como eles se colaram a uma memória específica ajudando a ampliar uma forma de cultura política nacional marcada pelo desvio de pressupostos considerados ideais. É papel dos historiadores reescrever essa história, mas recuperá-la plenamente é uma tarefa intelectual impossível. Até mesmo porque nem no presente daqueles acontecimentos havia uma única interpretação possível.

Essa discussão pode ser usada para se pensar o uso do termo *verdade* na Comissão Nacional da Verdade. Pode-se discordar teoricamente do uso do termo, mas a de se levar em conta a sua força para usos políticos – encontrar corpos, denunciar a tortura, apontar culpados e reforçar a crítica ao autoritarismo. E nesse caso, o uso político é mais relevante.

Brilhante Ustra, agentes do DOPS, Fleury, o que aconteceu? Vamos olhar para nossos próprios umbigos. Quantos segredos temos? Quantos mortos há no armário? Podemos continuar brincando de detetives, investigando, juntando pedacinhos, escrevendo nos jornais, fazendo documentários e escrevendo notícias. Mas isso é, definitivamente, uma questão política. Enquanto o Estado brasileiro não tiver vontade política de investigar a sério o que aconteceu com João Goulart, não vamos chegar a verdade (RODRIGUEZ, Roger *apud* DOSSIÊ JANGO, 2013).

Alguns minutos depois:

Qual a razão dos segredos? Por que os documentos são segredos de Estado? A que interessa esse segredo? O que não se pode saber? O segredo de Estado gera um Estado secreto. E esse Estado secreto gera histórias oficiais que

ninguém há de desmentir. Como jornalista, eu quero saber a história e a verdade (RODRIGUEZ, Roger *apud* DOSSIÊ JANGO, 2013).

A partir dessas citações e do que já foi dito em relação ao apego aos documentos oficiais, no filme *O dia que durou 21 anos* (2013), observa-se que os dois filmes possuem uma proximidade de verdade, mas esta entendida, também, como uma verdade material. Como os Estados Unidos ajudaram no golpe? Como Jango morreu? Onde estão os corpos dos desaparecidos? Essas verdades materiais devem vir à tona para desfazer um tipo de história que “guardou muitos corpos no armário”.

No filme *Jango* (1984) a presença do narrador José Wilker, conhecido do público brasileiro, e o número bem menor de relatos pessoais torna a análise mais difícil. Nota-se que Tandler (JANGO, 1984) objetivava construir uma outra biográfica acerca de Goulart, entretanto, ele faz isso com imagens antigas, nenhuma nova evidência, prova ou documento foram utilizados. Ele não procura uma verdade material nova para reescrever essa história. Ele simplesmente a reescreve, de forma brilhante, com os documentos já conhecidos. Talvez, nesse documentário, haja uma história recuperada parcialmente, uma visão de Jango que existia na época e que foi resgatada pelo diretor.

3.1.1 Novos passados, novos futuros ou “Nunca Mais⁷⁴”!

Como já dito, um filme retrata seu período de produção, mas também, como em vários trabalhos sobre história do tempo presente, pode-se vislumbrar um certo projeto de futuro. Esse não como prescrição, mas como uma espécie de potência, uma possibilidade de futuro. Nos três documentários foi observada a iniciativa de reescrever esse passado próximo, como uma estratégia de se afastar possibilidades ditatoriais e assinalar o repúdio ao autoritarismo. No filme *Dossiê Jango*, o entrevistado Pablo Andrés Vassel, promotor público argentino, afirma: “invariavelmente a história nos demonstra que, quando se perde a memória e se

74. Retirada de uma afirmação feita no tribunal argentino que condenou Jorge Rafael Videla (*apud* DOSSIÊ JANGO, 2013): “quero usar uma frase que não me pertence, porque já pertence a todo povo argentino. Senhores juízes, ‘nunca mais!’”

oculta a verdade, os povos voltam a repetir as tragédias do passado” (2013) O filme *Jango* (1984) termina com o poema, já citado, de Fernando Brant, os versos finais são:

Os anos passados, a maturidade
e a visão diária da injustiça e do ódio,
da opressão, da mentira e do medo,
me levam agora, adulto,
em nome da verdade e da história,
a reafirmar o menino:
as lágrimas derramadas em 64 continuam justas (BRANT, 1980).

No filme *O dia que durou 21 anos* (2013) não há citação clara sobre a reconstrução desse passado para a elaboração de futuros possíveis. Entretanto, as fotografias selecionadas com uma trilha sonora bem marcada denunciam a crítica ao regime político instaurado em 1964. E o filme se encerra com a frase de Peter Kornbluh:⁷⁵ “tudo isso foi feito em nome da democracia, supostamente”. Ou seja, o golpe feito com amplo apoio dos Estados Unidos e todas as arbitrariedades posteriores foram feitas para evitar uma suposta esquerdização do Brasil e assegurar a vitória de um modelo que se intitulava democrático. Ao problematizar os usos feitos do termo democracia, questiona-se a experiência vivida no presente e abri-se caminhos exequíveis para o porvir.

Essas possibilidades de futuro podem estar ligadas ao momento de produção de cada filme e ao diretor. Dos três filmes analisados o de Silvio Tendler⁷⁶ é o mais antigo e o mais discutido pela historiografia. O ano do filme é simbólico: 1984, momento do fim da ditadura e do movimento das Diretas-Já que lutava por eleições diretas para presidente, pois o último presidente eleito democraticamente havia sido Jânio Quadros em 1960. Logo, no final da

75. Coordenador do *National Security Archives* dos Estados Unidos.

76Silvio Tendler, nasceu no Rio de Janeiro, em 1950, hoje é também professor de Comunicação da PUC-Rio: “Eu diria que despentei para a vida lá pelos meus 14 anos, em plena ditadura militar. E, naquela época, era preciso fazer determinadas escolhas”. Ele fez as dele. Tornou-se cinéfilo, presidente do movimento cineclubista e um apaixonado pela história do país. Nos anos 1970, acabou deixando o Brasil de Médici para viver no Chile de Salvador Allende. Na França, cursou o mestrado na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, escreveu sobre o cineasta Joris Ivens, foi aluno do realizador Jean Rouch e assistente de direção de Chris Marker. Aprendeu com os mestres. Em 1981, fundou a Caliban, produtora dedicada a biografias históricas de cunho social. De lá para cá, já fez campanhas políticas, filmes institucionais, e soma na bagagem mais de 40 obras, entre curtas, médias e longas-metragens (ELIAS, 2010).

ditadura o cineasta-historiador Silvio Tendler (JANGO, 1984) resgata momentos do final dos anos 1940 e chega até 1984 por meio da biografia de João Goulart. Tendler no livro *A História vai ao cinema*, demonstra preocupação com a falta de conhecimento histórico dos jovens:

um grito de alerta: querem apagar a história. Jovens de 20 anos não sabem o que foi a Guerra do Vietnã, como foi a descolonização da África, as lutas populares por liberdade, contra a ditadura, a tortura. E o mais grave: livros, filmes, peças de teatro, pensamentos e personalidades que escreveram um projeto de Brasil são apagados da história. Em tempos que privilegiam o efêmero, o volátil e o descartável este livro é peça essencial na “guerra santa” que travamos contra a amnésia histórica que querem nos impor (TENDLER *apud* SOARES; FERREIRA, 2001, prefácio).

Em uma entrevista para a Revista de História, o diretor afirma que o documentário não foi feito somente para superar a amnésia histórica.

RH: Como vê “Jango” hoje?

ST: Difícil dizer. **Eu faço história voltada para o futuro.** Não tenho saudade do passado. Quando o Jango foi deposto, eu tinha apenas 14 anos. Eu não vivi exatamente aquilo. Pra mim, o Jango foi um turbilhão que durou dois anos e sete meses. Então, eu não sei se o que eu queria com esse documentário era contar uma história vivida ou manifestar um desejo de democracia e de justiça social. “Os Anos JK” é um filme sobre a democracia. O “Jango” é sobre justiça social, o voto do analfabeto, o controle da remessa de lucros, as reformas agrária, tributária e urbana. **Se o Jango não tivesse sido deposto, o Brasil não estaria hoje nas condições em que está.** Hoje, acho que era isso o que eu queria dizer (ELIAS, 2010, grifo nosso).

Nas citações de Tendler (JANGO, 1984) há um desejo de memória, mas o objetivo não é somente histórico. Há uma vontade de dar voz a personalidades silenciadas para resgatar e reelaborar um projeto de Brasil amordaçado pelo golpe civil-militar.

Há uma distância temporal de cerca de 30 anos entre o *Jango* (1984) e *O dia que durou 21 anos* (2013) e *Dossiê Jango* (2013), os dos últimos da segunda década do século XXI. *Dossiê Jango* (2013) é dirigido por Paulo Henrique Fontenelle,⁷⁷ mais novo que Tendler, não vivenciou

77. Paulo Henrique Fontenelle nasceu em 1970, é formado em Cinema, Radialismo e Jornalismo. É editor e diretor de programas, documentários e DVDs musicais. Dirigiu e produziu o curta *Mauro Shampoo* (2006), que ganhou mais de vinte prêmios de melhor filme – no Brasil e exterior. Seu primeiro longa, *Loki* (2008), rendeu dez prêmios de melhor filme no Brasil, em Nova York, em Toronto e em Miami e ficou quatro meses em cartaz no

o golpe de 1964. O filme, lançado em 2013, denuncia – com um tom de *thriller*– a Operação Condor e cogita a possibilidade de essa operação ser a responsável por três mortes: de Juscelino Kubitschek, de João Goulart e de Carlos Lacerda, os três eram integrantes da chamada Frente Ampla⁷⁸e tinham planos de concorrer a disputa eleitoral. Segundo o diretor, o filme pretende “trazer à tona uma outra versão que contesta a História oficial no continente”.⁷⁹ O documentário apresenta uma grande quantidade de entrevistados, entre eles um se destaca por trazer em seus depoimentos uma forte carga sentimental: João Vicente Goulart, o filho que vivenciou o golpe e que morou com o pai no exílio. Fica claro o desejo do filho de reconstruir a memória em torno de Goulart, uma espécie de tarefa deixada pelo pai. Em um momento do filme, João Vicente, com a voz alterada, lê uma carta de seu pai:

Maldonado, 21/05/1976.

João Vicente, meu bom amigo,

Em Buenos Aires, um clima cada vez mais tenso. Há dois dias sequestraram do hotel e de sua residência os nossos amigos senador Michelini e deputado Gutierrez Ruiz. Uma monstruosidade que me leva a pensar no meu futuro na Argentina. Já me sinto velho e um pouco desanimado (choro de João Vicente) para novos empreendimentos. Isso talvez fique para vocês (DOSSIÊ JANGO, 2013).

No caso em questão, parece haver um devir de memória e de ação, algo muito presente nos familiares das vítimas da ditadura, que parecem ser os que mais contribuem para uma memória da violência do regime instaurado com o golpe. Ao final do documentário cobra-se investigações da recém-criada, naquele contexto, Comissão da Verdade e a exumação do corpo de Goulart. João Vicente, em meio as imagens de mortos e desaparecidos, afirma:

O importante não é só Jango, o importante é que o Brasil dê conta de seus desaparecidos, de seus mortos, do que houve no Araguaia, do que houve

Brasil. Em 2015, lançou o filme *Cássia Eller*. Disponível em: <<http://filmow.com/paulo-henrique-fontenelle-a199172/>>. Acesso em 7 abr. 2015.

78 Movimento político lançado 1966 com o objetivo de lutar pela "restauração do regime democrático" no Brasil, a Frente Ampla teve como principal articulador o ex-governador da Guanabara, Carlos Lacerda, e contou com a participação dos ex-presidentes Juscelino Kubitschek e João Goulart.

79. Disponível em: <<http://canalbrasil.globo.com/programas/dossie-jango/materias/paulo-fontenelle-fala-sobre-o-filme-dossie-jango.html>>. Acesso em: 7 abr. 2015.

com Rubens Paiva⁸⁰. São várias figuras, são vários líderes, são várias pessoas que lutaram por esse país, que lutaram pela redemocratização do país e que não se sabem onde estão, e estavam sob proteção do Estado. Eu acho que o Brasil, a medida que a sociedade vá conhecendo o que houve, vai exigindo que se dê uma solução final a essas famílias que estão esperando até hoje (DOSSIÊ JANGO, 2013).

Esses projetos de futuros contidos nos filmes influenciam políticas na atualidade (no futuro em relação a esses filmes). Isso não deve a um filme ou a única uma iniciativa qualquer que seja ela, mas denuncia uma demanda histórica. Apesar da infeliz ausência de julgamentos pelos crimes cometidos, alguns momentos nebulosos vieram à tona após esses filmes, como o exemplo da morte de Rubens Paiva e o que pode ter acontecido com Anísio Teixeira,⁸¹ investigado pela Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade (CATMV) na Universidade de Brasília (UnB).

A proposta de indicar dados que possam comprovar o assassinado de Jango durante seu exílio é, claramente, um mecanismo para se cobrar justiça pelos crimes cometidos na ditadura. Jango morreu em 1976, a exumação de seu corpo foi realizada em 2014. Como essas datas causam desconforto! Pois sinalizam o que foi nossa redemocratização e uma vontade de investigação por poucos atores políticos na atualidade. Vontade essa que provoca, já no século XXI, reação de grupos conservadores. Entretanto, demorou-se tanto tempo e não foram encontrados vestígios de envenenamento nos restos mortais de Jango, mesmo se eles tivessem existido. A dúvida, assim como no caso de Anísio Teixeira, permanece, junto com ela somam-se as várias possibilidades de lidar com isso no futuro. Uma alternativa pode ser a abertura de documentos norte-americanos, cobrada pela família Goulart, com informações sobre a suposta operação feita para trocar os medicamentos cardíacos do ex-presidente.

80No volume 3 do relatório final divulgado pela Comissão Nacional da Verdade, seu desaparecimento que antes “ocorrido nos idos de 1971, [estão] em circunstâncias até hoje pendentes de apuração” passou a ser entendido da seguinte forma: “sequestrado em sua residência na av. Delfim Moreira nº 80, no Rio de Janeiro, RJ. Provavelmente, foi executado nas dependências do DOI-CODI do I Exército” (BRASIL, 2014).

81. Segundo o relatório da CATMV (2015): “diante do exposto acima, da documentação reunida e do trabalho de pesquisa realizado, a CATMV não tem condições objetivas para assegurar a ocorrência de morte por acidente. Por outro lado, não é possível indicar Anísio Teixeira como vítima fatal da repressão, seguindo inconclusas as investigações a respeito das circunstâncias do seu falecimento”. Disponível em:<<http://www.comissaoverdade.unb.br/images/docs/relatorio.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2015.

Além da busca pelo o que *realmente* aconteceu, o que mudaria se Goulart tivesse sido assassinado no exílio? Por que a preocupação no *Dossiê Jango* (2013) de levantar essa possibilidade? Primeiro, isso demonstraria a força, capacidade de organização e audácia da Operação Condor. Segundo, seria uma evidência bastante palpável – assassinato de um ex-presidente no exílio – para desfazer qualquer aventureiro que ainda caracterize o regime militar brasileiro de *ditabranda*. Em terceiro lugar e, talvez o mais relevante para esse trabalho, desfar-se-iam muitas tentativas de caracterizar João Goulart como fraco, vacilante. Se ele foi assassinado 12 anos após o golpe é porque representava uma ameaça e, quem sabe, seria um nome de destaque no processo de redemocratização. E uma possibilidade de futuro seria o recrudescimento da crítica ao autoritarismo, algo que parece faltar nesse início de 2015.

Para concluir, a marca da incerteza ratifica uma perspectiva de um passado que não passa, desse pretérito presente. Além da dor dos familiares,⁸² isso deixa cicatrizes na forma de compreender nossa história. A solução desses crimes e o esclarecimento sobre o que foi o golpe de 1964 poderiam afastar possíveis futuros marcados pelo conservadorismo político.

3.1.2 O presidente das reformas? O presidente assassinado no exílio? O presidente que ameaçou J.F. Kennedy e Lindon Johnson?

Para iniciar essa discussão, é necessário assinalar a diferença do título dessa mesma categoria (representações de Goulart) em relação aos livros didáticos. Nem populista, nem pelego, muito menos o presidente derrubado. Nos documentários, apesar do golpe estar sempre presente, os eixos narrativos se distanciam dele em alguns momentos. As similitudes e distinções entre os livros didáticos e os documentários serão destacados na conclusão da dissertação.

82. Um dos filmes que retrata com muita clareza a permanência da dor dos familiares de mortos desaparecidos é o documentário chileno *Nostalgia Luz* de Patricio Guzman, que filma mulheres do deserto de Atacama com uma colherzinha revolvendo a terra a procura de restos mortais de seus companheiros, filhos, irmãos por mais de duas décadas. A tecnologia para estudar os astros, o deserto possui um dos centros mais avançados do mundo, se choca com as ferramentas rudimentares dessas mulheres em busca de seus mortos. A vida delas parece ter parado. Será que não se pode pensar isso historicamente? Uma espécie de paralisação, uma forma de não se livrar do passado, porque várias questões não foram resolvidas. Quais seriam as consequências disso na cultura política e na educação de crianças e jovens?

Nos documentários *Jango* (1984) e *Dossiê Jango* (2013), há mais imagens e relatos sobre Goulart. Observa-se, neles, uma reescrita, mesmo que cinematográfica, de quem foi o personagem João Goulart. No filme *O dia que durou 21 anos* (2013) o enredo volta-se mais para as interferências dos Estados Unidos na articulação do golpe e na montagem da ditadura militar. Para pensar essas novas abordagens de João Goulart, transcreve-se o relato feito pelo filho do ex-presidente e que encerra o filme *Dossiê Jango*:

Àqueles que pensam que derrotaram Jango, nós estamos debatendo o Jango até hoje e ainda temos muito a debater, muito a construir e muito a resgatar. Tenho orgulho de ser filho de Jango. Tenho orgulho de ser filho daquele homem que se tornou o único presidente a morrer no exílio. Sinceramente, não gostaria de ser filho de nenhum ditador que submeteu o povo brasileiro há vinte e tantos anos de escuridão e de sofrimento (2013).

Nesse relato João Vicente mostra talvez um ponto marcante no qual a biografia do pai e a história política brasileira se unem: Goulart como o único presidente a morrer no exílio, mesmo revelando a todos que o procuravam sua vontade de voltar ao Brasil. Em um dos momentos mais melancólicos do filme, ouve-se o relato do jornalista Carlos Bastos e vê-se a foto de Goulart (figura 3) – que é, aliás, a foto do cartaz de divulgação do filme – acerca de um dos momentos mais lúgubres vividos por Jango no exílio que era quando ele ia até São Tomé, na Argentina, e do outro lado do Rio Uruguai enxergava São Borja.

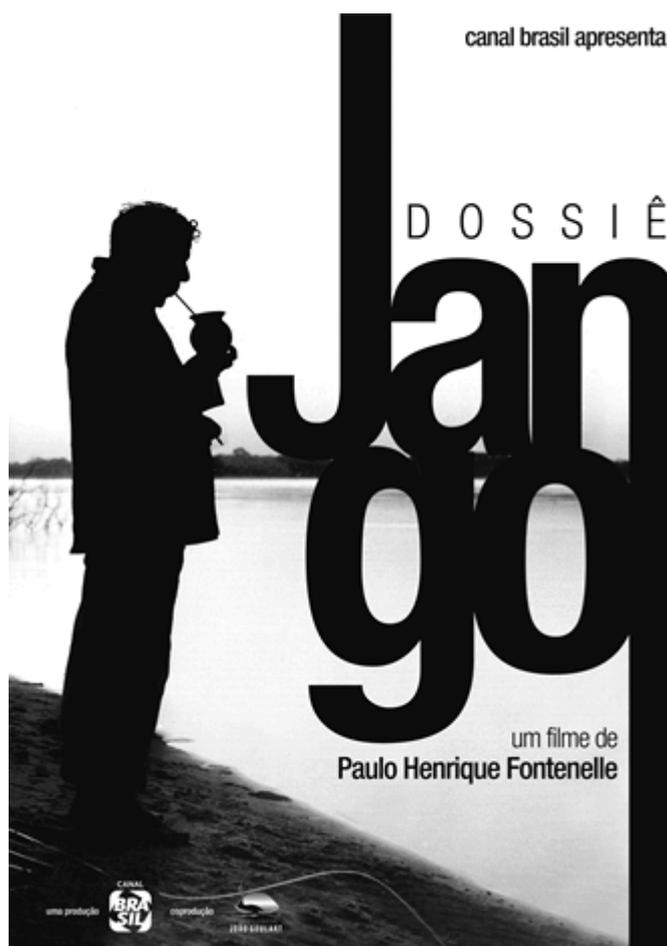


Figura 5– Cartaz de divulgação do filme *Dossiê Jango*.
Acervo Instituto João Goulart

Ao longo de todo esse filme a imagem do rio é repetida inúmeras vezes. A distância do Brasil tornou o exílio mais sombrio, logo o rio, na imagem, remete a esse afastamento. Sabe-se que o obstáculo não era o rio e, sim, o perigo que Goulart representava. Para o filho, Goulart foi o presidente afastado de sua pátria e para onde voltou morto. Até mesmo falecido, Jango teve dificuldade de retornar ao Brasil. O filme atenta para todas as dificuldades geradas por policiais e militares para que o corpo de Goulart entrasse em território nacional. Em outro momento da mesma obra cinematográfica, João Vicente tenta desfazer a imagem de fraqueza ou de uma figura política titubeante e afirma “Jango quando cai, não cai por ser um governo fraco. Senão não o teriam derrubado. Faltavam poucos meses para as eleições. Jango cai exatamente por propor as reformas de base”. No filme *Dossiê Jango* (2013), existe uma vontade, quase uma dívida do filho com o pai na tentativa buscar justiça, de provar que ele foi assassinato e um esforço de mudar a memória sobre Goulart. Como já foi dito, caso a

suspeita de assassinato se comprovasse, o personagem histórico João Goulart sairia mais fortalecido e ameaçador. Difícil sustentar a ideia de um presidente fraco/vacilante e que contou com uma operação internacional envolvendo as ditaduras do Brasil, Uruguai e Argentina para liquidá-lo. Observa-se que o filme em questão se aproxima dessa iniciativa de João Vicente e de recontar essa história na qual seu pai foi uma das figuras centrais.

No caso de *Jango* (1984), o diretor se apresenta por meio da voz do narrador. Ao realizar a busca dos filmes na internet foram encontrados vários relatos de Tandler sobre o filme de 1984, além do livro já citado *A História vai ao cinema*. Os resultados ao se procurar dados sobre o diretor de *Dossiê Jango* (2013) foram entrevistas dadas por João Vicente sobre o filme. E sobre Paulo Henrique Fontenelle, foram encontradas, reportagens sobre o seu último filme *Cássia Eller* (2015), demonstrando o peso do relato de João Vicente no documentário em questão.

Como já dito por Delgado (2014) e Ferreira (2001), a construção da imagem de Jango feita por Tandler (*JANGO*, 1984) salta das telas. Esse é um dos pontos mais relevantes desse filme: as representações de João Goulart não se aproximam de um político populista, demagogo, manipulador, vacilante. E sim, de um homem público com grande preocupação com uma justiça social e com uma habilidade de negociação notável. A inquietação causada por esse filme foi uma das motivações desta pesquisa ser realizada, como Jango é ensinado e como é apresentado nos livros didáticos. É uma película marcada por um forte apelo emocional e isso é bem trabalhado por meio da trilha sonora com nomes como Milton Nascimento, Ronaldo Bastos, Wagner Tiso e do narrador José Wilker.

Jango (1984) pode ser pensado como uma cinebiografia, dessa forma as relações pensadas entre biografia e história, discutidas no capítulo 2, estão presentes. Qualquer biógrafo ou diretor seleciona acontecimentos e cria um certo padrão. Há sempre um “uso criativo dos fatos” (ROSENSTONE, 2010, p. 139) que pode ter várias finalidades.

Para Delgado (2014), o filme *Jango* (1984) conseguiu um feito importante do ponto de vista historiográfico: ele rompeu a inércia de intelectuais, pensadores e artistas sobre esse personagem trazendo para as telas um outro olhar sobre esse homem público. Ou segundo Ferro, alguns filmes e cineastas “manifestam uma independência com respeito às correntes

ideológicas dominantes, criando e propondo uma visão de mundo inédita, que lhes é própria e que suscita uma tomada de consciência nova” (2010, p. 16).

Jango (1984) inicia a trajetória política do biografado em 1947 que não é marcada apenas pelo golpe de 1964, por isso talvez, ele não seja apresentado ao espectador como figura fraca e incapaz e que não evitou o golpe. Os momentos de seu governo que aparecem com frequência no livro didático – ministro do Trabalho e vice de Jânio Quadros (inúmeros livros didáticos não o citam como o vice de Juscelino Kubitschek), presidente após a renúncia de Jânio, adoção do parlamentarismo, plebiscito, retorno do presidencialismo, defesa das reformas de base, Comício da Central do Brasil, Marcha da Família com Deus pela Liberdade – aparecem também no filme. Entretanto outras informações importantes para uma reconstrução positiva dessa memória estão presentes: a fundação da Universidade de Brasília,⁸³ a criação do décimo terceiro salário, a votação mais expressiva, mesmo como vice, que a de JK e a instituição do Estatuto do Trabalhador Rural. O diretor em questão apresenta uma visão claramente positiva em relação a João Goulart.

Percebe-se no documentário que a postura conciliadora e diplomática de Jango não é vista como um sinal de fraqueza e, sim, de valorização do diálogo e do espírito democrático. Símbolo disso foi o trecho selecionado por Tandler (JANGO, 1984) do discurso de posse de João Goulart: “inclusive por temperamento, prefiro mais unir do que dividir. Prefiro pacificar a acirrar ódios, prefiro harmonizar a estimular ressentimentos”. Essa imagem construída por Tandler (JANGO, 1984) é interessante para se problematizar as críticas feitas pela esquerda e direita ao ex-presidente pela tentativa de criar um governo de conciliação.

Além de conciliador e portador de uma habilidade de negociação, o personagem Goulart, nos filmes, aparece como um político precursor na América Latina. Tanto *Jango*

83. “A história da Universidade de Brasília representa uma espécie de microcosmo da história brasileira pós-1960. A sua relação com o projeto moderno de Brasília, o caráter vanguardista de sua concepção original, as dificuldades políticas para sua efetiva implementação, as expectativas depositadas em seu desenvolvimento iluminam, por um lado, aquele expressivo sentimento de transformação que marcou o início da década de 1960. Por outro lado, os atos que se sucederam após o golpe de 1964 também podem ser compreendidos como uma imagem refletida do regime repressivo que se abateu sobre o Brasil: as perseguições iniciais, o afastamento imediato de seus dirigentes, as sucessivas ondas de repressão, as invasões no campus, a ocupação militar e, por fim, a conversão da sua estrutura diretiva num verdadeiro aparato de segurança e informações” (Relatório da CATVM, p. 30) em <http://www.comissaoverdade.unb.br/images/docs/relatorio.pdf>.

(1984) quanto *Dossiê Jango* (2013) mostram a viagem de Goulart à China como vice-presidente e a importância desse ato para o desenvolvimento econômico brasileiro. Essa iniciativa foi interpretada nos documentários como um ato de coragem de Goulart, devido à Guerra Fria e ao fato de que China já era um país comunista.

O clima da Guerra Fria é desenvolvido no filme *O dia que durou 21 anos* (2013). Outro personagem destaca-se a ponto de ser considerado personagem principal: Lincoln Gordon. O primeiro registro deste personagem no filme, após a animação com a máquina de escrever mostrando os dias e fases (conspiração, golpe, etc) ao longo do final de março e começo de abril, é de Lincoln Gordon de óculos escuros e fumando um cachimbo. Carlos Fico, entrevistado no filme, afirma que Gordon, apesar de americano, foi “um homem que se tornou um personagem da história política brasileira”.

Gordon ao expressar as suas interpretações – que são criticadas abertamente pelo filme – sobre o Brasil e sobre Goulart (a possibilidade de esquerdização do país por meio de um plano orquestrado por Jango e Brizola), utiliza adjetivos próximos aos que aparecem em alguns dos livros didáticos analisados: populista, sindicalista, comunista. Ou seja, Jango é mais conhecido pelas características atribuídas a ele por seus inimigos. O documentário de Camilo Tavares (*O DIA QUE DUROU 21 ANOS*, 2013) não defende essas caracterizações, mas ao abordar diversas vezes a relação dos Estados Unidos na articulação do golpe, apresenta também a forma pela qual Goulart era visto por Kennedy e Johnson através das lentes de Gordon. Os dois ex-presidentes estadunidenses viam em Jango um perigo digno de preocupação, principalmente, após as propostas de reforma agrária. Documentos americanos apresentados no filme assinados pelo Embaixador Lincoln Gordon afirmam:

O governo de Goulart representa uma ameaça ao mundo livre. Minha conclusão é que as recentes ações de Goulart e Brizola para promover a reforma agrária levarão o Brasil a um governo comunista como Fidel Castro fez em Cuba (*O DIA QUE DUROU 21 ANOS*, 2013).

Em outro momento o filme mostra as gravações entre Gordon e Kennedy:

Kennedy: Você acha que se Goulart tivesse poderes, se ele tivesse poderes, agiria?

Gordon: Acho que ele faria algo como Perón, ou algo assim.

Kennedy: Um ditador.

Gordon: Um ditador pessoal e populista.

Kennedy: Acho que não posso fazer nada com ele ali.

Gordon: Acho que pode(O DIA QUE DUROU 21 ANOS, 2013).

Goulart aparece como um “fomentador de um perigoso movimento de esquerda em favor do nacionalismo” segundo Gordon (O DIA QUE DUROU 21 ANOS, 2013). Desse modo, apesar dos adjetivos dados pela direita serem apresentados, a imagem construída de Goulart na película é de alguém que poderia comprometer os interesses econômicos e políticos dos Estados Unidos no país mais importante da América Latina. Existem vários vídeos, inclusive passados para o público estadunidense, que afirmam categoricamente: “já perdemos Cuba, não podemos perder o Brasil”. Um bom exemplo para se mostrar esse nacionalismo ameaçador, é o discurso de Goulart na sede da ONU em 1962, em que o presidente defende a desapropriação de bens de empresas americanas feita por Brizola:

A necessidade que nós sentimos de colocar em pauta a desapropriação das companhias dentro de formas de entendimento foi exatamente pelas dificuldades que elas estavam criando nesse momento no meu país. Poderemos estimular o investimento de capital estrangeiro, se dermos a esse mesmo capital uma compensação justa. Quando eu falo justa é exatamente para expressar o pensamento do país de justiça. Ela não pode obter também lucros excessivos. Lucros que a enriqueçam muito depressa em detrimento do interesse nacional ou à custa do empobrecimento do país.

Para concluir esse tópico, destacam-se as impressões das três obras cinematográficas analisadas. No filme *Dossiê Jango* (2013) o tema norteador é a possibilidade de assassinato de Jango; no *O dia que durou 21 anos* (2013) é o papel de Gordon, via Estados Unidos, na articulação do golpe; e no *Jango* (1984) são as lutas pelas reformas e por um outro Brasil, talvez, o Brasil de Goulart. Em consequência, existem vários *Jangos* nos três filmes. No primeiro, ele é o presidente que ameaçou setores conservadores e os Estados Unidos sendo freado pelo golpe, mas que não desapareceu no exílio. Ele continuou sendo uma ameaça e, por isso, pode ter sido envenenado. No segundo, ele aparece, apesar da crítica e do repúdio às interferências americanas na política brasileira, como o presidente segundo Gordon. Dessa forma, os termos comunista, sindicalista, populista, revolucionário aparecem muito. Por conseguinte, ele aparece como forte a ponto de incomodar dois presidentes dos Estados Unidos nesse contexto da Guerra Fria.

No caso de *Jango*, é mais difícil determinar com precisão, mas o Goulart desse filme é ilustrado como um sonhador que incorporou os anseios populares e acreditou em um país tão novo quanto se vislumbrava no início da década de 1960. Parece que Tandler (*JANGO*, 1984) se guia mais pelo horizonte de expectativa, pensando nas categorias de Koselleck, que existiam para alguns setores sociais no final dos anos 1950 e início dos 1960 – um país novo, urbano, nacionalista – do que pelo espaço de sua experiência – a decepção com golpe aos 14 anos de idade. Por esta razão, o filme é tão emotivo e marcante. Esse cineasta/historiador conseguiu fazer esse deslocamento de uma forma brilhante, talvez pelo momento de sua produção, além das habilidades técnicas. Ou seja, o momento da produção – as Diretas Já e o fim da ditadura — traz à tona o sonho do país mais justo e igualitário, vivido antes do golpe, esse passado passa a ser interpretado de outra forma, pois se transforma em uma possibilidade de futuro. Na própria capa do *DVD* (figura 4), há um tom mais positivo, Goulart com confetes de carnaval representando talvez a esperança e o entusiasmo de uma geração.



Figura 6 – capa do *DVD* do filme *Jango*.
Acervo Arquivo Nacional.

3.1.3 Golpe e exílio: esperanças perdidas?

Nos três documentários estudados, o golpe civil-militar de 1964 é destacado pelos autores. Entretanto, Goulart não é representado de forma fraca e passiva e, sim, como uma figura que poderia ameaçar interesses de grupos poderosos, como latifundiários, empresários ligados ao capital norte-americano e os Estados Unidos.

No caso do *O dia que durou 21 anos* (2013), o enredo para explicar o movimento golpista é centrado em dois pontos. Primeiro, o apoio demonstrado claramente por meio de gravações telefônicas e de documentos oficiais americanos para a criar condições favoráveis à deposição de Goulart e, posteriormente, o apoio é comprovado com o auxílio militar ilustrado na Operação Brother Sam. Em segundo lugar, como o governo Goulart foi interpretado como um perigo a ser combatido. Os dois pontos se aproximam o tempo todo, mas o filme tem como objetivo não deixar nenhuma dúvida sobre o peso da interferência estadunidense na conjuntura pré e pós golpe de 1964.

O filme já começa com imagens do dia do golpe e com o áudio do discurso do senador Auro de Moura Andrade em que afirma “assim sendo, declaro vaga a presidência da República”,⁸⁴ os três filmes repetem em vários momentos essa declaração. O próprio título do documentário ilustra a importância dada ao golpe, tendo uma perspectiva um pouco teleológica ao passar a ideia de que naquele dia estavam contidos 21 anos de ditadura. Esse tipo de abordagem já foi criticado ao se analisar os livros didáticos, pois em março e abril de 1964 não se sabia que o regime político iniciado duraria, dentro da cronologia clássica, 21 anos. Conclui-se que o objetivo do documentário, no entanto, é sobrecarregar o peso do golpe e, conseqüentemente, denunciar as conseqüências inglórias provocadas, também, pela interferência estadunidense na política brasileira.

84. Como essa fala do senador Auro de Moura Andrade fica martelando na cabeça. Esse discurso no livro didático não teria o mesmo impacto quanto seu áudio. Isso pode ser observado em vários discursos. Destaca-se também a gravação em que Ulisses Guimarães declarou no ato de promulgação da Constituição: “devemos ter ódio e nojo da ditadura”. A reprodução frequente do discurso de Auro de Moura Andrade que, antes de declarar vaga a presidência, afirmou “O senhor presidente da República deixou a sede do governo, deixou a Nação acéfala numa hora gravíssima da vida brasileira em que é mister que o chefe de Estado permaneça à frente do seu governo. Abandonou o governo e esta comunicação faço ao Congresso Nacional! Esta acefalia configura a necessidade do Congresso Nacional, como poder civil, imediatamente tomar a atitude que lhe cabe nos termos da Constituição brasileira para o fim de restaurar, nesta pátria conturbada, a autoridade do governo e a existência de governo” pode ratificar a ideia de um golpe civil-militar, ou seja, esse breve áudio, presente nos três livros, dessa vez, pode ser utilizado como ilustração do livro escolar para demonstrar o apoio civil ao golpe.

Logo, a força do golpe e o impacto dessa ruptura não recaí sobre os ombros de Goulart e, sim, sobre os Estados Unidos. Está nesse ponto a grande diferença em relação a alguns livros escolares anteriormente estudados. Com esse viés o peso dado ao golpe em uma perspectiva teleológica pode provocar conclusão distintas de acordo com as fontes. Uma, presente em alguns livros escolares, o presidente fraco e conciliador permitiu a montagem de uma ditadura de duas décadas. Ou a segunda, evidente no documentário de Camilo Tavares (*O DIA QUE DUROU 21 ANOS*, 2013), o apoio político dos Estados Unidos foi determinante para o golpe e para a montagem de um modelo autoritário. Esse apoio é demonstrado dia a dia e, às vezes, com vários documentos e telefonemas em um mesmo dia. Peter Kornbluh (Coordenador do *National Security Archives* – EUA), afirma no filme, “foi revelado uma rica coleção de documentos oficiais americanos que narram minuto a minuto a estratégia americana desde o início do golpe militar até 2 de abril, quando Goulart deixou o país” (*O DIA QUE DUROU 21 ANOS*, 2013). James Green afirma que Gordon, após a renúncia de Jânio Quadros, “tinha a missão de impedir que o governo brasileiro guinasse para a esquerda”.

Ao longo do documentário é perceptível as interpretações feitas por Gordon, que “era mais CIA do que a própria CIA” (*O DIA QUE DUROU 21 ANOS*, 2013), sobre a conjuntura política nacional e como elas influenciaram tanto o presidente Kennedy quanto Lyndon Johnson. O filme também destaca que essas construções sobre Goulart foram um pouco forçadas e claramente intervencionistas. O perigo encarnado por Goulart, construído por Gordon, mostra-se descabido, pois até hoje não foram encontrados documentos que mencionem um suposto golpe de esquerda liderado por Jango. Vários entrevistados aparecem para responder a Plínio de Arruda Sampaio:⁸⁵ “Por que o Jango não reagiu? É difícil... Eu acho que ninguém tem isso muito claro. Mas evidentemente ele deve ter percebido a fraqueza do esquema militar dele” (*O DIA QUE DUROU 21 ANOS*, 2013). Para Rui Moreira Lima,⁸⁶ “ele não quer(ia)

85. Deputado federal em 1964 e relator do projeto de reforma agrária.

86. Brigadeiro da Força Aérea Brasileira em 1964.

derramamento de sangue” (O DIA QUE DUROU 21 ANOS, 2013). Outros respondem de outra forma. Para Ivan Cavalcanti Proença,⁸⁷

Um homem que se propõe a fazer reformas de base daquele tipo, reformas que fariam o Brasil em 30/40 anos ao primeiro mundo, um homem que se dispõe a enfrentar a doutrina do imperialismo norte-americano, ele tem que se prevenir com as armas sim. Isso eu lamento muito. Foi um golpe fácil demais, muito fácil (O DIA QUE DUROU 21 ANOS, 2013).

Para finalizar, esse documentário segue uma linha interpretativa definida por Delgado (2012) como conspiratória, em que se destaca a atuação dos Estados Unidos para o golpe. No filme, a responsabilidade das atrocidades e crimes cometidos na ditadura são também compartilhados entre Brasil e Estados Unidos, pois o apoio imediato e ao longo dos anos possibilitou a violação frequente dos direitos humanos. Não houve, durante muitos anos, o temor de qualquer tipo de advertência internacional por parte dos Estados Unidos.

Como nas outras categorias, análise do filme *O dia que durou 21 anos* (2013) afasta-se um pouco dos outros documentários, pois a sua cronologia é mais centrada em torno do golpe e, por isso, não retrata o exílio de Jango.

No filme *Dossiê Jango* (2013), como o relato é focado na figura de Goulart, o golpe é mostrado mais como reação às medidas do presidente a partir de 1961, o filme começa com a posse de Juscelino como presidente e de Goulart como vice. João Vicente afirma: “Quando derrubam Jango, derrubam pelo acordo de Pequim” (DOSSIÊ JANGO, 2013), referência à viagem do Jango à China em 1961, como vice-presidente de Jânio Quadros interpretada pelos opositores como símbolo do comunismo de Goulart. Em seguida afirma, também, que foi derrubado por causa das propostas das reformas de base.

Entretanto, as outras entrevistas reforçam mais a importância dos Estados Unidos, se aproximando da interpretação do filme de Camilo Tavares (O DIA QUE DUROU 21 ANOS, 2013). A imagem de Lincoln Gordon aparece diversas vezes, Jair Kirschke relembra pichações no Rio de Janeiro: “Basta de intermediários, Lincoln Gordon para presidente!”. “Ele foi para

87. Oficial da Guarda Presidencial em 1964.

um confronto com um império”, diz o jornalista Carlos Bastos ao citar a negativa de Goulart diante de Robert Kennedy que queria a demissão de alguns ministros como Darcy Ribeiro.

Para o jornalista Flávio Tavares⁸⁸ no filme *Dossiê Jango*, o governo Goulart foi

muito contraditório, mas que manteve uma política externa independente e isso que levou João Goulart a ser deposto, porque os Estados Unidos não permitiam naquele momento nenhuma política externa que não fosse dirigida a partir de Washington (2013).

A não-resistência de Goulart diante do golpe também está relacionada à possibilidade de uma presença militar estadunidense no Brasil. Segundo Waldir Pires⁸⁹(O DIA QUE DUROU 21 ANOS, 2013), San Thiago Dantas afirmou para Goulart que a esquadra americana já havia saído dos Estados Unidos e se destinava à América do Sul. Jango, diante dessa informação, afirmou “Nada se pretende menos do que dividir o Brasil” (O DIA QUE DUROU 21 ANOS, 2013). Para Waldir Pires, a divisão do país e o derramamento de sangue do povo brasileiro preocupava Goulart. “Essa coisa foi obsessiva na cabeça de João Goulart”(O DIA QUE DUROU 21 ANOS, 2013). Segundo Manuel Leães – piloto particular de Goulart, Jango havia dito ao general Ladário Telles que “se a permanência dele no governo seria um banho de sangue entre os irmãos brasileiros que ele preferia ir embora” (O DIA QUE DUROU 21 ANOS, 2013). O reconhecimento do novo governo três horas depois de Ranieri Mazzili ter assumido a presidência, segundo Waldir Pires, comprovou na época o apoio irrestrito dos Estados Unidos.

No filme *Jango* (1984), depois de uma enxurrada de imagens dos acontecimentos que antecedem o golpe de 1964 (viagem à URSS, China, Estados Unidos; desapropriação de empresas por Brizola; tentativa de renegociar a dívida externa; parlamentarismo; plebiscito; revolta dos sargentos), o narrador José Wilker afirma: “João Goulart acabaria cometendo um erro fatal como tantos outros governantes progressistas da América Latina. Pagou pela ingenuidade ao tentar resolver a questão militar na mesa de almoço” (JANGO, 1984),

88. Pai do diretor Camilo Tavares.

89. Consultor Geral da Presidência.

anunciando os futuros conflitos entre Goulart, que optou pela negociação, e os militares, que escolheriam a intervenção meses depois.

Com vários relatos, a campanha pelas reformas de base e o temor que ela provocou o filme conduz o espectador ao golpe: “fantasma das reformas de base que apavorava a classe dominante ganhou corpo no mês de março” (JANGO, 1984). Raul Ryff conversou com Goulart sobre as reformas e o Comício da Central e afirma que o presidente teria dito: “Não, eu não tenho problema de ordem de ficar ou não no governo, meu problema é que eu tenho que realizar essas reformas Prefiro cair, mas cair de pé” (JANGO, 1984).

Em março a conspiração contra Goulart já estava adiantada, para o Gen. Antonio Carlos Muricy: “o mês de março de 64 foi um mês de grandes atividades e de grandes preocupações. A sublevação levada pelo governo estava em crescimento dia a dia. E nós já tínhamos decidido enfrentar o que fosse feito pelo governo” (JANGO, 1984). A sublevação citada pelo militar foi comprovada, segundo ele, pelo Comício da Central do Brasil que uniu numerosos indecisos contra Goulart e contra seu projeto de “desestabilização da democracia”.

Em seguida o filme mostra a Marcha da Família com Deus pela Liberdade e a revolta dos marinheiros, esta última essencial para a mobilização das tropas por Mourão Filho. Depois inicia-se uma série de relatos para explicar a decisão de não reagir por parte de Goulart. Brizola afirma que propôs a resistência armada, mas Jango se negou com medo de derramamento de sangue. Jornalista Marcos Sá Correia cita a armada norte-americana e a Operação Brother Sam para confirmar a decisão de Goulart de evitar um conflito armado (JANGO, 1984).

Ao confrontar esses três documentários observa-se que na parte referente às explicações para o golpe é que nos dois analisados primeiramente – *O dia que durou 21 anos* (2013) e *Dossiê Jango* (2013) – há uma tendência de valorizar a participação dos Estados Unidos. Enquanto que no filme *Jango* o enredo é mais lento, ele começa na infância de Goulart e vai percorrendo momentos importantes até sua morte, o golpe só é descrito depois de uma hora de filme. Logo, é mais difícil caracterizá-lo de uma forma assertiva. Percebe-se que o diretor opta por um enredo favorável a Goulart, mas os momentos-chaves de sua trajetória política são os tradicionais: ministro de Vargas, vice de JK e de Jânio Quadros, presidente no regime parlamentarista, política externa, plebiscito, plano trienal, reformas de base, Comício,

Marcha da Família, ação de Mourão Filho, exílio. Ao percorrer todos esses acontecimentos, a trilha sonora e as imagens selecionadas nos aproximam de Goulart e de seu nacionalismo, apesar de Tandler (JANGO, 1984) entrevistar opositores de Goulart como Gen. Antonio Carlos Muricy, Magalhães Pinto, Afonso Arinos. A influência dos Estados Unidos é citada várias vezes, mas o que salta das telas é a personalidade de Goulart, objetivo claro no próprio nome do filme.

O tempo do exílio é abordado em *Dossiê Jango* (2013) e *Jango* (1984). Esse momento é marcado por uma espécie de paralisação no tempo. A agitação dos anos 1960 interrompida pelo golpe sendo iniciado um momento silêncio em relação a Goulart. Antes comunista, sindicalista, conciliador, nacionalista e, depois do exílio, deixa de ser. Houve uma intensa abstenção em torno da sua imagem durante algumas décadas por jornalistas, historiadores, cientistas políticos. Os dois relatos são bem melancólicos, mas trazem imagens pouco vistas de Goulart no Uruguai e na Argentina já bem mais velho, muito abatido e com menos vivacidade.

Nesses dois documentários, o exílio deprime e entristece o líder que se afastou do Brasil e, talvez, de seu projeto de país. As construções históricas cinematográficas da dor da distância relacionam-se melhor com a saudade de um Brasil que poderia ter existido do que a uma derrota pessoal de Goulart. O sentimento nacionalista, nos dois documentários, o acompanha até a morte.

3.2 DOCUMENTÁRIO COMO FONTE, DOCUMENTÁRIO COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA

No capítulo 2 o ponto mais difícil dessa análise foi identificar o Jango das reformas, neste capítulo a dificuldade foi sentida na parte 3.1.1 *Baseados em fatos reais? Verdade, memória e documentário*. Como criticar as relações entre o documentário e a verdade e entre a testemunha e a representatividade do passado sem desvalorizar as fontes e sem silenciar o testemunho daqueles que viveram o período que estudado?

No caso dos documentários analisados, eles não passam a ideia de que a verdade está sendo transmitida na tela ou que o passado está chegando diretamente ao público por meio do cinema. A ideia de verdade, pensando no *Dossiê Jango* (2013) e no *O dia que durou 21 anos*

(2013), adota, principalmente, um sentido documental. Essas novas fontes podem tanto ser documentos oficiais quanto relatos de pessoas que conviveram com Jango ou que trabalharam na Operação Condor. A relação que se cria é: novas fontes são portadoras de outras representações e estimulam a criação de histórias inéditas, contrárias às oficiais, e, com isso, novas memórias coletivas começam a aparecer e a serem reelaboradas.

No início deste capítulo afirmou-se que os filmes de uma forma geral podem ser utilizados como fontes e, no caso do ensino, como ferramenta pedagógica para estimular habilidades e aproximar às vezes até mesmo emocionalmente o aluno daquele conteúdo.

Os três documentários podem ser vistos como fontes históricas, pois a partir deles pode-se construir narrativas históricas diferentes das elaboradas nas décadas de 1970 e 1980. Para esta pesquisa vê-se o cinema genericamente como fonte, não somente pelas justificativas, por exemplo de Marc Ferro, do cinema como uma contra-análise ou um contrapoder, apesar de se observar que *Jango* (1984) represente isso também. Existem filmes que não podem ser classificados dessa forma e que são fontes também, pois criam ou recriam representações do passado ou de personalidades no presente, ou seja, podem ser utilizados como ferramentas para acessar o conhecimento histórico seja para examinar os processos e eventos aos quais eles se remetem no plano narrativo, seja para examinar as representações historicamente localizadas que eles trazem ao nível da produção do sentido. Ou seja, a partir do cinema é possível estudar tanto história como historiografia.

Após a observância desses três filmes, conclui-se que não há como retirar da equação, para se entender o golpe e para entender a não resistência de Goulart, o apoio do país que possui a maior indústria bélica do mundo. Essa é uma contribuição historiográfica. Esse espectro norte-americano na Guerra Fria fez com que uma divisão do Brasil fosse uma possibilidade. Esse é o primeiro ponto fundamental: o apoio dos Estados foi determinante para o golpe e estimulou atitudes, medidas e até a repressão no pós-64. Logo, o peso do golpe deve ser compartilhado não só entre setores civis nacionais (Congresso, STF, classe média, empresários, IPES, IBAD), mas também com os Estados Unidos. Apesar de não ter ocorrido uma intervenção militar em 1964, a possibilidade de ela ter acontecido influenciou decisões e fortaleceu os líderes do golpe, tanto os civis como os militares.

Outra reflexão que esses filmes evocam é o questionamento sobre a suposta fraqueza de Goulart. Como uma figura política que ameaçou os interesses econômicos e políticos dos EUA, incomodou latifundiários, possibilitou um processo revolucionário no ensino, cujo símbolo é a Universidade de Brasília, pode ser caracterizado como vacilante? De acordo com os documentários analisados, não pode.

Além desses dois pontos levantados – as consequências geradas pelo apoio dos Estados Unidos e as propostas inovadoras do governo Goulart – um terceiro ponto é a narrativa sobre o presidente no exílio. Parece que, para boa parte da história política, Goulart sai da História quando vai para o exílio. Não sai da vida para entrar na história, como seu grande tutor político, mas sai do Brasil para sair da história. E os filmes de Tandler (*JANGO*, 1984) e Paulo Fontenelle (*DOSSIÊ JANGO*, 2013) resgatam esse momento de forma bem emocionante. Foram doze anos no exílio e, nesse tempo, ele ainda incomodava os militares. Eles vetaram o retorno de Jango em todos os momentos mesmo após os dez anos cassação previstos em 1964. Mesmo sem a comprovação de assassinato, esses dois documentários não retiram Jango da história após o exílio. Ele, mesmo de longe, continua como importante personagem de nossa história política. Deve-se esclarecer que esse esquecimento de Goulart no exílio é muito corroborado por uma construção de que ele fugiu do Brasil e até de Brasília, como afirmou Auro de Moura Andrade, após o golpe por ser um líder hesitante “deixando a nação acéfala”.

Vale destacar ainda, como quarto ponto, apesar das representações de Jango serem bastante influenciadas pelo nacionalismo de Vargas, retratado pelos documentários *Jango* (1984) e *Dossiê Jango* (2013), o apego de Goulart ao nacionalismo econômico e a uma proposta de política externa independente precursora no chamado Terceiro Mundo, algo que é pouco discutido. Depois de tantas leituras, tanto da historiografia, quanto dos livros didáticos e de filmes, poder-se-ia elaborar uma afirmativa sem grandes dúvidas: havia um novo projeto de Brasil em seu governo, nacionalista e com preocupação social. Se fosse mero populismo ou manipulação das massas será que Goulart não teria recuado? Como teve chance tantas vezes.

Para concluir esta parte – o cinema como fonte – são quatro as contribuições historiográficas bem nítidas desses documentários: *i)* a força do apoio dos Estados Unidos (parece até pleonasma, desejou-se ser enfático); *ii)* outras representações sobre Goulart marcadas mais pela habilidade, conciliação em detrimento da fraqueza e manipulação; *iii)* Jango no exílio como uma figura incômoda; e *iv)* como esse nacionalismo na década de 1960 era algo provocador, pois não se trata da mesma onda nacionalista da década de 1930 e, sim, de um nacionalismo em um contexto de bipolaridade na política mundial.

Agora pensando o cinema como ferramenta pedagógica, deve-se frisar o papel do professor na intermediação entre o filme, conteúdo histórico e aluno. Sabe-se que vários professores não têm formação sobre os usos didáticos do cinema nos ambientes acadêmicos. Entretanto, não é objetivo desta pesquisa propor um jeito correto de utilizar filmes no ambiente escolar, até porque provavelmente ele não exista. Identifica-se que alguns filmes podem ser cortados, pode-se passar trechos, trailer, com atividade posterior ou sem atividade. Cada situação exigirá um método específico. Único ponto fundamental é assistir a esses filmes antes de passá-los para os alunos com o objetivo de entender suas contribuições para o ensino.

Napolitano (2011) afirma que para incrementar sua didática, o professor deve incorporar os filmes “como algo mais do que ilustração de aulas e conteúdos” (p. 7). Isso dependerá da aula e do filme utilizado. Por exemplo, o filme de Camilo Tavares (O DIA QUE DUROU 21 ANOS, 2013) talvez seja bem ilustrativo para demonstrar as ingerências estadunidenses na América Latina durante a Guerra Fria, mas, dificilmente, ilustraria o enredo do livro didático para explicar o golpe.

Os três documentários são instrumentos para se aproximar do clima de efervescência cultural dos anos 1960, abordados em outros capítulos dos livros didáticos, geralmente dedicados ao panorama internacional. Os três filmes mencionam euforia nacional dessa década, parece que naquele horizonte de expectativa um país diferente era possível.⁹⁰ O

90. Exemplos nos documentários: “Democratização do uso da terra, voto do analfabeto, disciplina dos aluguéis, bases justas para o salário mínimo, estes pontos fixavam as regras de um plano de governo capaz de estabelecer maior harmonia social. Jango propunha o fim da fome e da miséria num país em que a injustiça sempre foi o lado obscuro da democracia. [...] Os trabalhadores rurais mobilizados pelo processo de transformação social eram despertados contra a secular miséria do campo” (JANGO, 1984); “Antes de 1964, o Brasil foi uma espécie de

narrador dando voz às ideias de Tandler afirma: “a perspectiva de pequenas mudanças em um país de grandes desigualdades reacendeu ilusões. Milhares de trabalhadores sem-terra e sem trabalho embarcaram nesse trem de esperança saltando das páginas da literatura para o cenário político. Jango com suas reformas fez o Brasil viver sua utopia” (JANGO, 1984). Carlos Lyra comenta, “Nas artes, nas músicas, nas letras, no cinema, na ciência e tecnologia, esse era o Brasil daquela época, para onde você olhasse estaria acontecendo alguma coisa que nos faria nos orgulhar do país onde a gente nasceu” (DOSSIÊ JANGO,2013); E Cacá Diegues, “Havia um Brasil ali cheio de otimismo, cheio de esperança, um Brasil que crescia e se desenvolvia (DOSSIÊ JANGO,2013).

Os usos do cinema como ferramenta pedagógica têm limites e possibilidades. Há uma congruência de perspectivas entre esse trabalho e Napolitano quando ele discorda da ideia de que “o uso de recursos e fontes de aprendizagem inovadoras como fórmulas mágicas de salvação da escola” (2011, p. 16), pois esses novos recursos não devem substituir a importância da cultura escrita. O uso de tecnologias novas pode auxiliar o desenvolvimento de uma empatia e curiosidade pelo conteúdo e ajuda também no desenvolvimento de habilidades, mas ela não salva.⁹¹ Nada como professores valorizados, bons materiais didáticos, turmas menores e salas de aula equipadas com televisões ou *datashows*. Quanto maior for a facilidade para exibir músicas, filmes, aulas preparadas com imagens tanto maior será a utilização desses equipamentos pelos professores. Na maioria dos casos, observa-se uma predileção por uma sala de aula equipada, como televisão ou *Datashow* já conectado a um computador em que basta o professor levar um *pendrive*, a um auditório. Pois, o deslocamento dos alunos, em algumas escolas, ao auditório pode levar um certo tempo. Esses auditórios são utilizados com menos frequência.

tsunami sobre o descobrimento de si mesmo” (TAVARES, Claudio *apud* DOSSIÊ JANGO,2013); “Sempre noticiaram que o Brasil era o país do futuro, e a sensação que se tinha era de que futuro estava chegando e que isso que parecia muito distante agora já se vislumbrava. Este país vai deslanchar, ele vai ser aquilo que já as gerações anteriores nos contaram em prosa e verso” (KIRSCHKE, Jair *apud* DOSSIÊ JANGO,2013).

91. Trabalhei em uma escola particular que substituiu o livro didático pelos *tablets*. Os professores não observaram uma grande mudança, os professores passaram a ter mais responsabilidade para ver se os alunos estavam jogando e alguns alunos diziam sentir muita falta de poder grifar o livro e ler em papel. Trabalhando em escolas públicas e particulares, concluo que um investimento desse porte (uso de *tablets*) não seria muito vantajoso para as escolas públicas.

Logo, o cinema não salva a educação e o ambiente escolar, mas auxilia, pois não se pode negar que esses alunos são integrantes de uma cultura visual. Cinema faz parte também de uma lucrativa indústria do lazer. Isso gera uma impressão oriunda da experiência escolar: os alunos gostam mesmo de filmes sejam documentários ou ficcionais, mas quando o professor passa uma videoaula,⁹² os estudantes não veem isso como algo inovador. Entretanto, essas videoaulas apresentam algo que seduz o professor: elas têm em média entre 30 e 35 minutos de duração, ou seja, dá para passar em uma aula de 50 minutos.

Retornando aos documentários analisados, entende-se que para os alunos, os filmes de Camilo Tavares e de Paulo Fontenelle podem auxiliar o ensino de Guerra Fria denunciando a força e o intervencionismo dos Estados Unidos na América Latina e o clima de conspiração e competição tão característico do pós-segunda guerra mundial. O cinema também mostra a face, fisionomia mesmo, de João Goulart, aprofundando o aprendizado, pois vários alunos não têm sua imagem na cabeça, como têm, por exemplo, de Vargas e de JK. O ponto que mais contribuiu para elaboração do saber histórico é que Goulart deixa de ser somente o presidente derrubado nesses documentários. E os docentes observarão que existia um projeto diferente para o Brasil no início dos anos 1960, muito mais do que somente um presidente derrubado, outras possibilidades de futuro para Brasil foram enterradas ou, para os mais otimistas, foram paralisadas em 1964.

Para ampliar o olhar sobre João Goulart e sobre o golpe de 1964, tendo em vista que o peso do movimento de 31 de março recaiu sobre o então presidente, os documentários, por exemplo, podem constituir uma fonte alternativa, que em consonância com o livro escolar possibilita ao aluno “a aprendizagem de procedimentos de pesquisa, análise, confrontação, interpretação e organização de conhecimentos históricos escolares” (BRASIL, 1998, p. 33).

Enfim, é importante ressaltar que as fontes utilizadas nesse capítulo não se configuram como “verdades” sobre os acontecimentos históricos, coisa que nem os historiadores podem

92. Já utilizei por vários anos uma coleção chamada História do Brasil, dividida em 7 partes (Colônia, Império, República Velha, Era Vargas, Período Democrático, Regime Militar e Redemocratização) de Boris Fausto em que ele narra a história do Brasil em meio a imagens e trilha sonora, mas é uma videoaula. Os alunos consideram mais dinâmico, entretanto, a animação para o debate não se compara quando eu passava *O que é isso companheiro?* de Bruno Barreto, *Uma noite em 67* de Renato Terra e Ricardo Calil ou o próprio *Jango* (1984).

alcançar, mas possibilitam perceber e problematizar uma série de interpretações que foram elaboradas para entender o movimento de 1964 e sobretudo compreender melhor a figura de Jango, estudá-lo em sua pluralidade. De acordo com Ferreira e Gomes, Jango provoca “polêmica” e “paixão” e é “um personagem assinalado pelo contraditório, sendo, por isso, um desafio para interpretações que se queiram unívocas e lineares” (2006, p. 9). Essa dificuldade em categorizar e enquadrar Goulart em esquemas explicativos amplia a necessidade de investigação sobre suas representações no ensino de história.

Esses documentários auxiliarão os jovens a pensar o tempo presente e as várias possibilidades de futuro que já existiram. O que ocorreu não foi um destino natural, poderia ter sido diferente como ainda pode ser. Isso é fundamental, pois existiam outros futuros naquele passado.

CONCLUSÕES

Incômodos vivenciados na atividade docente foram o ponto de partida para o trabalho realizado por meio da análise dos livros didáticos e dos cine-documentários. Esse desconforto inicial foi condicionante para a formulação de dois problemas que fundamentaram a pesquisa desta dissertação: quais as representações de João Goulart e seu governo nos livros didáticos e nos cine-documentários? E quais os usos que podem ser feitos desses dois materiais abordando o momento em questão no ensino de história?

Primeiramente, observou-se que, na maioria dos livros didáticos investigados, as adjetivações de Goulart são influenciadas pelos setores que o criticaram tanto no espectro político da esquerda quanto da direita, em especial do último grupo. As formas mais empregadas para descrever Goulart, segundo os livros didáticos, pelos grupos conservadores foram: socialista, comunista, populista, ligado à esquerda, ligado aos sindicatos. Já segundo a esquerda, ele era fraco, vacilante, indeciso. Logo, não há uma afirmação categórica de como era o presidente Goulart pelos autores dos livros, mas sempre há a menção de como ele era visto, principalmente, por seus críticos, em especial pelos militares, pela UDN, pelos latifundiários e, em um número menor de livros, pela esquerda. Nessas adjetivações não há espaço para citar personalidades que o apoiavam ou como ele próprio se descrevia politicamente. Por conseguinte, as representações construídas sobre Goulart, na maioria dos livros, são depreciativas.

O espaço reservado a Goulart nos livros didáticos sempre termina com o golpe. Nota-se a mistura de duas abordagens historiográficas para explicar o golpe de 1964. A narrativa é influenciada pelo modelo estrutural, marcado pela ideia de que 1964 representou o colapso do populismo no Brasil. Entretanto, o enredo para explicar esse golpe não é estrutural, não se analisa a teoria do subdesenvolvimento, por exemplo. Para chegar até a quebra do pacto populista (1964), a maioria dos autores são bem factuais, se aproximando de uma história política tradicional. Os fatos selecionados (adoção do parlamentarismo, plebiscito, reformas de base, Comício da Central do Brasil, Marcha da Família com Deus pela Liberdade, ação de Mourão Filho, golpe, exílio) levam até o fim da democracia. Há um desencadeamento bem

cronológico até a derrubada do presidente. Por isso afirma-se que para maioria⁹³ dos livros, ao somar-se as representações de Goulart e de seu governo com as explicações para o golpe, João Goulart foi o presidente derrubado pelo conservadorismo de alguns grupos, mas também por suas falhas políticas. Derrubado, pois era radical para alguns grupos e pouco radical para outros. Esse radicalismo provocou o golpe e o não-radicalismo fez com que não houvesse resistência ao golpe, marcando um relato muitas vezes contraditório.

Como demonstrado ao longo da pesquisa, as representações dos livros didáticos e do cinema são distintas. No caso dos três cine-documentários analisados, observa-se que o termo populista só aparece em destaque uma vez nos três filmes, em uma gravação telefônica entre Lincoln Gordon e o presidente Kennedy em *O dia que durou 21 anos* (2013). As representações de Goulart são marcadas mais pelos termos nacionalista, popular, democrático, pacífico, conciliador. Um trecho do discurso de Goulart selecionado por Tendler representa bem a ideia que é construída do personagem principal, em especial nos filmes *Jango* (1984) e *Dossiê Jango* (2013): “inclusive por temperamento, prefiro mais unir do que dividir. Prefiro pacificar a acirrar ódios, prefiro harmonizar a estimular ressentimentos” (JANGO, 1984). Essa ideia está presente nos dois filmes citados, mas em *O dia que durou 21 anos* (2013), como o relato é focado no golpe, Jango aparece mais como um líder nacionalista que poderia atrapalhar os interesses dos Estados Unidos tanto no Brasil quanto na América Latina. Logo, conclui-se que esses três documentário transmitem a imagem de Goulart como nacionalista, democrático e ameaçador para os interesses estadunidenses.

Nas estruturas explicativas para o golpe de 1964, encontrou-se duas tendências nos cine-documentários. Os acontecimentos que desencadeiam o golpe tradicionalmente descritos nos livros didáticos também estão presentes no filme de Tendler (JANGO, 1984), entretanto, com novas informações (crescimento da bancada do PTB nas eleições de 1962, discurso de Auro Moura de Andrade, temor pelo derramamento de sangue) que criam uma visão mais favorável ao presidente Goulart. No caso dos filmes de Camilo Tavares (O DIA QUE DUROU 21 ANOS, 2013) e Paulo Henrique Fontenelle (DOSSIÊ JANGO, 2013), a explicação para

93. Afirma-se tantas vezes “na maioria dos livros didáticos”, pois o livro de VAINFAS, FERREIRA, FARIA, SANTOS (2010) é uma exceção. Ele não menciona o golpe como o colapso do populismo, entretanto, a narrativa é bem factual, se aproximando de outros livros didáticos.

o golpe está centrada no apoio dos Estados Unidos e como o nacionalismo de Goulart era visto como um projeto de esquerdização do Brasil. Em nenhum dos três, notou-se elementos baseados na análise estruturalista como a teoria do subdesenvolvimento, a ideia de uma classe operária desprovida de consciência e a noção de um pacto populista entre o líder e os trabalhadores. Outro ponto que se destaca em *Dossiê Jango* (2013) e *Jango* (1984) é que o enredo continua após o golpe mostrando Goulart no exílio. Dessa forma, os cine-documentários apresentam Goulart como um personagem político que ultrapassa a ideia de um presidente derrubado. Ele era o presidente que possuía um outro projeto de Brasil naufragado em 1964 e que não resistiu devido a seu espírito democrático-nacionalista e não, por fraqueza.

A partir dessa conclusão, de que maneira esses dois materiais (livro didático e cine-documentários) podem ser utilizados em sala de aula? Ou como ensinar história no meio dessa luta de representações? As duas fontes utilizadas andam em caminhos opostos e, por isso, seus usos podem ser proveitosos didaticamente. Ao se confrontar as versão do livro didático com a versão dos cine-documentários, os alunos compreenderão que existem diversas formas de se explicar o passado. A partir das mudanças do tempo presente, os mecanismos teórico-metodológicos de analisar resquícios do passado ou a descoberta de novas fontes possibilitam outras interpretações. Logo, a primeira contribuição que o uso do livro didático com os documentários selecionados pode oferecer aos alunos e professores é um ensino pluriperspectivado.

Nesse sentido, o filme de Tandler (*JANGO*, 1984) e de Paulo Henrique Fontenelle (*DOSSIÊ JANGO*, 2013) são ferramentas pedagógicas para acrescentar outras representações de Goulart. Enquanto que com os filmes de Camilo Tavares (*O DIA QUE DUROU 21 ANOS*, 2013) e de Paulo Henrique Fontenelle (*DOSSIÊ JANGO*, 2013) pode-se desenvolver com os alunos a importância do momento histórico, no caso, a Guerra Fria para compreender o período estudado. Por que tantos chamaram Jango de comunista? A marca daquele tempo, a bipolaridade política, é determinante para entender o processo do fim da democracia, mas não aparece com frequência no capítulo sobre o período democrático brasileiro de 1945 a 1964 nos livros didáticos.

Outra contribuição possibilitada por esse confronto narrativo entre os livros didáticos e os documentários é incluir e valorizar outros personagens dando voz a alguns grupos que não aparecem tanto nos livros didáticos. Esse silenciamento pode ser observado de duas formas distintas: a ideia de manipulação presente nos usos do termo populismo fortalecendo em excesso os grupos vitoriosos; e a presença na narrativa de como Goulart era visto por seus detratores e, não, por seus defensores. A questão que fica é: quem era Goulart para uma parte dos trabalhadores que pretendiam votar nele como demonstravam as pesquisas de intenção de votos publicadas somente esse ano?⁹⁴ Nota-se a seguinte tendência: antes do golpe, Goulart ameaçava demais, porque era preciso criar uma imagem específica para justificar o golpe, ou ainda, que no contexto da Guerra Fria, o nacionalismo com justiça social era visto como antiamericanismo. Nas décadas seguinte ao golpe, a imagem de Goulart passa a ser silenciada e perspectivas conservadoras parecem ter se reproduzido sem questionamentos teóricos como a ideia do contragolpe, do caráter titubeante de Goulart, de que ele não ofereceu resistência e fugiu para Porto Alegre. Alguns desses argumentos foram preservados nas estruturas explicativas para o golpe em muitos livros didáticos.

Explicações ligadas aos grupos conservadores perduraram no tempo e a maioria dos livros didáticos os divulgam e os reatualizam. Nas manifestações de 2015 a favor do impeachment de Dilma Rousseff, dois cartazes tomaram as redes sociais e foram criticados e ironizados como símbolos da falta de conhecimento histórico, “Intervenção Militar Constitucional Já” e “Intervenção não é golpe, é contragolpe. O golpe já nos foi dado”. Apesar das críticas, esses dois cartazes são reveladores de como as narrativas explicativas dos grupos que apoiaram o golpe de 1964 foram preservadas ao longo dos anos: a ideia de que o golpe foi ou seria dado para preservar o bom funcionamento da política ameaçada por Goulart, em 1964, ou por Dilma, em 2015. E, dessa forma, os documentários estudados configuram-se como alternativas para um ensino pluriperspectivadoe que incorpore múltiplos agentes

94. Neste ano (2015) foi divulgada uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) feitas às vésperas do golpe de 1964 em que Goulart aparece com ampla popularidade tornando possível uma eleição para presidente em 1965. A pesquisa revelou “amplo apoio à reforma agrária, com um índice superior a 70% em algumas capitais. A outra, realizada em São Paulo a pedido da Fecomercio na semana anterior ao golpe, apontava que 72% da população aprovava o governo Jango. Entre os mais pobres a popularidade alcançava 86%. Esse mesmo estudo revela que 55% dos paulistanos consideravam as medidas anunciadas por Goulart no Comício da Central do Brasil, em 13 de março, como de real interesse para o povo” (DIAS, 2013).

históricos. Ao destacar outros aspectos de Goulart como o nacionalismo, o espírito democrático e a preocupação com os problemas sociais, os cine-documentários se afastam das representações negativas elaborados pelos críticos de seu governo.

Apesar de se conhecer os limites do ensino de história, ele pode contribuir para o desenvolvimento do apreço à democracia, mas salvar a nação de discursos autoritários, jamais. A formação política de um aluno não se resume à sala de aula. Por isso as duas fontes, com ênfase em Goulart e no golpe, são centrais para a discussão envolvendo o ensino. Se o livro escolar apresenta uma forma de abordagem que desvaloriza a ação política dos setores populares enquadrando-os como manipulados por um líder populista, afasta-se de uma tentativa de criar esse “espírito democrático participativo”. Tentativa que mesmo com o melhor material e com o profissional qualificado pode ser árdua. Nesse caso, o cinema contribuiria para mostrar outras representações e, quem sabe, elaborar ou retomar outras memórias coletivas, “o saber histórico pode contribuir para dissipar as ilusões ou os desconhecimentos que durante longo tempo desorientaram a memória coletiva” (CHARTIER, 2009, p. 24). Segundo Freud (1975, p. 282) governar, educar, psicanalisar são tarefas impossíveis, isso pode parecer um tanto pessimista, mas nunca será possível atingir a todos e não se sabe ao certo como jovens absorverão as informações históricas, mas não parece existir outra saída a não ser tentar.

Para concluir, será Jango uma quimera? Esta pesquisa concluiu que sim, pois a memória desse personagem foi construída por representações incongruentes e discrepantes. Pode ser visto também como quimera devido à última definição citada na introdução: “fantasia, sonho, esperança ou projeto geralmente irrealizável; utopia”, visto que não há como ensinar um Goulart monolítico e, talvez, em seu governo, vislumbrava-se um outro futuro para o Brasil, ou como afirma Tendler, na voz de José Wilker, “Jango com suas reformas fez o Brasil viver sua utopia” (JANGO, 1984).

FONTES

AZEVEDO, Gislane Campos; SERIACOPI, Reinaldo. **História em movimento: do século XIX aos dias atuais**. São Paulo: Editora Ática, 2011.

CAMPOS, Flavio; CLARO, Regina. **A escrita da História**. São Paulo: Escala educacional, 2010.

COTRIM, Gilberto. **História Global**. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.

DOSSIÊ Jango. Direção: Paulo Henrique Fontenelle. Produção: Canal Brasil e Instituto João Goulart, 2013. DVD (102min), Port.

FARIA, Ricardo de Moura; MIRANDA, Mônica Liz; CAMPOS, Helena Guimarães. **Estudos de História**. São Paulo: FTD, 2009.

JANGO. Direção: Silvio Tendler. Roteiro: Maurício Dias; Sílvio Tendler. Rio de Janeiro, Produção Caliban, 1984. DVD, (117min.), Port.

MOTA, Myriam Brecho; BRAICK, Patrícia Ramos. **História da Caverna ao Terceiro Milênio**. São Paulo: Moderna, 2002. (ISBN: 85-16-03386-4).

MOTA, Myriam Brecho; BRAICK, Patrícia Ramos. **História da Caverna ao Terceiro Milênio: da proclamação da República no Brasil aos dias atuais**. São Paulo: Moderna, 2006. (ISBN: 85-1604705-9)

NETO, José Alves; TASINAFO, Célio Ricardo. **História Geral e do Brasil**. São Paulo: Harbra, 2011.

O DIA que durou 21 anos. Direção: Camilo Tavares. São Paulo: Produção Pequi Filmes, 2013. DVD (77min), Port.

PEDRO, Antonio; LIMA, Lizânias de Souza. **História sempre presente**, volume 3. São Paulo: FTD, v. 3, 2010.

VAINFAS, Ronaldo; FARIA, Sheila de Castro; FERREIRA, Jorge; SANTOS, Georgina. **História: Volume Único**. São Paulo: Saraiva, 2010.

VICENTINO, Claudio; DORIGO, Gianpaolo. **História Geral e do Brasil**. São Paulo: Scipione, 2000. (ISBN:

VICENTINO, Claudio; DORIGO, Gianpaolo. **História Geral e do Brasil**. São Paulo: Scipione, 2010. (ISBN: 978-852627915-5)

REFERÊNCIAS

- ABELARDO JUREMA. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, [2001]. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/abelardo_jurema>. Acesso em: 25 fev. 2015.
- ANASTASIA, Carla. In: SOARES, Cristina. O Estado Novo e o movimento militar de 64. **O Estado de Minas**. Belo Horizonte, 1990.
- BANDEIRA, Moniz. **O Governo João Goulart e as lutas sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARROS, José D'Assunção. **História comparada da contribuição de Marc Bloch à constituição de um moderno campo historiográfico**. História Social, Campinas, n. 13, p. 7-21, 2007. Disponível em: <www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/download/207/199>. Acesso em: 10 jan. 2014.
- BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Sirinelli (Org.). **Por uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998, p. 349-363.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Em foco: História, Produção e Memória do Livro Didático. **Educação Pesqui**. São Paulo, v. 30, n. 3, set-dez. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517>>. Acesso em: 26 set. 2013.
- BORGES, Vavy; FERREIRA, Jorge (Org.) O populismo e sua história: debate e crítica. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 22, n. 43, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882002000100013>. Acesso em: 12 fev. 2014.
- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório da CNV**. Brasília, v. 3, p. 520-526. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_3_digital.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2015.
- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade: Mortos e desaparecidos políticos/Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: CNV, 2014.1996 p. 3 v.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 4 dez. 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/CienciasHumanas.pdf>>. Acesso em: 5 fev. 2014.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação (PNE)**. Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: jan.2015.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História** (ensino Fundamental - 5ª a 8ª séries). Brasília: MEC/ SEF, 1998.

BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais. In: NOVAIS, Fernando, SILVA, Rogerio. **Nova História em perspectiva**. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

BURKE, PETER. **Cultura Popular na Idade Moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CARONE, Edgard. **O P.C.B (1943 a1964)**. São Paulo: Difel,1982. v. 3.

CARONE, Edgard. **O P.C.B (1964 a 1982)**. São Paulo: Difel, 1982. v. 4.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CARVALHO, José Murilo. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CARVALHO, José Murilo. **Os bestializados da República**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertran Brasil, 1990.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CHARTIER, Roger. Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico. **Revista de Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: v. 8, n. 16, 1995. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2005/1144>>. Acesso em: 17 fev. 2014

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Revista das revistas, Estudos Avançados**. São Paulo, v. 5, n.11, p. 173-191, jan-abr. 1991.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: Reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**. Porto Alegre, n. 2, p. 177-229, 1990.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566, set-dez. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n3/a12v30n3.pdf>>. Acesso em: jan. 2014.

D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (Org.). **Visões do golpe: a memória militar sobre 1964**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DARNTON, Robert. **O beijo Lamourette**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DAVIES, N. O Livro Didático: Apoio ao Professor ou Vilão do Ensino de História. **Cadernos de História**. Uberlândia, v. 6, n. 6, p. 81-85, 1996. Disponível em: <<http://www.feuff.uff.br><<http://www.feuff.uff.br/index.php/banco-de-arquivos/finish/118-nicholas-davies/51-livro-didatico-apoio-ao-professor-ou-vilao-do-ensino-de-historia/0>>. Acesso em: 12 fev. 2014.

DAVIES, Nicholas. As camadas populares nos livros de História do Brasil. In: PINSKY, Jaime (Org.), **O ensino de história e a criação do fato**. São Paulo: Contexto, 2001. p. 121-138. Disponível em: <<http://www.feuff.uff.br/index.php/banco-de-arquivos/finish/118-nicholas-davies/51-livro-didatico-apoio-ao-professor-ou-vilao-do-ensino-de-historia/0>>. Acesso em: 12 fev. 2014.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. 1964: temporalidade e interpretações. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia**. São Paulo: Edusc, 2004.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Jango: cinema, história, memória e reconhecimento — interseções. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes. **História do Tempo Presente**. São Paulo: FGV, 2014.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. Revista: **Tempo**. Niterói, v. 14, n. 28, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v14n28/a06v1428.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2014.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **PTB: do Getulismo ao Reformismo (1945-1964)**. São Paulo: LTr, 2011.

DIAS, Luiz Antonio. A verdade exumada. **Revista Carta Capital**, São Paulo, 4 nov. 2013. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/revista/773/verdade-exumada-5637.html>>. Acesso em: jan. 2015.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1981.

DUARTE, Rosália. **Cinema & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

ELIAS, Rodrigo; TENDLER, Silvio. **Revista de História.com.br**, 17 jun. 2010. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/entrevista/silvio-tendler>>. Acesso em: 7 abr. 2015.

FAUSTO, Boris. A Vida Política: GOMES, Angela de Castro (Org.). **História do Brasil Nação (1808-2010)**. Madri: Mapfre; Objetiva: Rio de Janeiro, 2013. v. 4.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2001.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2004.

FEBVRE, Lucien. **Combats pour l'histoire**. 1. ed. Paris: Librairie Armand Colin, 1992. 456 p. Collection: Agora. Première édition: 1952.

FERNANDES, Florestan. O Significado da Ditadura. In: TOLEDO, Caio Navarro (Org.). **1964: visões críticas do golpe – democracia e reformas no populismo**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FERREIRA, Jorge. Como as sociedades esquecem: Jango. In: SOARES, Mariza; FERREIRA, Jorge. **A História vai ao cinema**. Rio de Janeiro: Record, 2008. p. 161-178.

FERREIRA, Jorge. A cultura política dos trabalhadores no primeiro governo Vargas. **Revista de Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 180-195, 1990.

FERREIRA, Jorge. A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, ANPUH, v. 24, n. 47, jan-jun. 2004.

FERREIRA, Jorge. Como as sociedades esquecem: Jango. In: SOARES, Mariza; FERREIRA, Jorge. **A História vai ao cinema**. Rio de Janeiro: Record, 2008. p. 161-178.

FERREIRA, Jorge. O comício revisto. **Nossa História**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, ano I, n. 5, mar. 2004.

FERREIRA, Jorge. **Trabalhadores do Brasil, o imaginário popular (1930-1945)**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2011.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **João Goulart: entre a memória e a história**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

FERRO, MARC. **Cinema e História**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

FICO, Carlos. **O golpe de 1964: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

FICO, Carlos. **O grande irmão: da Operação Brother Sam aos Anos de Chumbo. O Governo dos Estados Unidos e a Ditadura Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. **Democracia ou Reformas?** Alternativas democráticas à crise política – 1961-1964. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

FREUD, Sigmund. **Moisés e o monoteísmo, esboço de psicanálise e outros trabalhos.** Rio de Janeiro: Imago, 1975.

GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes:** o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GINZBURG, Carlo. **Olhos de madeira:** nove reflexões sobre a distância. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Jorge. **Jango:** múltiplas faces. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

GOMES, Angela de Castro (Coord.). **História do Brasil Nação:** olhando para dentro 1930-1964. Madrid: Fundación Mapfre; Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2013. v. 4.

GOMES, Angela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas:** a esquerda brasileira – das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Editora Ática, 1987.

GREEN, James N.; JONES, Abigail. Reinventando a História: Lincoln Gordon e suas múltiplas versões de 1964. **Revista Brasileira de História**, vol.29, nº57, São Paulo, junho de 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 4 fev. 2014.

GRIMAL, Pierre. **Dicionário da Mitologia grega e romana.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

GUIMARÃES, Selva. **Didática e Prática de ensino de história.** São Paulo: Papyrus, 2003.

HARTOG, François. El tempo de las victimas. **Revista de Estudos Sociais.** Bogotá, n. 44, dez. 2012.

HARTOG, François. Experiências do tempo: da história universal à história global. **História, histórias.** Brasília, v. 1, n. 1, 2013. Disponível em: <<http://seer.bce.unb.br/index.php/hh/article/view/9367>>. Acesso em: 12 nov. 2013.

HOUAISS, Antonio. **Dicionário Houaiss.** São Paulo: Nova Fronteira, 2011.

IANNI, Octavio. **O colapso do populismo no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

JODELET, Denise. Representações Sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise (Org.). **Representações Sociais.** Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.

KOIKE, Beth. Abril Educação compra sistema GEO por R\$ 44 milhões. **Valor Econômico**, São Paulo, 26 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/2732536/abril-educacao-compra-sistema-geo-por-r-44-milhoes>>. Acesso em: jan. 2014.

KOSELECK, Reinhart. A Configuração do moderno conceito de História. In: KOSELLECK, Reinhart, MEIER, Christian, GUNTER, Horst e ENGELS, Odilo. **O conceito de História**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. p. 119-184.

KOSELECK, Reinhart. História como conceito mestre moderno. In: KOSELLECK, Reinhart, MEIER, Christian, GUNTER, Horst e ENGELS, Odilo. **O conceito de História**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. p. 185-222.

KOSELECK, R. **Futuro Passado contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto Editora PUC-Rio, 2006.

KOSELECK, Reinhart. Estratos del Tiempo. In: **Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia**. Barcelona: Ediciones Paidós, 2002.

LAVILLE, Christian. A guerra das narrativas: debates e ilusões em torno do ensino da história. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 19, n. 38, p. 125-138, 1999.

MACHADO, Juremir. **Jango: a vida e a morte no exílio**. Porto Alegre: L&PM, 2013.

MATTOS, Marcelo Badaró. O governo João Goulart: novos rumos da historiografia. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 28, n. 55, p. 245-263, 2008.

MIRANDA, Sonia Regina; LUCA, Tania Regina de. O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n. 48, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882004000200006&script=sci_arttext>. Acesso em: 6 fev. 2014.

MOTTA, Maly. Introdução. In: FERREIRA, Jorge, GOMES, Angela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Jango e o Golpe de 1964 na Caricatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006a.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. João Goulart e a mobilização comunista de 1961-64. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. **João Goulart: entre a memória e a história**. Rio de Janeiro: FGV, 2006b, p. 107-148.

MUNAKATA, O livro didático em alguns temas de pesquisa. **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas, v. 12, n. 3 (30), p. 179-197, set-dez. 2012.

MUNAKATA, Kazumi. **Livro Didático e formação do professor são incompatíveis?** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE QUALIDADE NA EDUCAÇÃO, out. 2001, Recife. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/vol1b.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2013.

NAPOLITANO, Marcos. *Como usar o cinema em sala de aula?* São Paulo: Contexto, 2011.

OLIVEIRA, Fabiane Costa. Ademarismo: a construção ibespiana do conceito de populismo. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26, jul. 2011, São Paulo. São Paulo: ANPUH, 2011. Disponível em: <<http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300848904>>. Acesso em: 11 out. 2013.

OSCAR, Naiana. Abril compra a Anglo e se torna a segunda maior da área de educação. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 13 jul. 2010. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,abril-compra-o-anglo-e-se-torna-a-segunda-maior-da-area-de-educacao,580297,0.htm>>. Acesso em: jan. 2014.

PELLI, Ronaldo. Jango, o conciliador. **Revista de História.com.br**. Rio de Janeiro, 19 jul. 2011. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/entrevista/jango-o-conciliador>>. Acesso em: 4 fev. 2013.

PINSKY, Jaime. Apresentação. In: PINSKY, Jaime (Org.). **O Ensino de História e a criação do fato**. São Paulo: Contexto, 2011.

QUADRAT, Samantha Viz. O direito à identidade: a restituição de crianças apropriadas nos porões das ditaduras militares do Cone Sul. **Revista História**, vol.22, nº2, São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v22n2/a10v22n2.pdf>>. Acesso em: 5 mar. 2014.

QUEIROZ, Adolpho; SOUZA, Rose Mara Vidal de. A propaganda política na construção do imaginário coletivo no cinema de resistência: estudo de caso do filme Jango de Silvio Tendler. **Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia (cinema)**. Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 23-40, jan-abr. 2011.

REIS, Daniel Aarão. **A Revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo. **O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)**. São Paulo: Edusc, 2004.

REIS, Daniel Aarão. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge. **O populismo e sua história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

REVISTA EPOCA, Edição **50 anos do golpe de 1964**. São Paulo: Editora Globo, abr. 2014.

RIBEIRO, Darcy. **Jango e eu**. Brasília: Editora UnB, 2010.

RIBEIRO, Darcy. **Golpe e exílio**. Brasília: Editora UnB, 2010.

RICOEUR, Paul. **A história, a memória, o esquecimento**. São Paulo: Editora UNICAMP, 2007.

RICOEUR, Paul. **O perdão pode curar?** 1996. Disponível em: <http://lusosofia.net/textos/paul_Ricoeur_o_perdao_pode_curar.pdf>. Acesso em: jun. 2013.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

ROSENSTONE, Robert. **A história nos filmes, os filmes na história**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

SANTOS, Wanderley Guilherme. **Sessenta e quatro: anatomia da crise**. Rio de Janeiro: Vértice, 1986.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. Campos, 1979.

SCHREIBER, Mariana. Exame em Jango não encontra veneno, mas investigação prossegue. **BBC**, Brasília, 1º dez. 2014. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/12/141201_jango_exame_pai_ms>. Acesso em: 21/01/2014.

SEM AUTOR. Abril Educação adquire Curso pH e Colégio pH, do Rio **G1**, São Paulo, 16 abr. 2011. G1 Educação. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2011/04/abril-educacao-adquire-curso-ph-e-colegio-ph-do-rio.htm>>. Acesso em: jan. 2014.

SEM AUTOR. Abril Educação anuncia acordo para compra da Sigma por R\$ 130 milhões, **G1** São Paulo, 4 jul. 2013. G1 Economia, Negócios. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2013/07/abril-educacao-anuncia-acordo-para-compra-da-sigma-por-r-130-milhoes.html>>. Acesso em: jan. 2014.

SILVA, Edlene. Livros Didáticos e ensino de História: a Idade Média nos manuais escolares do ensino fundamental. **História & Ensino**. Londrina, v. 17, n. 1, p. 7-31, jan-jun. 2011. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/11248>>. Acesso em: 4 fev. 2014.

SOIHET, Rachel. Eternamente Pagu: impressões de uma historiadora. In: SOARES, Mariza; FERREIRA, Jorge. **A História vai ao cinema**. Rio de Janeiro: Record, 2008. p. 201-2016.

STARLING, Heloisa. **Os senhores das gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964**. Petrópolis: Vozes, 1986.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

TERRA LIVRE, São Paulo, ano VI, n. 87, p. 3, jan. 1960. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br>>. Acesso em: abr. 2015.

TERRA LIVRE, São Paulo, ano XII, n. 106, p. 3, dez. 1961. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br>>. Acesso em: abr. 2015.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TOLEDO, Caio Navarro. 1964: golpismo e democracia. Falácias do revisionismo. **Crítica Marxista**. Campinas, v. 19, 2006.

TOLEDO, Caio Navarro. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. In: REIS, Daniel; RIDENTI Marcelo; MOTTA, Rodrigo. **O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)**. São Paulo: Edusc, 2004.

TOLEDO, Caio Navarro. **A modernidade democrática da esquerda. Adeus à revolução?** **Crítica Marxista**. Campinas, 1993. Disponível em:
<http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo285CM_1.3.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2015.

TOLEDO, Caio Navarro. **O governo de João Goulart e o golpe de 64**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

VALENCIA, Jose Francisco. Representações e memória social: vicissitudes de um objeto em busca de uma teoria. SÁ, C.P. (Org.). **Memória, imaginário e representações sociais**. Rio de Janeiro: Museu da República Editora, 2005.

VILLA, Marco Antonio. **Jango: um perfil (1945-1964)**. São Paulo: Globo, 2004.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

ANEXO

Tabela 1 – Livros comprados para a 3ª série do Ensino Médio em 2013 segundo o FNDE

EDITORA	TÍTULO DO LIVRO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Edições Escala Educacional Ltda.	A Escrita da História 3	17.862	12,06	215.415,72
Editora Moderna Ltda.	Da Expansão Imperialista aos Dias Atuais – história das cavernas ao terceiro milênio	53.163	7,66	407.228,58
Editora FTD S/A	Estudos de História 3ª Série	20.315	8,53	173.286,95
Saraiva S/A	História 3ª Série	58.883	11,09	653.012,47
Editora Positivo Ltda.	O Contemporâneo: Mundo das Rupturas	10.749	15,07	161.987,43
Editora do Brasil S/A	História em Debate – Volume 3	3.266	9,68	31.614,8
Editora Ática S/A	História Em Movimento – do Século XIX aos dias de hoje	47.260	9,59	453.223,40
Saraiva S/A	História Geral E Brasil	8.206	7,39	60.642,34
Editora Scipione S/A	História Geral e do Brasil – Volume 3	54.258	7,24	392.827,92
Saraiva S/A	História Global – Brasil e Geral 3ª Série	140.834	6,28	884.437,52
Editora Scipione S/A	História Texto e Contexto – Volume 3	2.505	7,06	17.685,30
Terra Sul Editora Ltda.	Nova História Integrada 3ª Série	3.985	37,99	151.390,15
Edições Escala Educacional Ltda.	Por Dentro da História 3	7.125	11,39	81.153,75
Edições SM Ltda.	Ser Protagonista História 3	47.067	9,43	443.841,81
Editora FTD S/A	História Sempre Presente 3ª Série	10.665	8,90	94.918,50
Editora Ática S/A	História Em Foco – do século XIX ao século XXI	10.160	6,45	65.532,00
Total:		496.303		

Observação: as linhas em realce cinza correspondem às obras escolhidas para análise neste trabalho, algumas em edição de volume único.